



Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia
2005 Industrial

**Nautília Maria Martins
Maia**

**O Turismo como factor de integração europeia:
Portugal 1950 - 1973**



Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia
2005 Industrial

**Nautília Maria Martins
Maia**

**O Turismo como factor de integração europeia:
Portugal 1950 - 1973**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia da Empresa, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutor Carlos Manuel Martins da Costa
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Maria Benedita Prado de Almada Cardoso Câmara
Professora Associada do Departamento de Gestão e Economia da Universidade da Madeira

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado da Universidade de Aveiro (Orientador)

agradecimentos

Sem o apoio e ajuda incondicional do meu orientador, o Sr. Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite, que sempre demonstrou disponibilidade para orientar este trabalho, não me teria sido possível levar este “barco a bom porto”. Muito obrigada, por toda a ajuda e pela sua imensa paciência. O apoio e a ajuda da família, são os alicerces desta construção. Sem a sua disponibilidade para efectuar as tarefas que eu deixei de fazer, sem o seu apoio nos momentos de indecisão e de vacilação, não me teria sido possível realizar este trabalho. Obrigada.

resumo

O período compreendido entre 1950 e 1973 caracterizou-se por um elevado crescimento económico nacional, a chamada época de ouro da economia portuguesa. Foram vários os factores que contribuíram para este crescimento, nomeadamente a abertura da economia ao exterior (a adesão à EFTA, a participação no FMI e no Banco Mundial, bem como a adesão ao GATT), a emigração, o ensino, o progresso tecnológico, a melhoria das infra-estruturas de comunicação, a forte mudança na distribuição da população por sectores de actividade e localização geográfica. No seguimento da abertura do país ao estrangeiro o Turismo começou a surgir como um sector relevante para o crescimento económico, empregando abundante mão-de-obra, gerando grande volume de divisas e contribuindo significativamente para o PIB. O Turismo foi reconhecido como sector estratégico do desenvolvimento económico, sendo incluído no Plano Intercalar de Fomento. O Banco de Portugal e o INE começaram a publicar estatísticas a ele referentes. A análise dos dados disponíveis do Turismo neste período, permite concluir que este foi um factor de integração europeia, aliado a outros factores importantes, como foram a emigração, o investimento estrangeiro e o comércio externo.

abstract

The period between 1950 and 1973 was characterized by high rates of economic growth, the so-called golden age of the Portuguese economy. Several factors contributed to this growth, namely the opening of the economy (membership of EFTA, participation in the IMF and the World Bank, as well as adhesion to the GATT), emigration, education, technological progress, improvement of communication infrastructures, the strong change in the distribution of the population by sectors of activity and geographic location. Pursuing the opening of the country to the outside world, Tourism starts to appear as relevant sector for economic growth, using abundant man power, generating a great volume of foreign currency and contributing significantly to GDP. Tourism is recognized as a strategical sector of economic development, being included in the Intermediate Development Plan. The Bank of Portugal and the National Statistical Institute start to publish sectoral statistics. The analysis of available data on tourism in this period leads to the conclusion that this was a factor of European integration, together with other important factors, such as emigration, foreign investment and foreign trade.

“Sem a emigração em massa provocada pela procura de mão-de-obra na França e noutros países da Europa Ocidental, sem o rápido aumento das compras de mercadorias portuguesas pelos países da EFTA e da CE, sem o enorme crescimento do fluxo de turistas vindos dos países industrializados e sem os substanciais investimentos estrangeiros em algumas indústrias nacionais, sobretudo de exportação, aquele progresso [económico] teria sido mais difícil de alcançar”.

Mateus, Abel – **A Economia Portuguesa desde 1910**. Lisboa : Editorial Verbo, 1998, p. 18

Índice

Índice	8
Índice de Figuras e Anexos	9
Capítulo 1 – Exposição e Definição do Problema	12
1.1 Objectivo geral	12
1.2 Motivação deste projecto.....	13
1.3 Identificação do método de investigação.....	14
Capítulo 2 – A Economia Portuguesa no período 1950-1973	16
2.1 Caracterização social e política	19
2.2 Emigração	24
2.2.1 Alguns países de emigração portuguesa	30
2.3 Liberalização económica	32
2.4 Política económica.....	36
2.5 Factores do crescimento económico.....	42
2.6 Conclusão	44
Capítulo 3 – O Turismo	47
3.1 Conceitos de Turismo	47
3.2 Primórdios do Turismo em Portugal	51
3.3 O Turismo em Portugal no período 1950-1973.....	55
3.4 Contribuição do Turismo para a economia nacional	73
3.5 Conclusões.....	79
Capítulo 4 - Problematização do Turismo	82
4.1 Turismo internacional.....	82
4.2 Análise comparativa do Turismo.....	85
4.3 Modelo explicativo da entrada de turistas por país de origem	87
4.4 Integração	99
4.5 Problematização	103
Capítulo 5 – Considerações Finais	116
Bibliografia	120
Anexos	125

Índice de Figuras e Anexos

Quadro 1 - PIB <i>per capita</i> em dólares internacionais de 1990.....	18
Quadro 2 - Evolução do PIB, a preços correntes, por sectores de actividade no Continente	23
Quadro 3 - Emigração Portuguesa por destinos 1950-1973	25
Quadro 4 - Evolução da emigração por destino, no período de 1950 a 1973.....	27
Quadro 5 - Emigração legal e estimativa da emigração clandestina	28
Quadro 6 - Remessas dos emigrantes	29
Quadro 7 - Percentagem do investimento dos Planos de Fomento pelos sectores	40
Quadro 8 - Crescimento Económico, taxas médias anuais a preços constantes.....	41
Quadro 9 – Factor capital, investimento e recursos aplicados	44
Quadro 10 – Evolução do número de turistas	56
Quadro 11 – Gráfico da evolução do número de entradas de turistas	56
Quadro 12 - Entrada de estrangeiros nas fronteiras, segundo o país de nacionalidade	57
Quadro 13 - Composição das entradas, por país de nacionalidade	59
Quadro 14 – Evolução do Turismo entre 1967 e 1973.....	60
Quadro 15 - Variação anual do número de entradas de turistas	61
Quadro 16 - Chegadas de turistas internacionais às fronteiras portuguesas, por Regiões do Mundo - Média das Taxas de Variação Anuais(%).....	61
Quadro 17 - Entrada em Portugal de Estrangeiros - Utilização relativa das várias fronteiras (%)	62
Quadro 18 – Evolução do Turismo por meses em 1970	64
Quadro 19 - Capacidade de Alojamento.....	65
Quadro 20 - Investimento na Hotelaria, Capacidade Hoteleira e Taxa de Ocupação de Camas	66
Quadro 21 - Investimentos efectuados segundo a categoria dos estabelecimentos.....	67
Quadro 22 - Fontes de Financiamento.....	68
Quadro 23 - Dormidas, e Hóspedes estrangeiros	69
Quadro 24 - Estada Média de Estrangeiros e Dormidas por país de origem.....	70
Quadro 25 - Hóspedes segundo a nacionalidade	72

Quadro 26 - Receitas do Turismo.....	74
Quadro 27 - Balança de Transacções Correntes.....	76
Quadro 28 – Evolução de Viagens e Turismo.....	77
Quadro 29 - Contribuição dos Hotéis e Restaurantes para o Produto Interno Bruto (Óptica da Produção) e mão-de-obra empregue pelo sector.....	78
Quadro 30 - Chegadas de Turistas Internacionais às Fronteiras Mundiais (Movimento Mundial)	84
Quadro 31 - Chegadas de Turistas Internacionais por grandes Regiões (Movimento Mundial)	85
Quadro 32 - Chegadas Internacionais de Turistas 1955/56-1972/3	86
Quadro 33 – Origem das receitas turísticas e meio de transporte de chegada dos turistas .	86
Quadro 34 - Chegadas de turistas internacionais às fronteiras portuguesas, comparação das médias das taxas de variação anual (%)	87
Equação 1	92
Equação 2	93
Equação 3	93
Equação 4	94
Equação 5	95
Equação 6	96
Equação 7	96
Quadro 35 - Estrutura do Comércio Externo Português.....	101
Quadro 36 - Principais parceiros comerciais europeus	102
Quadro 37 - Investimentos Directos Estrangeiros, por países de origem.....	103
Quadro 38 - Receita por turista, percentagem da receita total e estada média.....	108
Quadro 39 - Cadeias hoteleiras multinacionais em 1978	111
Quadro 40 - Comparação das percentagens do comércio externo com os valores do Turismo.....	112
Quadro 41 - Receitas e Despesas do Turismo internacional nos países da Europa, 1987.	114
Anexo 1 - Indicadores sobre educação	126
Anexo 2 - Densidade populacional por Distritos (habitantes/km ²)	127
Anexo 3 - População Total por Distritos (milhares).....	128

Anexo 4 - Países de nacionalidade dos estrangeiros, entrados em Portugal, anos de 1970 a 1973	129
Anexo 5 - Entradas de estrangeiros nas fronteiras, segundo o mês, anos de 1970 a 1973	130
Anexo 6 - Composição das entradas por país de nacionalidade.....	131
Anexo 7 - Composição das entradas, segundo a via, por país de nacionalidade, anos de 1970 a 1973	132
Anexo 8 - Composição das entradas de estrangeiros, segundo o mês e por tipo de fronteira, anos de 1970 a 1973	133
Anexo 9 - Entradas de Turistas, segundo o país de nacionalidade, por mês, anos de 1970 a 1973	135
Anexo 10 - Receitas e Despesas do Turismo, por países, anos 1967 a 1973	137
Anexo 11 - Rendimento per capita.....	138
Anexo 12 – Capacidade de Alojamento, por distritos	139
Anexo 13 - Tabela do Modelo.....	140
Anexo 14 - Balança de Pagamentos	141
Anexo 15 - Entrada de Estrangeiros em Portugal	142
Anexo 16 - Evolução da Actividade da TAP em Portugal.....	142
Anexo 17 - Entradas de Estrangeiros, segundo a via, 1963 a 1969.....	143
Anexo 18 - Composição das entradas por tipo de visitante, segundo a via, 1967 a 1969.	143
Anexo 19 - Dormidas na Hotelaria Nacional	144
Anexo 20 - A Comunidade Portuguesa no Mundo, número aproximado de emigrantes..	145
Anexo 21 - Definições consideradas nas Estatísticas do Turismo	146

Capítulo 1 – Exposição e Definição do Problema

1.1 Objectivo geral

A presente proposta de dissertação tem como objectivo geral realizar um estudo do período compreendido entre 1950 e 1973, tentando saber até que ponto o Turismo foi um factor de integração europeia para o referido período, na perspectiva de Portugal. Este período caracterizou-se por uma aceleração do desenvolvimento económico, pela crescente abertura ao exterior e pela ausência de grandes desequilíbrios macroeconómicos.

Com a abertura do país ao estrangeiro, a melhoria das condições de vida e o aumento das regalias sociais, o Turismo começou a surgir como uma área importante para o crescimento económico, ao empregar bastante mão-de-obra, gerando elevadas receitas e contribuindo de forma significativa para o PIB. O seu aumento começou a ser mais visível a partir dos anos de 1960, nomeadamente quando em 1964 a entrada de estrangeiros nas fronteiras portuguesas ultrapassou um milhão de pessoas, tendo este feito sido largamente celebrado.

A nível institucional a importância do Turismo só começou a ser reconhecida no Plano Intercalar de Fomento, onde lhe foi atribuída uma percentagem de 2,8% do investimento público. Ao mesmo tempo, não havia ainda uma preocupação em distinguir o tipo de entradas de estrangeiros nas fronteiras. Só em 1969, quando o INE inicia a publicação das Estatísticas do Turismo, passou a haver uma preocupação com a diferenciação do tipo de entradas e com os registos do Turismo em Portugal.

O principal objectivo desta dissertação é conseguir determinar se o Turismo foi um factor de integração europeia, a par com outros factores de enorme importância neste período, como a emigração, o comércio externo, o investimento de capital estrangeiro, entre outros factores.

A dissertação compreende três capítulos fundamentais, além da introdução e das considerações finais. O segundo capítulo procura fazer uma caracterização da economia portuguesa, para o período em estudo, a vários níveis: social e político, a emigração, a liberalização económica e os factores de crescimento económico. O terceiro capítulo é dedicado ao Turismo, fazendo uma resenha histórica dos seus primórdios, caracterizando o caso português para este período e procurando definir os conceitos de Turismo. O quarto capítulo é dedicado à problematização do Turismo, procurando incluir uma análise do Turismo internacional, comparando os casos do sul da Europa com o caso português numa perspectiva de integração europeia. Este capítulo procura também, através de um modelo de regressão linear, dar maior rigor à discussão histórica de determinados factores que possam ter contribuído para o Turismo em Portugal. O quinto capítulo refere-se às principais conclusões que foram possíveis de obter através deste estudo, nomeadamente a contribuição do Turismo para a integração portuguesa na Europa, no período 1950-1973.

1.2 Motivação deste projecto

Justifica-se esta proposta de dissertação pelo facto de esta ser uma área onde ainda não foram desenvolvidos grandes esforços no sentido de fazer um estudo mais aprofundado do peso do Turismo, como um factor de integração europeia para o período 1950-1973.

Os estudos feitos para este período, abrangem sempre uma perspectiva económica, e o papel desempenhado pelo Turismo nem sempre é reconhecido. Autores como Abel Mateus (1998) e Silva Lopes (1997) reconhecem a importância do Turismo, mas não desenvolvem as suas implicações económicas. Quase nunca é reconhecido como factor de integração. António Romão (1983) refere-o numa perspectiva de integração europeia, aliado ao factor emigração. George N. Yannopoulos (1988), refere no seu artigo a importância do Turismo, como factor de convergência dos países da Europa do Sul em relação aos outros países europeus.

Parece existir uma lacuna no estudo do Turismo, para o período em análise, ao nível da contribuição desempenhada para a integração europeia portuguesa. Durante este período a

economia cresceu a um ritmo nunca antes visto, fruto de diversos factores, dos quais se destaca a abertura do país ao estrangeiro. Fruto desta abertura ao exterior, e de uma conjuntura de inúmeros factores económicos e sociais, o Turismo teve um crescimento a um ritmo bastante acelerado, passando a desempenhar um papel fundamental na economia, nomeadamente ao nível do PIB e da Balança de Pagamentos.

Está assim justificada a intenção de analisar o Turismo numa perspectiva da integração portuguesa na Europa.

1.3 Identificação do método de investigação

Para atingir os fins propostos com esta dissertação, recorre-se a várias fontes de informação, nomeadamente:

- Recolha de informação económica e do Turismo, disponível para o período 1950 - 1973, através das principais referências mencionadas na bibliografia. Esta recolha procurou ser a mais exaustiva possível, no entanto, surgiram dificuldades na recolha de informações, principalmente ao nível do Turismo e para a década de 1950. A partir de 1960, existe mais facilidade de obtenção de dados, pois passou a existir uma maior preocupação com a recolha destes elementos, nomeadamente por parte do Instituto Nacional de Estatística;
- Recolha dos dados estatísticos, recorrendo ao INE e ao Banco de Portugal, bem como a outras organizações ligadas ao Turismo, OMT e DGT;
- Análise dos dados relativos a diversos factores turísticos, sociais e económicos, seleccionando os mais relevantes para o estudo, dos quais se destacam ao nível do Turismo, o número de entradas de estrangeiros e turistas, número de dormidas, principais países emissores de turistas, duração da estada, entre outros. A distribuição da população por sectores de actividade, localização geográfica, escolaridade, emigração, são factores relevantes para o estudo, pois todas estas alterações contribuíram de forma positiva para o crescimento económico. Ao nível

económico são vários os elementos fundamentais, como a abertura do país ao exterior, o nível de investimento estrangeiro, o comércio externo, entre outros.

- Tratamento dos dados;
- Análise do Turismo em relação com outros factores sócio-económicos, como sejam a emigração, os rendimentos nos principais países emissores de turistas, as receitas do Turismo, através da elaboração de um modelo de regressão linear simples;
- Consideração finais, com apresentação das principais conclusões que este estudo permitiu obter.

Capítulo 2 – A Economia Portuguesa no período 1950-1973

O período compreendido entre 1950 e 1973 caracterizou-se por grandes alterações sócio-económicas, das quais se destacam: alterações ao nível do emprego; da produtividade; da distribuição geográfica da população com um crescimento urbano bastante rápido e com o aumento da população nas regiões do litoral Norte; nas infra-estruturas, através de, melhoramentos nas redes rodoviárias e ferroviárias; na emigração, surgiram enormes fluxos de emigrantes para países europeus mais desenvolvidos, dos quais se destaca a França, contrariando os fluxos tradicionais de emigração para o Brasil. A distribuição da população activa por sectores de actividade, caracterizou-se por uma diminuição do peso da agricultura e por aumentos significativos nos sectores da indústria e dos serviços. A taxa de analfabetismo diminuiu com a generalização da escolarização. Alargou-se a rede de escolas do ensino secundário. Com o surgimento de novas Universidades, e com um maior número de alunos a frequentar o ensino superior, surgiram quadros qualificados aos mais variados níveis e nomeadamente ao nível da economia, com novas preocupações, nomeadamente, e no âmbito deste estudo, a preocupação com os registos dos valores atribuídos ao Turismo, além de muitas outras contribuições para o desenvolvimento económico e social do país.¹

Esta época caracterizou-se por uma aceleração do desenvolvimento económico, pela crescente abertura do país ao exterior e pela ausência de grandes desequilíbrios macroeconómicos. O crescimento económico registou-se a uma taxa média anual de 5,6 % do PIB *per capita*, entre 1953 e 1973 (Mateus, 1998, p. 77), tornando-se o período de maior crescimento económico português, a chamada época de ouro da economia portuguesa.

¹ Os alunos no ensino superior, em 1960 eram 28307 alunos e em 1973 este número era de 60549 (Ver Anexo 1 – Indicadores sobre educação).

Na década de 1950 a produtividade total dos factores cresceu 1,8 % ao ano e entre 1961 e 1972 cresceu 4,2 % ao ano (Mateus, 1998, p. 79).

Apesar de todas estas transformações ao nível económico e social, não surgiram problemas significativos ao nível do desequilíbrio económico: a inflação era inferior a 5 % (Lopes, 1996, p. 16), tendo subido, no entanto, acima deste nível no final da década de 1960, as contas públicas estavam em equilíbrio e a situação favorável da balança de pagamentos, permitiu um aumento das reservas de ouro.

No entanto, não foram só os factores internos a determinar a aceleração do desenvolvimento económico, foram também os impulsos vindos do exterior, consequência da abertura gradual do país ao estrangeiro. Esta não terá sido uma abertura espontânea, mas como refere António Romão (1983, p. 20), para o período compreendido entre 1960 e 1967, foi uma “adaptação forçada”, “são os elementos exteriores que se impõem a uma situação interna e não uma vontade política explícita”, considerando que a orientação para a Europa, em detrimento do comércio com as colónias se deveu, sobretudo, à vontade de não perder o mercado europeu, nomeadamente o seu principal cliente comercial, que era o Reino Unido, que em 1959 representava 11,4% das exportações.

A adesão de Portugal, em 1960 à EFTA, levou à diminuição progressiva dos direitos aduaneiros e dos obstáculos às importações de produtos não agrícolas, o que contribuiu para o crescimento das exportações a uma taxa de 19% ao ano, no período 1960-72 (Mateus, 1998, p. 82).

Em 1961 foi aprovada a participação de Portugal no FMI e no Banco Mundial. Em 6 de Abril de 1962 foi assinado o protocolo de adesão ao GATT.

Durante este período todos os países europeus tiveram uma fase de grande crescimento, no entanto, as taxas de crescimento do PIB em Portugal foram superiores à média europeia, conforme será mais detalhadamente analisado na secção dedicada à análise da política económica. Sendo a confirmação da teoria de que, em épocas de grande prosperidade a convergência real entre as regiões economicamente menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas tende a acelerar. Isto pode ser observado através da análise do seguinte quadro:

Quadro 1 - PIB *per capita* em dólares internacionais de 1990

Ordem	País	1950	1973	Crescimento 1950-1973 (%)	Ordem
1	Suiça	8,939	17,953	3,1	12
2	Reino Unido	6,847	11,932	2,4	16
3	Suécia	6,738	13,494	3,1	12
4	Dinamarca	6,683	13,416	3,1	12
5	Holanda	5,850	12,763	3,4	10
6	Bélgica	5,346	11,905	3,5	9
7	França	5,221	12,940	4,0	8
8	Noruega	4,969	10,229	3,2	11
9	Alemanha Ocidental	4,281	13,152	5,0	4
10	Finlândia	4,131	10,768	4,2	7
11	Áustria	3,731	11,308	4,9	5
12	Irlanda	3,518	7,023	3,1	12
13	Itália	3,425	10,409	4,9	5
14	Espanha	2,397	8,739	5,8	2
15	Portugal	2,132	7,568	5,6	3
16	Grécia	1,558	6,229	6,2	1

Fonte: Crafts, 1995, p. 435

Os três países que em 1950 ocupavam os últimos três lugares (Grécia, Espanha e Portugal) em termos de valores PIB *per capita*, são aqueles que, para o referido período, apresentam as três maiores taxas de crescimento, aumentando a convergência com as regiões mais desenvolvidas em 1950.

Devido à evolução do PIB, foi encurtado de uma forma significativa, o atraso do nível de desenvolvimento da economia portuguesa em relação ao resto da União Europeia, apresentando Portugal uma taxa de crescimento de 5,6%.

Após 1973, a redução da diferença entre o nível de desenvolvimento económico de Portugal e a média comunitária, evoluiu de uma forma mais lenta e mais irregular.

2.1 Caracterização social e política

Durante este período, o país atravessou uma fase de grandes mudanças, não só a nível económico, mas também social e político, com grandes alterações nomeadamente ao nível da relação com as colónias, da população, da educação, da distribuição da população activa por sectores de actividade, entre outros.

Em 1951 através de uma reforma constitucional, Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor deixaram de ser consideradas **colónias** e tornaram-se províncias ultramarinas passando a ter regimes administrativos e legais especiais (Mata et al., 1993, p. 201). Estas alterações ficaram a dever-se a uma tentativa de adaptar a realidade nacional com o panorama internacional, que encarava os territórios ultramarinos de uma perspectiva diferente da de Portugal.

Apesar disto, durante a década de 1950, surgiram nos territórios ultramarinos portugueses em África movimentos independentistas, tendo sido os territórios ultramarinos portugueses da Índia e do Extremo Oriente reclamados pelos países vizinhos. A Índia ocupou Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 e Goa, Damão e Diu em 1961. Macau e Timor não foram afectados nesta fase de problemas.

Nos territórios ultramarinos em África, surgiram revoltas lideradas por partidos nacionalistas (Angola em 1961, Guiné em 1962 e Moçambique em 1964), culminando numa situação de guerra, que se arrastou até 1974. Como consequência dos custos provocados pela situação de guerra, que o país enfrentava, as contas públicas deixaram de estar equilibradas. A situação política interna foi também afectada, pela oposição que surgiu por parte dos não apoiantes da guerra colonial. A guerra colonial contribuiu grandemente para o aumento da emigração, conforme será analisado posteriormente, motivado pela fuga dos jovens à obrigatoriedade de cumprir serviço militar.

Em 1968, Marcelo Caetano substituiu Oliveira Salazar e tentou implementar algumas medidas no sentido de uma liberalização gradual do regime.²

² Foi dada maior liberdade de acção às forças da oposição, embora não como partidos políticos formais; a condição para ser eleitor passou a ser igual para os dois sexos, saber ler e escrever; na reforma constitucional

Para o período compreendido entre 1968 a 1972/73, António Romão (1983, p. 23), refere que houve “uma vontade explícita de impulsionar a integração da economia portuguesa na economia mundial”.

O crescimento da **população** desacelerou durante o final dos anos 40 e durante a década de 1960, devido fundamentalmente ao aumento da emigração e à diminuição da taxa de natalidade. O número de habitantes em Portugal atingiu aproximadamente os 9 milhões no início da década de 1960 (Mata et al., 1993, p. 212), (Anexo 3 - população total por distritos). No decorrer da década de 1960 e princípio da década de 1970, o aumento da emigração provocou uma diminuição da população para um valor de aproximadamente 8,6 milhões de habitantes.

Relativamente à distribuição da população pelas diferentes regiões do país, eram os distritos de Lisboa e do Porto que concentravam maior número de habitantes, como resultado da maior concentração das actividades económicas nos arredores destas grandes cidades. Distritos como Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria e Santarém, representavam igualmente um valor importante. Estão próximos dos grandes centros e beneficiavam de melhores infra-estruturas e acessibilidades próprias do litoral. Ao mesmo tempo, os distritos mais do interior viram diminuir o seu número de habitantes, Évora, Guarda e Portalegre, são disso um exemplo.

Durante este período o crescimento urbano deu-se a um ritmo acelerado. O peso da população urbana na população total aumentou de um quinto para um quarto, e o número de cidades com mais de 10 mil habitantes aumentou 50 % (Mata et al., 1993, p. 214).

Pode constatar-se através da análise do Anexo 2, Densidade Populacional por Distrito, que os distritos mais populosos são também aqueles que apresentam uma maior densidade populacional. Aparece a Madeira, com o terceiro maior valor, a seguir a Lisboa e ao Porto, quando em termos de população o seu valor a nível nacional não é muito significativo. Em 1970 é o 11.º distrito em termos do número de habitantes.

de 1972, tentou dar uma nova abordagem ao problema colonial, dando às colónias o estatuto de Região Autónoma (Mata et al., 1993, p. 203).

No que diz respeito à **educação** o ensino obrigatório passou de três para quatro anos em 1956, isto só para o sexo masculino, só mais tarde foi alargado a ambos os sexos, e em 1964 o ensino obrigatório passou para seis anos.

As taxas de analfabetismo quando comparadas com outros países da Europa têm valores muito elevados. Em 1960, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 38%, em Espanha de 14%, em Itália 9%, em França e na Bélgica era de 2% e no Reino Unido 0%, o que evidencia a grande diferença existente entre Portugal e os outros países da Europa. Em 1970, este valor diminuiu para 29% (Tortella, 1994, p. 11). No início da década de 1970 a proporção dos adultos analfabetos na população portuguesa era inferior a um quarto (Mata et al., 1993, p. 212).

Os Órgãos de Governo elaboraram planos para criar uma escola secundária em todas as sedes de concelho. As taxas de escolarização sobem de 8% para 12% entre 1950 e 1960. A reforma do ensino técnico, nos finais da década de 1940, criou um tipo de ensino profissionalizante, capaz de oferecer mão-de-obra qualificada aos níveis elementar e médio (Mateus, 1998, p. 84).

O número de universidades públicas duplicou, surgiram novas Universidades, a Universidade do Minho, de Aveiro, de Évora e a Universidade Nova de Lisboa. A taxa de escolarização no ensino superior subiu de 2,3% em 1950, para 5% em 1960 e para 13,5% em 1974 (Mateus, 1998, p. 84).

Registou-se um aumento, também do ensino privado com a criação de novas escolas privadas de ensino primário e secundário e surgiu também, uma universidade privada, no início dos anos 70, a Universidade Católica Portuguesa (Mata et. al., 1993, p. 212).

Ao observar o quadro anexo sobre os Indicadores para a Educação (Anexo 1), é possível constatar as considerações anteriormente mencionadas. Entre 1960 e 1973, houve um aumento dos alunos inscritos em todos os graus de ensino, com excepção do ensino profissional, que teve uma quebra em 1972, mas em 1973, o seu valor quase iguala o de 1960. O número de alunos aumentou de um milhão e duzentos mil em 1960, para um milhão e seiscentos mil em 1973.

Relativamente à **distribuição da população activa por sectores de actividade**, as taxas de crescimento dos sectores da indústria e dos serviços foram superiores às da agricultura. Houve uma diminuição significativa da parcela da agricultura de quase metade para cerca de um terço e aumentos significativos das proporções da indústria e dos serviços de cerca de um quarto para um terço cada (Mata et al., 1993, p. 215).

Em 1960 o número de trabalhadores na agricultura, representava 43% do emprego total. Em Espanha este valor era de 41% e em Itália 28%. Durante toda a década de 1960, dá-se uma profunda alteração, em 1970 a agricultura emprega 31% da mão-de-obra total em Portugal, em Espanha 29% e em Itália 16% (Tortella, 1994, p. 6).

A emigração contribuiu também para a diminuição do número de pessoas efectivas na agricultura, pois foram as classes sociais mais desfavorecidas e provenientes das zonas rurais, as que mais contribuíram para o enorme fluxo migratório deste período.

A maior exposição dos agricultores nacionais à concorrência e a influência de conhecimentos trazidos pela abertura ao exterior, contribuiu para uma melhoria da eficiência no sector. Surgiu uma especialização em determinados produtos, aumentando a produção de frutas, produtos hortícolas e produtos animais, resultante da procura externa e da melhoria das condições de vida da população portuguesa, e o declínio da produção de cereais (Mata et al., 1993, p. 215-216).

No sector da indústria, houve uma expansão quase generalizada de todos os ramos de produção, mas esta foi menos acentuada nos sectores mais tradicionais, como: da madeira e mobiliário e dos produtos alimentares, bebidas e tabaco. As indústrias novas, de produtos químicos, petrolíferos e plásticos, artigos metálicos e maquinaria e indústrias metálicas de base, foram as que mais cresceram (Lopes, 1997, p. 85).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços constantes, subiu a uma média anual de 9,2%, entre 1960 e 1973. O emprego cresceu em média 1,8% e a produtividade 7,3%. A taxa de crescimento foi das maiores dos países da OCDE e foi fruto da introdução de novos equipamentos, da aplicação de técnicas mais avançadas e também de um maior investimento (Lopes, 1997, p. 84-85).

No sector terciário, os transportes, as comunicações, o comércio, a educação, a saúde e a administração pública são sectores considerados dinâmicos. O Turismo surgiu também como um sector em crescimento.

Em forma de resumo, o número de empregados na agricultura teve uma redução de 528 mil trabalhadores entre 1957 e 1973. Nos serviços criaram-se 328 mil empregos e na indústria 267 mil (Mateus, 1998, p. 97).

Através da análise do PIB, por sector de actividade, pode-se compreender a evolução dos sectores durante este período e o grau de importância que cada um representa para a economia nacional.

Quadro 2 - Evolução do PIB, a preços correntes, por sectores de actividade no Continente

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
PIB	66119	70870	74979	81521	88103	98271	107334	119041	132931	145280	159032	178934	208597	254592
Sector Primário	16745	16702	17537	18234	18313	20873	21319	24197	26242	27710	28180	30277	33293	41482
Sector Secund.	24491	26989	28099	31679	35879	41034	45637	49004	54431	60142	66437	75913	90611	111284
Sector Terciário	24883	27179	29343	31608	33911	36364	40378	45840	52258	57428	64415	72744	84693	101826
PIB per capita	7972.9	8644.3	9088.8	9837.6	10620.1	11889.7	13040.1	1447.2	16129.5	17735.5	19577.3	22111.4	25713.4	31372.2

Fonte: Camacho, 1990, p. 48

Nota: Unidade 10E6Esc

Em 1960, o sector primário representava 25,3% do PIB, o sector secundário representava 37% e o terciário representava 37,7%. Em 1970, estes valores alteram-se para 17,7%, 41,8% e 40,5% respectivamente.

As razões para esta alteração na ordem da importância dos sectores, foram já anteriormente referidas, relacionam-se com a diminuição de trabalhadores na agricultura, fruto do exodo rural para as cidades, e também da emigração. Consequentemente aumentou a importância dos outros sectores, fruto de uma redistribuição da mão-de-obra e de um aumento do investimento nestes sectores, consequência da abertura do país ao exterior.

A produtividade foi um factor que aumentou em todos os sectores de actividade.

Para os anos compreendidos entre 1960 e 1973 é evidente a distância que separa o sector primário dos sectores secundário e terciário, que têm um peso crescente quase paralelo para o PIB.

2.2 Emigração

A emigração em grande escala surgiu na década de 1960 e trouxe profundas alterações à economia e à sociedade portuguesa, pois até este período, esta caracterizava-se por fluxos mais moderados.

A emigração era uma característica portuguesa, desde o século XVI Joaquim da Costa Leite (2003a, p.12) refere que, “como país pobre com um fraco impulso industrial, Portugal manteve ao longo dos séculos XIX e XX aquilo que poderíamos designar como uma permanente propensão migratória”. Refere também (2003, p. 16), que a emigração portuguesa foi maior “nos períodos favoráveis resultantes das conjunturas económicas dos países de destino”.

Este foi um período de grande desenvolvimento económico em toda a Europa, passando o fluxo migratório a orientar-se para França, que se tornou o primeiro país de destino, e outros países da Europa ocidental, como a Alemanha, desviando-se do Brasil e de outros países que foram tão importantes em períodos anteriores (Lopes, 1997, p.176). Mantiveram-se os fluxos tradicionais da Madeira para a América do Sul (especialmente a Venezuela) e dos Açores para os Estados Unidos da América.

A emigração em grande escala para a Europa industrializada, que recuperava do pós-guerra, que tinha falta de mão-de-obra não qualificada e onde os salários eram consideravelmente mais elevados, verificou-se principalmente entre 1960 e 1973. Este tipo de emigração em grande escala, não foi uma característica só portuguesa, mas também dos países mediterrânicos da Europa, que tinham igualmente elevados níveis de emigração para os países europeus mais desenvolvidos.

As principais razões para o aumento tão elevado da emigração, foram as oportunidades económicas que surgiram como resultado das melhores condições salariais dos países de acolhimento e a fuga ao prolongado serviço militar, ligado às guerras coloniais.

O Governo teve sempre uma atitude restritiva em relação à emigração, considerando crime a emigração ilegal. As principais razões invocadas para ignorar os aspectos positivos deste fenómeno, estavam relacionadas com o facto de impedir a saída de jovens que ainda não tivessem feito o serviço militar, bem como, procurar manter a abundância de mão-de-obra barata, evitando pressões sobre os salários (Lopes, 1997, p. 178-179).

A partir de 1973, e com a crise do petróleo, este panorama alterou-se drasticamente. Os países tradicionalmente receptores de emigrantes deixam de os receber em tão grande número, passando os fluxos a serem mais moderados.

O quadro apresentado na página seguinte, mostra os principais destinos da emigração portuguesa ao longo do período em análise. Existem várias fontes para os valores da emigração, no entanto, nem todas são coincidentes, nomeadamente na estimativa dos valores da emigração ilegal, que seriam difíceis de determinar.

Através da observação do referido quadro, pode concluir-se que o pico da emigração terá sido no período 1964-1973, onde o número total de emigrantes atingiu proporções muito elevadas. Aproximadamente 80% do total de saídas, entre 1962 e 1973 foram de emigrantes com destino a França. Para os anos de 1966 e 1969 os EUA, receberam também grande fluxo de emigrantes, com valores entre os 10.800 e as 13.300 pessoas.

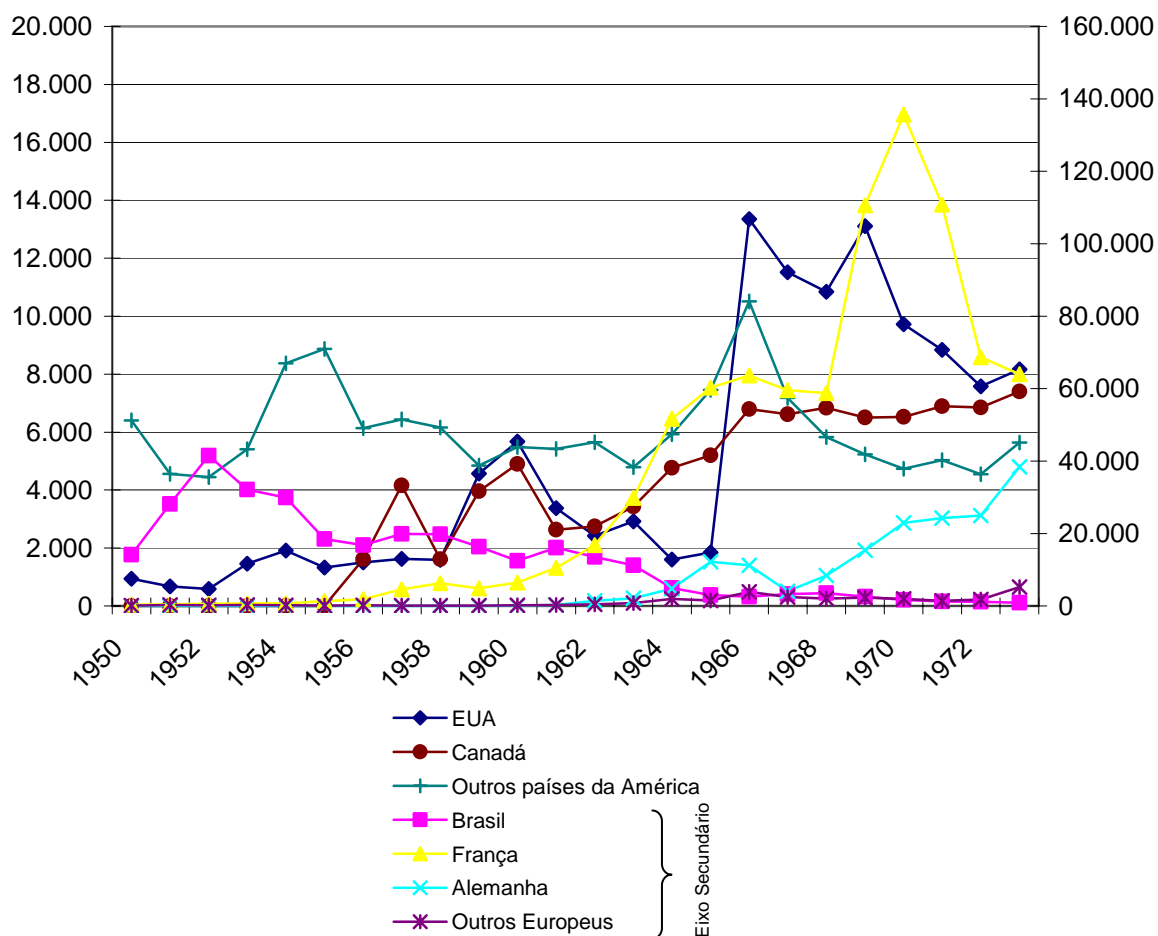
Quadro 3 - Emigração Portuguesa por destinos 1950-1973

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total América	França	Alemanha	Outros Europeus	Total Europeu	Total	Europa %
1950	14.143	938	-	21.491	319	1	81	401	21.892	1,83%
1951	28.104	676	-	33.341	418	2	254	674	34.015	1,98%
1952	41.518	582	-	46.544	650	4	209	863	47.407	1,82%
1953	32.159	1.455	-	39.026	690	-	246	936	39.962	2,34%
1954	29.943	1.918	-	40.234	747	4	205	956	41.190	2,32%
1955	18.486	1.328	-	28.690	1.336	-	121	1.457	30.147	4,83%
1956	16.814	1.503	1612	26.072	1.851	6	167	2.024	28.096	7,20%

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total América	França	Alemanha	Outros Europeus	Total Europeu	Total	Europa %
1957	19.931	1.628	4.158	32.150	4.640	5	99	4.744	36.894	12,86%
1958	19.829	1.596	1.619	29.207	6.264	2	127	6.393	35.600	17,96%
1959	16.400	4.569	3.961	29.780	4.838	6	130	4.974	34.754	14,31%
1960	12.451	5.679	4.895	28.513	6.434	54	158	6.646	35.159	18,90%
1961	16.073	3.370	2.635	27.499	10.492	277	304	11.073	38.572	28,71%
1962	13.555	2.425	2.739	24.376	16.798	1.393	435	18.626	43.002	43,31%
1963	11.281	2.922	3.424	22.420	29.843	2.118	837	32.798	55.218	59,40%
1964	4.929	1.601	4.770	17.232	51.668	4.771	1.905	58.344	75.576	77,20%
1965	3.051	1.852	5.197	17.557	60.267	12.197	1.467	73.931	91.488	80,81%
1966	2.607	13.357	6.795	33.266	63.611	11.250	3.868	78.729	111.995	70,30%
1967	3.271	11.516	6.615	28.584	59.597	4.070	2.461	66.128	94.712	69,82%
1968	3.512	10.841	6.833	27.014	58.741	8.435	2.037	69.213	96.227	71,93%
1969	2.537	13.111	6.502	27.383	110.614	15.406	2.269	128.289	155.672	82,41%
1970	1.669	9.726	6.529	22.659	135.667	22.915	1.964	160.546	183.205	87,63%
1971	1.200	8.839	6.893	21.962	110.820	24.273	1.418	136.511	158.473	86,14%
1972	1.158	7.574	6.845	20.122	68.692	24.946	1.785	95.423	115.545	82,59%
1973	890	8.160	7.403	22.091	63.942	38.444	5.255	107.641	129.732	82,97%

Fonte: André et al., 2002, p. 44

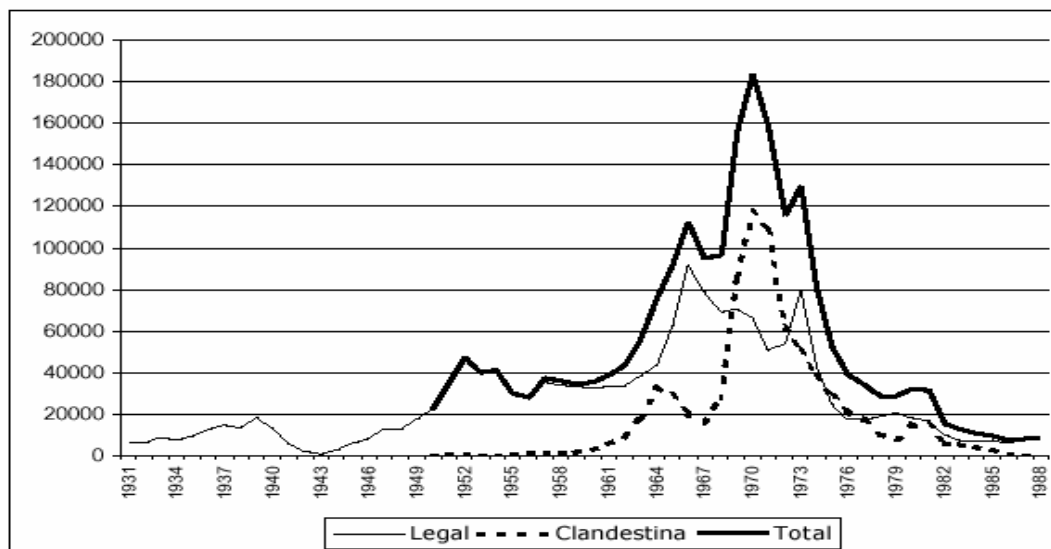
Torna-se mais fácil ver a evolução da emigração por destinos através da observação de um gráfico.

Quadro 4 - Evolução da emigração por destino, no período de 1950 a 1973

O destino França é aquele que recebe um maior número de portugueses, nomeadamente a partir dos anos de 1960, o inverso acontece com o Brasil, que vê diminuir o número de portugueses que procuram o país. No ponto seguinte podemos ver quais as principais razões da emigração para alguns destes países europeus, que no pós-guerra vêm ocupar o lugar que outrora pertenceu aos países da América, nomeadamente o Brasil.

Torna-se difícil, para os autores, fazer uma estimativa correcta dos valores da emigração, uma vez que esta era maioritariamente ilegal, nomeadamente a destinada à França, sendo assim bastante difícil obter dados fidedignos.

Quadro 5 - Emigração legal e estimativa da emigração clandestina



Fonte: André et al., 2002, p. 43

A emigração clandestina começou a ter especial relevância a partir da década de 1960, atingindo o seu máximo no início dos anos de 1970, vindo depois a decair de forma acentuada.

A saída de todos estes emigrantes, não teve um impacto negativo, ao contrário do que se poderia esperar, teve **aspectos** bastante **positivos**, nomeadamente os que seguidamente se enumeram.

O total da emigração representou uma redução na população activa de cerca de 25%, no período 1957 a 1973 (Mateus, 1998, p. 97). Esta redução da mão-de-obra disponível, permitiu uma diminuição da taxa de desemprego, ao contribuir para a redução do subemprego agrícola, pois quem mais contribuiu para o aumento do fluxo migratório, foram as classes mais baixas, ligadas ao meio rural. A diminuição da mão-de-obra disponível, aliada a outros factores, como foram o investimento estrangeiro, as novas técnicas de gestão inovadoras a ele associadas, o progresso técnico em alguns sectores, contribuiu para aumentar a produtividade.

Provocou um aumento dos salários, tanto pelo efeito da produtividade do trabalho, como pela diminuição da mão-de-obra (Lopes, 1997, p. 177). Os salários médios cresceram em Portugal, à taxa anual de 6,7%, em termos reais, entre 1960 e 1973 (Leite, 2001, p. 2).

Este tipo de emigração direccionado para os países da Europa, em vez do tradicional fluxo para o Brasil e os Estados Unidos, origina uma alteração no tipo de emigração. Deixa de ser um emigrante para toda a vida, para passar a ser um tipo de emigrante que continua com ligações ao seu país e cuja principal preocupação é guardar dinheiro para enviar para Portugal (Romão, 1983, p. 128).

Este foi outro dos contributos importantes da emigração, as remessas enviadas pelos emigrantes, que desempenharam um importante papel na economia nacional, como analisaremos seguidamente, nomeadamente, através da melhoria de vida dos familiares e de acumulação de divisas para o país.

Quadro 6 - Remessas dos emigrantes

Anos	Total	Países europeus da OCDE	EUA e Canadá	Resto do Mundo
1960	1.868			
1961	1.489			
1962	1.704			
1963	2.371			
1964	2.679			
1965	3.378	1.823	1.264	291
1966	4.818	3.095	1.434	289
1967	6.267	4.216	1.804	247
1968	7.902	5.461	1.985	456
1969	11.812	8.581	2.737	494
1970	14.343	10.375	3.246	722
1971	18.848	13.614	4.286	948
1972	22.388	17.167	4.498	723
1973	26.452	20.843	4.754	855

Fonte: Camacho, 1990, p. 22

Nota: Valores referentes a recebimentos por transferências privadas, em milhões de escudos

As remessas dos emigrantes foram um factor decisivo no equilíbrio da balança de pagamentos. Em 1960 registavam um valor de 1.868 milhões de escudos e em 1970 este valor foi de 14343 milhões de escudos. As remessas provenientes dos países europeus da OCDE eram as que tinham um valor mais representativo, principalmente a partir do final da década de 1960, consequência do redireccionamento do fluxo migratório.

As remessas dos emigrantes contribuíram para estimular o consumo e o investimento. Melhoraram especialmente os padrões de consumo dos que eram familiares dos emigrantes. Criaram-se condições favoráveis ao financiamento dos investimentos no conjunto da economia, graças à expansão do crédito, que se tornou possível devido aos depósitos bancários que as remessas alimentavam. Estimularam a procura interna, o que dinamizou a expansão das actividades produtivas (Lopes, 1997, p. 178).

António Romão (1983, p. 127-129) considera o papel que a emigração desempenhou na integração europeia e resume-o do seguinte modo: pela pressão no mercado de trabalho, que leva a um aumento dos salários; pelo aumento dos rendimentos familiares que irão influenciar o consumo; e como “fonte de formação de disponibilidades sobre o exterior, facultando capacidade de importação e potencialidades de reestruturações produtivas”.

Os números das comunidades de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, pode ser consultado em anexo (Anexo 20).

2.2.1 Alguns países de emigração portuguesa

No caso da emigração portuguesa para a Europa, podemos tomar em consideração um conjunto de três países para os quais foi possível obter dados, como sejam a Alemanha a França e também a Espanha. Esta análise foi baseada no estudo, “Os Movimentos Migratórios Externos e sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal, 2002”, efectuado para o Observatório do Emprego e Formação Profissional.

No caso da emigração portuguesa para **França**, e com base no quadro anterior da emigração por destinos, a partir de 1957, este destino começou a destacar-se como um destino importante. Foram vários os factores que contribuíram para que um número tão

elevado de pessoas, decidiu emigrar para este destino, destacando-se: a proximidade geográfica, a oferta de salários mais elevados que a generalidade dos países europeus, a existência de “redes” de emigração, constituídas por amigos ou familiares, e a relativa facilidade de regularização da situação.

Até 1971, o fluxo de emigrantes portugueses não parou de aumentar. A emigração clandestina teve, para este país, uma grande importância devido aos factores anteriormente mencionados. Por exemplo, para o caso do Brasil a emigração clandestina não tinha grandes valores, pois a deslocação implicava o gasto de um valor elevado pela viagem.

O pico máximo da emigração portuguesa para França ocorre em 1970, ano em que o número total de emigrantes foi de 135 mil, representando o fluxo irregular cerca de 83% deste valor.

Joaquim da Costa Leite (2001, p. 14), refere que a França funciona, não só como país receptor de emigrantes, mas também como uma ponte para a abertura de novos destinos migratórios, como o Luxemburgo, a Bélgica e a Alemanha.

No caso da emigração portuguesa para a **Alemanha**, a falta de mão-de-obra no pós-guerra foi um factor determinante da política incentivadora à imigração existente na Alemanha nas décadas de 1950, 1960 e início dos anos de 1970. A 20 de Dezembro de 1955, a Alemanha assinou o primeiro acordo de recrutamento de migrantes com a Itália, seguindo-se acordos com outros países: Grécia e Espanha em 1960, Turquia em 1961, Marrocos em 1963, Portugal em 1964, Tunísia em 1965 e ex-Jugoslávia em 1968.

A política imigratória da RFA pretendia apenas o recrutamento de mão-de-obra, não previa a fixação definitiva dos trabalhadores estrangeiros no país. Esta processava-se de uma forma controlada e oficial, existindo departamentos que actuavam nos países de recrutamento. Tinha regras definidas, os trabalhadores eram encaminhados para os seus postos de trabalho, a maioria dos estrangeiros vivia em alojamentos especiais previstos para estes fins e a sua situação legal estava vinculada ao estatuto de trabalhador.

Este estudo considera que o primeiro grande período de emigração portuguesa para a Alemanha foi entre 1964-73/74, com excepção para os anos de 1967 e 1968. Este período iniciou-se com o acordo de recrutamento de mão-de-obra celebrado entre a Alemanha e

Portugal, a 17 de Março de 1964. Esta fase da emigração portuguesa caracterizou-se por um contínuo aumento de emigrantes portugueses, registando-se os valores mais elevados entre 1969 e 1973, representando neste ano 38.400 pessoas.

A imigração clandestina, foi de quase nula expressão na Alemanha, dado que esta procurou, desde o começo, enquadrar em bases controláveis e legalmente bem definidas, quer o processo de recrutamento, quer o de integração dos estrangeiros.

A emigração portuguesa em **Espanha** representa valores significativos. Em 1950, os 14.570 portugueses correspondiam a mais de um quarto dos estrangeiros residentes em Espanha.

Para além da proximidade geográfica, o *efeito de atravessamento*, que corresponde aos corredores de comunicação entre Portugal e a Europa, via Espanha, foi um factor que contribuiu para a fixação de alguns portugueses no país vizinho, sobretudo nos anos em que as possibilidades de instalação noutros países europeus eram mais difíceis. Também a proximidade cultural e linguística, foram um factor que facilitou os processos de intercâmbio migratório, tanto temporários, como definitivos.

O crescimento da Comunidade Portuguesa em Espanha tornou-se significativo nos anos de 1960, especialmente na segunda metade desta década. Neste período, surgiram novos destinos de emigração, como foram os espaços industriais e urbanos de Madrid, Barcelona e País Basco, atenuando-se o peso relativo das áreas de recepção tradicionais situadas junto à fronteira portuguesa (Galiza, Extremadura e Andaluzia).

2.3 Liberalização económica

O período posterior à II Grande Guerra Mundial, caracterizou-se por uma abertura gradual do país ao exterior, numa Europa em reconstrução económica no pós-guerra. Houve uma reorganização das instituições europeias ligadas ao Plano Marshall, com a criação da OECE, tendo sido Portugal um dos países fundadores.

Os primeiros passos no sentido da maior abertura ao exterior começaram a ser dados quando Portugal aceitou ajuda do Plano Marshall.³ Consequentemente tornou-se um dos membros fundadores da **Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE)** em 1948, criada com o objectivo inicial de coordenar a administração dos auxílios do Plano Marshall, (Rollo, 1994).

A caracterização da OECE, mais tarde OCDE, que seguidamente se apresenta, é baseada na informação obtida em José da Silva Lopes (1997, p. 114-115).

Foram convidados a participar na OECE todos os países europeus, com excepção da Espanha, no entanto, os países de Leste foram impedidos de participar pelo regime comunista.

A OECE dinamizou o reforço da cooperação económica entre os países membros, desempenhando um papel fundamental na recuperação das economias afectadas pela guerra e no rápido crescimento económico iniciado na década de 1950.

Das principais tarefas desempenhadas pela OECE, destacam-se as seguintes:

- “Promover a liberalização das trocas entre os países membros através da eliminação das restrições quantitativas ao comércio, da liberalização das operações cambiais relativas a transacções correntes e mesmo a alguns movimentos de capitais e da multilateralização dos pagamentos no âmbito da União Europeia de Pagamentos (EUP)”;
- “Exames conjuntos das políticas económicas dos países participantes (para tentar coordenar as respectivas políticas conjunturais);”
- “Promoção de acções de melhoria da produtividade em diversos ramos produtivos, através da Agência Europeia de Produtividade”.

Estabeleceram-se condições propícias à expansão das exportações e à limitação das protecções excessivas para a produção nacional no mercado interno. Assim se desenvolveu a maior interpenetração económica com o exterior, registando-se uma subida da

³ Como o país não foi alvo de destruição, o montante da ajuda do Plano Marshall foi pequeno, cinco empréstimos no valor de 54 milhões de dólares (Mata et. Al, 1993, p. 204-205).

percentagem da média das importações e exportações de bens e serviços em relação ao PIB de 16% em 1953 para 20% em 1960.

Em 1960 passou a designar-se OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos).

Em finais da década de 1950, surgiram: a Comunidade Económica Europeia, no seguimento na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CEE, criada em 1957 pela Bélgica, República Federal Alemã, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, através do Tratado de Roma assinado em Março de 1957) e a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL, ou EFTA, criada em 1960 pela Áustria, Dinamarca, Reino Unido, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, através da assinatura da convenção de Estocolmo em 4 de Janeiro), (Mateus, 1998, p. 81-82).

Com as negociações que levaram à criação da CEE, os restantes países membros da OECE, procuraram negociar uma zona de comércio livre que abrangesse todos os membros da OECE. Esta tentativa foi vetada pelo general De Gaulle, e como reacção os restantes países criaram a **EFTA** (Lopes, 1997, p. 115), inicialmente como um arranjo para permitir aos Estados membros chegarem a um acordo de comércio livre com a CEE.

A CEE pretendia abolir até 1967 as tarifas entre países membros e estabelecer uma pauta comum com tarifas reduzidas para as trocas comerciais com países terceiros. A EFTA iria construir uma zona de comércio livre, entre os países membros para os produtos industriais. Não possuía uma pauta aduaneira comum para os países terceiros, cada país era livre de estabelecer as regras de comércio com os outros países não membros (Mateus, 1998, p. 81-82).

A decisão por parte de Portugal de aderir à EFTA e não à CEE deveu-se a vários factores, (Lopes, 1997, p. 116-117):

- A CEE só admitia a adesão de países de regime democrático, enquanto a EFTA, não punha condições de ordem política, (além do facto de a Grã-Bretanha, país com uma ligação geopolítica a Portugal, que tinha igualmente problemas com as suas colónias, o que lhe dificultava a sua adesão à CEE, permanecer na EFTA, e aderir à CEE só em 1973);

- Permitia que se mantivesse o esquema de relações preferenciais de comércio com as colónias, uma vez que a EFTA assentava num modelo de zona de comércio livre, deixando aos países membros plena autonomia aduaneira nas relações com países terceiros, enquanto que a CEE implicaria a transição para uma união aduaneira, com a aplicação de uma pauta alfandegária comum;
- A EFTA não abrangia os produtos agrícolas, situação que era vantajosa para a agricultura portuguesa.

A EFTA contribuiu para os condicionalismos impostos pela posição portuguesa no regime estabelecido no Anexo G da Convenção da Associação, ao levar em conta o menor grau de desenvolvimento da economia portuguesa em comparação com as dos restantes Estados membros.⁴

A participação na EFTA foi um factor importante do progresso e modernização da economia portuguesa. As exportações aumentaram 19% ao ano, para o período de 1960-1972 (Mateus, 1998, p. 82).

O Reino Unido e a Dinamarca deixaram de fazer parte da EFTA em 1973 para juntamente com a Irlanda, aderirem à CEE. Portugal teve de negociar um tratado de associação com a Comunidade Económica Europeia para preservar os laços comerciais com estes países. Com a saída destes países, a quota da EFTA nas exportações nacionais desceu de 35% para 14%, valores de 1971-1972, (Lopes, 1997, p. 119).

Foi assinado em 22 de Julho de 1972 um **Acordo de Comércio Livre com a CEE** que começou a ser aplicado em 1973, aquando do alargamento da CEE. Este acordo marcou uma etapa importante no processo da integração europeia portuguesa.

Portugal passou a depender cerca de 40% das exportações e 50% das importações do conjunto dos países que compunham a CEE, (Mateus, 1998, p. 82).

⁴ O Anexo G, “consistiu em estabelecer que a protecção aduaneira das indústrias portuguesas seria desmantelada muito mais lentamente do que as dos seus parceiros e em permitir a reintrodução de direitos aduaneiros para proteger indústrias novas. O regime geral para a eliminação dos direitos aduaneiros sobre o comércio no interior da EFTA foi de dez anos, mas depois foi reduzido para seis anos. Portugal dispôs para o mesmo efeito de um período, fixado inicialmente em vinte anos, que acabou por ser várias vezes prolongado e que só veio de facto a terminar em 1992. Apenas nas mercadorias de que não havia produção interna, é que

As características do acordo para as trocas comerciais eram parecidas às que então vigoravam na EFTA, (Lopes, 1997, p. 120):

- Abrangia apenas os produtos industriais, embora houvesse algumas concessões limitadas para certos produtos agrícolas da exportação portuguesa;
- Removiam-se, durante um período transitório de quatro anos, as barreiras aduaneiras à entrada das mesmas exportações provenientes dos “seis” e da Irlanda respeitantes a produtos que não levantavam dificuldades de concorrência à indústria portuguesa. Nos produtos que interessavam à protecção da indústria portuguesa admitia-se um período mais alargado.

2.4 Política económica

José da Silva Lopes (1997, p. 123), refere que relativamente à **relação económica com as colónias**, o comércio com Portugal assentava no padrão tradicional, de lá vinham produtos primários e para lá iam alguns produtos alimentares, vinho e têxteis. Até ao início da década de 1960, este comércio estruturava-se na base de um sistema de preferências: os produtos da metrópole beneficiavam de reduções pautais e de facilidades no licenciamento nos territórios ultramarinos e, em contrapartida, as mercadorias provenientes das colónias tinham reduções nos direitos de importação no mercado português. Durante as décadas de 1950 e 1960, houve um rápido desenvolvimento da indústria tanto em Angola como em Moçambique.

Com a adesão de Portugal ao GATT, no seguimento da entrada na EFTA, surgiu um problema jurídico com a manutenção das preferências no comércio com as colónias, pois devido às regras impostas, só poderia haver um sistema de preferências se os territórios constituíssem uma zona de comércio livre ou uma união aduaneira.

Portugal acompanhou o ritmo de dismantelamento das barreiras ao comércio aplicado pelos seus parceiros da EFTA”, (Lopes, 1997, p. 117).

Foi feita uma tentativa de criar uma zona de comércio livre e de uma união monetária entre Portugal e as províncias ultramarinas, tendo sido publicada em 1961 legislação nesse sentido.⁵

Este sistema acabaria por não resultar, os saldos negativos das balanças de pagamentos eram elevados e a vantagem que Portugal tinha em comprar a preços baixos nas importações dos produtos vindos das colónias estava a diminuir.

Além do facto de o comércio externo português tender a orientar-se para os países mais desenvolvidos da Europa, fruto da crescente integração europeia portuguesa.

No início da década de 1970, surgiram “mudanças significativas no contexto internacional da economia portuguesa: o colapso do sistema monetário internacional de padrão-divisas-ouro de Bretton Woods, o fim da zona de comércio livre com as colónias portuguesas e a associação portuguesa à CEE” (Mata et al., 1993, p. 208).⁶ Como consequência das circunstâncias em que se encontravam os pagamentos dos territórios ultramarinos, a legislação introduzida em 1961 foi alterada em 1971. Foi introduzida uma maior protecção por parte das províncias ultramarinas relativamente aos produtos portugueses para diminuir os problemas ao nível das suas balanças de pagamentos. Consequentemente houve uma redução das relações económicas entre Portugal e as suas colónias de 1972 em diante.

Durante a década de 1950 as **contas públicas** correntes apresentaram saldos positivos significativos, na década seguinte esta situação alterou-se devido, sobretudo ao aumento das despesas com a guerra colonial, apesar de ter sido feita uma reforma fiscal entre 1959 e 1964.⁷ “Os programas de investimento foram mantidos e a educação, a saúde e a

⁵ Decreto-Lei n.º 44 016, de 8 de Novembro de 1961

⁶ No sistema monetário de Bretton Woods, todas as moedas estavam cotadas em relação ao dólar americano, comprometendo-se os países a manter uma paridade fixa em torno de 1% da taxa central. O dólar estava fixo em relação ao ouro, 35 dólares por onça de ouro. Os EUA eram o único país que não tinha de respeitar o défice da balança de pagamentos. Este regime só era viável enquanto o dólar fosse uma moeda estável. Com a inflação dos anos de 1960 e os sucessivos défices da balança americana, este sistema caiu em descrédito. Terminou em 1971 e começou a flutuação entre as principais moedas internacionais (Mateus, 1998, p. 72-73).

⁷ A reforma fiscal entre 1959 e 1964, visava, relativamente aos impostos directos (a contribuição predial sobre a propriedade rústica e urbana, a contribuição industrial sobre os lucros, o imposto sobre a aplicação de capitais sobre os juros e rendimentos de títulos, o imposto profissional sobre os rendimentos do trabalho e o imposto complementar sobre o rendimento global das famílias e das empresas), alteração nas regras de cálculo do rendimento colectável, de modo a coincidir com o rendimento efectivo. Relativamente aos impostos indirectos, foi abolida a maior parte dos impostos de consumo e vários impostos de produção,

segurança social aumentaram o seu peso na estrutura das despesas públicas” (Mata et al., 1993, p. 209).

O principal objectivo dos **Planos de Fomento** era o de coordenar os planos de investimento público e criar uma estrutura de planeamento indicativo para toda a economia. Eram compostos por duas partes, uma para a metrópole e outra para as colónias. O Primeiro Plano de Fomento compreendia o período entre 1953 e 1958, o Segundo Plano de Fomento abrangia o período entre 1959 e 1964, o Plano Intercalar de Fomento os anos entre 1965 e 1967 e o Terceiro Plano de Fomento os anos entre 1968 e 1973.⁸

O I Plano de Fomento era essencialmente um plano de investimentos públicos em infra-estruturas e indústrias de base, que não formulava objectivos globais para a economia. Os principais investimentos eram destinados à energia, 34,6%, transportes e comunicações 32,1%. As verbas totais disponibilizadas, representavam cerca de 2% do PIB, (Mateus, 1998, p. 88).

O II Plano de Fomento procurou apresentar um diagnóstico da economia e identificar os principais estrangulamentos ao desenvolvimento. Fixava objectivos económicos globais e embora apresentasse projecções económicas, continuava a ser um conjunto de investimentos sectoriais, sem grandes preocupações de coordenação entre eles (Lopes, 1997, p. 284-285). A maior parcela do investimento era dedicada aos transportes e comunicações, 30,8%, seguindo-se a indústria com 27,4% do investimento.

O Plano Intercalar de Fomento foi o primeiro onde se tentou um planeamento global e onde se tentou estabelecer a coerência entre as projecções macroeconómicas e os programas sectoriais (Lopes, 1997, p. 285). Foram incluídos objectivos de natureza social, nomeadamente a saúde e a habitação, embora com valores de investimento reduzidos, com 1% e 5,4%, respectivamente. O Turismo, surge pela primeira vez num Plano de Fomento como sector contemplado, sendo-lhe atribuída uma percentagem de 2,8% do investimento. Em 1964, tinha sido o ano onde se registou a entrada de um milhão de estrangeiros, valor

sendo criado um imposto geral sobre as transacções. Houve reduções significativas nas pautas aduaneiras, principalmente relacionadas com a adopção do GATT e com a entrada nas zonas de comércio livre (Mata et al., 1993, p. 209-210).

⁸ Foi preparado um Quarto Plano de Fomento para o período 1974 a 1979, mas que foi abandonado após a revolução de 1974.

representativo do aumento da importância do sector, que crescia a um ritmo elevado, conforme será posteriormente, referenciado.

Relativamente ao Plano Intercalar de Fomento, Benedita Câmara (2003, p. 12-13) refere que o Turismo foi colocado num contexto do desenvolvimento nacional e regional, tendo sido escolhidas duas regiões para promoção o Algarve e a Madeira. Os objectivos que foram propostos para o sector do Turismo foram: o aumento das taxas de crescimento; o aumento da mão-de-obra empregue no sector; o aumento da exportação de serviços; a diminuição das assimetrias regionais e melhor qualidade de vida. O investimento no Turismo era visto de uma forma vantajosa ao nível da balança de pagamentos, porque implicava importações reduzidas e os obstáculos ao crescimento do sector era considerados significativamente inferiores aos provocados pela industrialização do país. Os incentivos e sistema de crédito ao investimento na indústria turística, deixaram de estar limitados à hotelaria e passaram a incluir campos de golfe, barcos de recreio, porque consideravam ser necessário criar actividades onde o turista pudesse gastar mais dinheiro. Surgiu também o interesse em captar fontes de financiamento estrangeiras para o desenvolvimento do Turismo em Portugal.

O III Plano de Fomento deu maior relevo aos problemas dos desequilíbrios regionais. Passou a tratar-se mais explicitamente dos aspectos regionais ligados ao financiamento, ao comércio externo, ao emprego e à produtividade, embora o núcleo operacional do plano continuasse a ser os programas de investimento sectoriais relativos às actividades produtivas, às infra-estruturas, ao ensino, à habitação e à saúde. A percentagem do investimento atribuída ao Turismo é de 9,7%, o que representa um aumento considerável relativamente ao Plano anterior, fruto do reconhecimento da sua contribuição para o desenvolvimento económico. Abel Mateus (1998, p. 90) refere que foi com este Plano que se reconheceu a necessidade de basear o crescimento “nas vantagens comparativas e na concorrência internacional”, surgindo durante este período uma política de “promoção das exportações”.

Quadro 7 - Percentagem do investimento dos Planos de Fomento pelos sectores

Sector	I Plano (1953-58)	II Plano (1958-64)	Plano Int. (1965-67)	III Plano (1968-73)
Agricultura, Pesca	17,0%	17,3%	8,0%	15,1%
Indústria	11,6%	27,4%	43,0%	25,2%
Energia	34,6%	21,4%	16,0%	14,7%
Transportes e Com.	32,1%	30,8%	18,0%	22,2%
Ensino e Investig.	2,1%	3,0%	2,5%	4,6%
Turismo			2,8%	9,7%
Saúde			1,0%	1,9%
Habituação			5,4%	6,6%

Fonte: Neves, 1994, p. 80.

O investimento público foi dirigido em grande parte para as obras públicas, sendo o sector dos transportes o que foi mais beneficiado, com a construção de aeroportos, as redes rodoviária e ferroviária receberam melhoramentos significativos, passando também a indústria a ser grandemente beneficiada a partir do II Plano de Fomento.

O **condicionamento industrial** surgiu como um sistema provisório criado para ajudar a ultrapassar as dificuldades da conjuntura económica da Grande Depressão. As empresas produziam ao abrigo da concorrência não existindo assim, um estímulo à inovação e o facto de não serem competitivas justificava a necessidade de continuar a existir o condicionamento industrial. Como não existia liberdade de investimento nem capacidade empreendedora, consequentemente não foram introduzidas modernizações tecnológicas, o que perpetuava este ciclo. O condicionamento industrial funcionou como um meio de impedir a concorrência em alguns sectores importantes da economia.

Relativamente à **Balança de Pagamentos**, no final da década de 1940, “as importações eram claramente superiores às exportações, mas as remessas dos emigrantes e os movimentos de capitais compensavam em média os saldos comerciais negativos. Para além disso, as receitas provenientes dos gastos dos turistas estrangeiros tornaram-se também gradualmente uma rubrica importante da balança de transacções correntes”, “o equilíbrio

aproximado dos pagamentos externos e a estabilidade monetária mantiveram-se durante a década de 1950” (Mata et al., 1993, p. 205).⁹

Durante a década de 1960 e começos da década de 1970, Portugal não teve problemas significativos de pagamentos externos. O saldo negativo da balança comercial manteve-se como uma constante da economia portuguesa, passou de 4,8% do PIB em 1960 para 7,8% em 1973, (Lopes, 1997, p. 136), mas este saldo negativo era compensado por vários fluxos líquidos positivos, dos quais se destacam: as remessas dos emigrantes, as entradas de capitais e os gastos dos turistas no país, que aumentaram significativamente.

Como consequência dos saldos positivos da balança de pagamentos, as reservas do Banco de Portugal em ouro e divisas atingiram valores bastante elevados para um país com uma dimensão económica reduzida.

Fazendo uma comparação entre a situação económica de Portugal, através do PIB a preços constantes, ou seja, o PIB real, que regista a mesma produção a preços constantes que vigoravam num determinado ano base escolhido, (as variações entre anos do PIB real resultam apenas das variações nas quantidades produzidas), por oposição a outros países como a CE-12, Grécia, Espanha, Irlanda e países em vias de desenvolvimento, podemos chegar a algumas conclusões.

Quadro 8 - Crescimento Económico, taxas médias anuais a preços constantes

Taxas de crescimento do PIB	1950-1960	1960-1973
Portugal	4,1 %	6,9 %
CE-12	5,1 %	4,7 %
Grécia	6,0 %	7,6 %
Espanha	4,7 %	7,2 %
Irlanda	1,5 %	4,4 %
Países em vias de desenvolvimento	4,6 %	6,0 %

Fonte: Lopes, 1996, p. 44.

⁹ Ver Anexo 14, balança de pagamentos

Taxas de crescimento do PIB <i>per capita</i>	1950-1960	1960-1973
Portugal	3,6 %	6,9 %
CE-12	4,3 %	3,9 %
Grécia	5,0 %	7,0 %
Espanha	3,8 %	6,1 %
Irlanda	2,0 %	3,8 %
Países em vias de desenvolvimento	2,5 %	3,6 %

Fonte: Lopes, 1996, p. 44.

Durante a década de 1950, a expansão económica tendeu a acelerar, mas o crescimento económico português estava aquém do ritmo de crescimento económico que se verificava pela Europa, com a excepção da Irlanda. O **PIB** de alguns desses países estava a aumentar mais depressa por volta de 1950, porque eles estavam ainda na fase de recuperação dos danos da II Grande Guerra Mundial. Como Portugal não tinha sido afectado pela guerra, o seu crescimento não era tão elevado (Lopes, 1997, p. 44).

No período de 1960 a 1973 o ritmo de crescimento médio do PIB atingiu os 6,9% ao ano. O PIB *per capita* subiu praticamente à mesma taxa. Portugal foi o país, de entre os analisados no gráfico anterior, que teve a maior taxa de crescimento do PIB *per capita*, à excepção da Grécia.

Este foi o período de grande crescimento económico para a economia portuguesa.

2.5 Factores do crescimento económico

O período compreendido entre 1950 e 1973 caracterizou-se por um elevado crescimento económico. Foram vários os factores que contribuíram para este desenvolvimento, e que já foram anteriormente mencionados, nomeadamente a abertura do país ao exterior, a adesão à EFTA, ao GATT, a participação no FMI e no Banco Mundial, mas também profundas

alterações ao nível interno do país. A generalização do ensino, a transferência de trabalhadores entre sectores de actividade, diminuindo o peso do sector primário e o crescimento dos sectores secundário e terciário, o aumento da população nas cidades e nas zonas do litoral, o aumento acentuado da emigração e consequentemente das remessas enviadas pelos emigrantes, que contribuíram para a melhoria do nível de vida dos familiares, e estimularam o consumo e o investimento.

O crescimento económico, do lado da oferta, depende da evolução e eficiência dos factores de produção que são o trabalho e o capital. A eficiência mede-se em termos de produtividade.

José da Silva Lopes (1997, p. 51-55) refere que o crescimento para o período compreendido entre 1960 e 1973 se ficou a dever mais a uma melhoria da produtividade global do que à evolução quantitativa dos factores de produção. As taxas médias de crescimento das empresas foram 6,7% ao ano, sendo atribuído 1,7% do crescimento médio anual ao capital e ao trabalho e 5% à produtividade global.

No conjunto de todos os sectores de actividade, o aumento da produtividade do trabalho foi de 7,5% ao ano, valor que o autor refere só ter sido ultrapassado pela Grécia. Houve uma contribuição qualitativa e não quantitativa do factor trabalho. Diminuiu a mão-de-obra disponível devido à emigração e houve consequentemente uma absorção dos trabalhadores agrícolas para os outros ramos de actividade. O aumento da produtividade da mão-de-obra contribuiu bastante para o aumento da produtividade global.

No que diz respeito ao factor capital, podemos observar os seguintes valores para o investimento e os recursos nele aplicados, em percentagem relativamente ao PIB:

Quadro 9 – Factor capital, investimento e recursos aplicados

	1960-1965	1966-1973
Formação Bruta de Capital Fixo	21,1%	24,8%
Variação das Existências	4,4%	1,7%
Investimento Total	25,5%	26,5%
Poupança de Residentes	19,1%	21,1%
Remessas de Emigrantes	3,5%	7,7%
Transferências Públicas		
Poupança Externa	2,9%	-2,2%
Total	25,5%	26,5%

Fonte: Lopes, 1997, p. 53

Os investimentos em capital fixo foram a base das políticas de desenvolvimento económico, sendo fundamentalmente financiadas pela poupança, que apresentava valores crescentes. O investimento total representava para o período 1960-65 cerca de 25,5% relativamente ao PIB, para o período 1966-73, este valor aumentou para 26,5% do PIB. Estes investimentos eram financiados pela poupança, de residentes e externa e pelas remessas de emigrantes, sendo estas as que apresentam o maior crescimento entre os dois períodos, fruto também de um aumento da emigração, como já foi anteriormente referido.

2.6 Conclusão

O período em estudo, que abrange os anos de 1950 a 1973 ficou marcado a nível nacional, por profundas alterações económicas e sociais. Foi um período de grande crescimento, não só em Portugal, mas também em toda a Europa. Portugal cresceu a um ritmo de 5,6%, sendo apenas ultrapassado pela Grécia, para o mesmo período (Crafts, 1995, p. 435).

Os factores que estiveram na origem deste crescimento foram tanto internos como externos. O processo de liberalização económica iniciou-se quando Portugal aceitou a ajuda do Plano Marshall, tornando-se conseqüentemente um dos membros fundadores da OECE, criando-se condições favoráveis ao aumento das exportações e também à limitação

das protecções excessivas para a produção nacional no mercado interno. Em 1960 aderiu à EFTA e em 1972 assinou um Acordo de Comércio Livre com a CEE.

A par com a crescente abertura do país ao estrangeiro, surgem alterações profundas na sociedade portuguesa. Existiu uma generalização do ensino, com a melhoria da taxa de escolarização, tendo aumentado o número de estudantes em todos os graus de ensino. Aparecem quadros especializados, com formação superior, nomeadamente de economistas, que têm outras preocupações a nível económico, do que, as até aqui existentes, contribuindo grandemente para a melhoria das políticas de desenvolvimento e investimento económico. Através do investimento realizado pelos Planos de Fomento é possível verificar o surgimento de novas preocupações sociais, como a saúde e a habitação, mas também o reconhecimento da importância do papel desempenhado pelo Turismo numa perspectiva económica, como sector relevante para o desenvolvimento económico.

Relativamente à distribuição geográfica da população, as grandes cidades e o litoral, aumentam em número de habitantes, em detrimento dos distritos do interior.

A nível da população existiu uma redistribuição da mão-de-obra pelos sectores de actividade. A agricultura diminuiu o seu peso no conjunto dos outros sectores, enquanto estes absorvem a mão-de-obra proveniente do sub-emprego agrícola. No entanto, a nível da produção houve um aumento da produtividade global, apesar da diminuição quantitativa de trabalhadores.

A emigração contribuiu também para a redução da mão-de-obra disponível. Esta representou, principalmente na década de 1960 e princípio da de 1970, uma profunda alteração na sociedade portuguesa. Atingiu valores nunca antes imaginados, e os fluxos migratórios desviam-se do Brasil, destino tradicional da emigração portuguesa, para a Europa, especialmente para França. A emigração trouxe vantagens a nível económico, como a redução do desemprego e um aumento dos salários fruto da diminuição da mão-de-obra disponível; as remessas enviadas pelos emigrantes desempenharam um papel relevante estimulando o consumo e o investimento.

Relativamente à política económica deste período e referindo a relação económica com as colónias, estas representavam um papel importante nas trocas comerciais. De lá vinham

produtos primários e para lá iam produtos alimentares. No entanto, numa perspectiva de integração europeia, Portugal começou a virar-se mais para os países da Europa. A balança de pagamentos caracterizava-se por ter importações superiores às exportações, mas que eram compensadas pelas remessas dos emigrantes e pelos movimentos de capitais. Os gastos dos turistas aumentaram, principalmente a partir da década de 1960, o que também contribuiu favoravelmente para a balança de pagamentos.

Referindo os factores do crescimento económico, estes dependem da evolução e eficiência dos factores de produção, que são o trabalho e o capital. Durante o período em estudo, houve um grande aumento na produtividade total do trabalho, que entre 1960 e 1973, cresceu 7,5% ao ano, apesar da diminuição da mão-de-obra disponível. Relativamente ao factor capital, houve também um aumento do investimento, financiado em grande parte pela poupança.

Este foi o período de maior crescimento da economia portuguesa, ficando conhecido como a época de ouro do crescimento económico português.

Capítulo 3 – O Turismo

O Turismo é considerado uma importante actividade económica, devido à sua contribuição directa ou indirecta para a economia. Nem sempre é possível determinar com exactidão as actividades indirectamente influenciadas pelo sector, pois este está relacionado com os diversos sectores de actividade.

O desenvolvimento e expansão do Turismo começou no final do século XIX, tendo conhecido um novo impulso nos últimos quarenta anos. Esta expansão deveu-se a grandes alterações demográficas e a um crescente desenvolvimento económico generalizado, ao progresso dos meios de transporte, sobretudo do automóvel e do avião, das vias de comunicação, bem como alterações nas regalias sociais dos trabalhadores e ao aumento dos rendimentos.

Resumidamente, pode dizer-se que “a moderna expansão do Turismo está relacionada directamente com três factores: o aumento dos tempos livres, o progresso verificado nos meios de transporte e a melhoria do nível de vida sobretudo nos países mais desenvolvidos”, (Vieira, 1997, p. 25).

3.1 Conceitos de Turismo

São várias as organizações internacionais que se dedicam ao estudo do Turismo; a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o Conselho Mundial do Turismo e Viagens e a OMT (Organização Mundial do Turismo), entre outros. A nível nacional pode referir-se a Direcção Geral do Turismo, e a publicação das Estatísticas do Turismo por parte do Instituto Nacional de Estatística.

João Martins Vieira (1997, p. 44-45) refere que a OMT **define turista** internacional como: “qualquer pessoa que residindo num país, independentemente da sua nacionalidade, viaje

para um local num outro país que não seja o da sua residência habitual, por um período de tempo não inferior a 24 horas ou (apenas por) uma noite com um objectivo que não seja o exercício de uma actividade remunerada no país visitado”.

O Turismo é encarado como “o consumo ou utilização de bens ou serviços, efectuado em local distinto ao da sua residência habitual”.¹⁰ Esta definição deixa, no entanto de fora a interacção com outras actividades indirectamente relacionadas com o sector.

O *American National Tourism Policy Study*, define Turismo como o conjunto de acções ou actividades dos turistas ou o conjunto das actividades económicas que servem os turistas, constituindo esse conjunto um complexo sistema em que interagem um vasto conjunto de bens e serviços, tais como alojamento, transportes, restauração, artesanato, museus, divertimentos, folclore, etc. (Vieira, 1997, p. 43-44).

O INE e nomeadamente através das Estatísticas do Turismo, considera 3 tipos de entradas em Portugal, relacionadas com o Turismo: os turistas, os excursionistas e as pessoas em trânsito. Define turista como “o indivíduo com residência habitual no estrangeiro, que permanece por período não inferior a 24 horas no território” nacional. Considera excursionista como “o indivíduo residente no estrangeiro, que permanece menos de 24 horas no território” nacional.

O Turismo é uma actividade económica relevante e pode ser abordado tendo em conta os seguintes aspectos: a mobilidade e o elevado número de pessoas que nele participam; as receitas que gera; a mão-de-obra que utiliza e pela escala que ocupa ao nível das actividades.

O Turismo agrupa um conjunto de actividades produtivas e de consumo, que originam deslocações de pessoas, incluindo pelo menos uma noite passada fora do local habitual, sendo o motivo da viagem, o recreio, os negócios, a saúde, ou a participação em reuniões de carácter profissional, desportivo ou religioso.

Relativamente à tipologia do sector (Baptista, 1990, p. 27-28) refere que, podem ser consideradas várias formas de Turismo. Pode distinguir-se de acordo com o número de

¹⁰ João Albino Matos da Silva – A Gestão da Actividade Turística – Comunicação apresentada na Universidade do Algarve – 13-11-1989.

peessoas que viajam, como sendo individual ou de grupo. Pode ser definido em função do meio de transporte utilizado (aéreo, marítimo, ferroviário, rodoviário), em função da idade (Turismo jovem e de terceira idade), em função do orçamento (Turismo de luxo, de classe média ou Turismo social), em função do destino (Turismo balnear, de montanha ou rural). Relativamente ao objectivo ou motivação pode ser definido como: Turismo de lazer, Turismo histórico, Turismo cultural, Turismo étnico, Turismo religioso, Turismo desportivo ou Turismo de negócios.

Cada um destes tipos de Turismo realça uma motivação de cada turista e um ou outro recurso de uma região, sendo um destino tanto mais rico turisticamente quantos mais recursos oferecer e motivações provocar.

A Direcção Geral do Turismo define recurso turístico como sendo “todo o elemento natural, actividade humana ou seu produto, capaz de motivar a deslocação de pessoas, de ocupar os seus tempos livres ou de satisfazer as necessidades decorrentes da sua permanência” (Vieira, 1997, p. 53).

O facto de existirem recursos turísticos de qualidade e fáceis de aceder pelo turista, contribui para a diferenciação entre os destinos, tornando-se um factor de procura.

As medidas do Turismo estão relacionadas com o desempenho deste sector na economia e na utilização de mão-de-obra, não dando importância a outros aspectos mais difíceis de quantificar, como sejam o grau de satisfação, o impacto nas zonas de acolhimento, entre outros.

As variáveis mais utilizadas para medir o Turismo são as que estão mais directamente relacionadas com ele: a entrada de visitantes residentes no estrangeiro (turistas ou excursionistas); as receitas do Turismo; as infra-estruturas de alojamento e restauração; o número de dormidas na hotelaria; o número de hóspedes; o número de passageiros transportados.

A nível económico, as variáveis mais importantes para determinar a importância do sector turístico são a sua contribuição para o PIB e o número de empregos criados, relacionados com o Turismo.

A procura de serviços turísticos é determinada por factores externos ao sector, como são o rendimento e o nível de preços, a melhoria dos transportes e das comunicações, bem como pelas forças de mercado.

As determinantes económicas da procura turística são as que mais interessam, na perspectiva deste trabalho. Os principais factores que influenciam o Turismo, sobretudo o Turismo internacional, são (Vieira, 1997, p. 51): a inflação e as suas variações entre países; os diferenciais nas taxas de juro; os diferenciais nos preços dos serviços turísticos; o rendimento familiar.

A procura turística é altamente elástica (Baptista, 1990, p. 71), para um destino novo ou na moda, baixando gradualmente quando este destino se consagra. A elasticidade pode reaparecer se os preços aumentam de modo a que a região fica fora do mercado, salvo se existirem condições para capturar o Turismo de elite.

O factor preço, por si só, pode não ser suficiente para atrair pessoas para um determinado destino. Este factor tem que estar aliado a outros, como são a existência de infra-estruturas e de estruturas de acolhimento.

O Turismo é sensível a condições de instabilidade política, de terrorismo e é influenciado pelos hábitos de viagem e pelos operadores, que promovem determinados destinos.

A sazonalidade afecta bastante a procura turística, condicionada por factores institucionais, como são as férias escolares, as férias de trabalho em Agosto, o que causa grandes concentrações de fluxos turísticos nestas épocas e não permite uma distribuição dos fluxos turísticos ao longo do ano. Para o período em análise, pode ser consultada em anexo a tabela de entrada de turistas por mês (Anexo 17), onde se pode constatar que a maior concentração de turistas ocorre nos meses de Verão.

As vantagens ou desvantagens de um destino turístico em detrimento de outro, surgem da combinação de um conjunto de factores, como são os seus recursos naturais – clima, orografia, fauna, flora; os recursos históricos, culturais e artísticos; os recursos humanos; as infra-estruturas de alojamento, restauração, transportes e infra-estruturas de comunicação e saneamento.

3.2 Primórdios do Turismo em Portugal

A informação obtida para esta resenha histórica do Turismo, é baseada em quatro fontes fundamentais: 90 anos de Turismo em Portugal, Licínio Cunha (1997), João Martins Vieira (1997) e Paulo Pina (1998).

As viagens eram, inicialmente, motivadas tanto por motivos religiosos como comerciais, não estando o seu início definido no tempo. O Turismo internacional em Portugal, só começou a ser mencionado no final do século XIX, quando eram já relativamente frequentes as visitas de estrangeiros a Portugal, pois a Europa atravessava nesta fase um período de expansão. As localidades mais conhecidas como destino turístico eram Sintra, frequentada por Lord Byron, 1788-1824, que passou aí algum tempo, e a Madeira, destino frequentado pela aristocracia inglesa que se deslocava nos navios da Mala Real Inglesa, que faziam escala no Funchal, a caminho da África do Sul.

O Turismo na Madeira é referenciado desde o século XIX, não só através dos navios que faziam escala no seu porto, mas também pelo seu clima que seria aconselhado em casos de doenças pulmonares e quando passaram a deslocar-se menos doentes à ilha, fruto da crítica às virtualidades terapêuticas da ilha, o fluxo de pessoas foi compensado por outro tipo de viajante, com outras motivações. Em 1851 o número de turistas na ilha seria de 300 a 400 e em 1911 eram 6.068 (Câmara, 2002, p. 278-291).

A nível interno, o Turismo era um privilégio só de alguns portugueses, não tinha expressão na economia nacional.

Ramalho Ortigão, foi um dos principais pioneiros da divulgação turística portuguesa. São da sua autoria o primeiro roteiro turístico termal português e o primeiro roteiro balnear português, publicados em 1875 e 1876 respectivamente.¹¹

Nessa época passavam férias em Cascais ribatejanos que desciam o Tejo de barco, com início na Barquinha, então um importante porto fluvial. Existiam várias estâncias de veraneio ao longo da costa como Espinho e a Póvoa do Varzim, a Figueira da Foz, a

¹¹ Ortigão, Ramalho – **Banhos de caldas e águas minerais**. Lisboa: A. M. Teixeira, 1944; Ortigão, Ramalho – **As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante**. Lisboa: Livraria Clássica, 1943

Ericeira e Cascais. No interior do país, as termas e a sua hotelaria eram um destino turístico frequentado pela aristocracia nacional, sendo disso exemplo, as termas de Monchique, Vidago e Pedras Salgadas.

O Plano Financeiro de Mariano de Carvalho, datado de 1893, defendia que o Turismo podia contribuir para a solução dos graves problemas financeiros que o país atravessava, foi o reconhecimento político da importância económica do Turismo internacional (Pina, 1998).

Lícínio Cunha, refere quatro etapas de desenvolvimento do Turismo português: a primeira etapa compreendida entre 1900 e 1950 é designada como a infância, a segunda etapa compreende o período de 1950 a 1963 é a adolescência, a terceira etapa, a maioridade vai de 1963 a 1973, após este ano o Turismo português entra na sua maturidade.

Na fase da infância do Turismo em Portugal, o desenvolvimento dos transportes e a melhoria das vias de comunicação, foram factores importantes e fundamentais para o seu desenvolvimento. Em 1900 existiam em Portugal 14.230 km de rede rodoviária e em 1902 existiam 2.974 km de Linhas-férreas (Vieira, 1997, p. 32).

O desenvolvimento da aviação comercial desempenhou um papel fundamental, ao colocar mais próximos os destinos. Em 1927 os Serviços Aéreos Portugueses ligavam Lisboa a Madrid e Lisboa a Sevilha. Em 1934 constituiu-se a Aero-Portuguesa que ligava Lisboa a Casablanca, enquanto os hidroaviões da Pan American faziam escala em Lisboa e nos Açores, nas suas ligações com os Estados Unidos. A Aero-Portuguesa passou a integrar a TAP a partir de 1953. Em 1942 foi inaugurado o aeroporto de Lisboa, em 1945 o do Porto e em 1965 o de Faro.

Os Transportes Aéreos Portugueses – TAP, foram criados em 1944 como serviço especial no quadro do Secretariado da Aeronáutica Civil, iniciaram os seus serviços em 1946 entre Lisboa e Madrid e expandiram-se ligando Lisboa a Luanda e a Lourenço Marques no final de 1946. Com a inclusão dos aviões a jacto na sua frota em 1962, a TAP iniciou uma fase de grande expansão beneficiando do aumento dos fluxos turísticos internacionais (ver Anexo 16, Evolução da Actividade da TAP em Portugal).

Durante esta fase de “infância” do Turismo, houve uma preocupação com a sua estruturação e organização, através da criação da Sociedade de Propaganda de Portugal em 1906 e da constituição do Conselho de Turismo, apoiado por uma Repartição de Turismo, em 1911.

Em 1920 reformou-se a estrutura da organização oficial do Turismo com a criação da Administração Geral das Estradas e do Turismo integrada no Ministério do Comércio e Comunicações.

O Turismo ficou na dependência do Ministério do Interior, ficando ao longo da década de 1930 dividido também pela tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, já que as Casas de Portugal e Comissões de Propaganda de Turismo estão sob a sua alçada. Em 1929 é criado o Conselho Nacional de Turismo.

Não existia nestes anos, uma preocupação em contabilizar o número de turistas que visitavam o país, estes eram incluídos no total das entradas de estrangeiros. Em 1936 o INE passou a tratar dados relativos ao número de estrangeiros que entram em Portugal (ver anexo da entrada de estrangeiros em Portugal, Anexo 15). Neste ano eram 51.124, tendo entrado 34.471 por fronteira terrestre, 16135 por fronteira marítima e 518 por via aérea.

Existia também uma preocupação com a promoção de Portugal no exterior, nomeadamente, através da edição de folhetos, sendo editado pela SPP o primeiro folheto de propaganda, *Sunny Portugal*, em 1913 e a primeira publicação regular sobre Turismo, surgiu em 1915 com a “Revista do Turismo”. Portugal participa em feiras internacionais, em 1915 na Exposição Universal de S. Francisco, em 1937 participa na Exposição Internacional de Paris e em 1939 participa na Exposição Internacional de Nova Iorque. Em 1930 são lançadas as primeiras representações de Portugal no estrangeiro, no ano seguinte é inaugurada a Casa de Portugal em Paris e em 1932 a Casa de Portugal em Londres, reforçando assim a estrutura promocional no estrangeiro, fundamental para o desenvolvimento do Turismo internacional em Portugal.

Não existiam planos de desenvolvimento que procurassem fomentar determinados tipos de Turismo, em detrimento de outros. Em 1914 surgiu o projecto para transformar o Estoril numa estância balnear internacional. Foi apresentado um projecto-lei para a criação de três

zonas de jogo, Cascais/Estoril/Sintra, Praia da Rocha/Monchique e Figueira da Foz/Buçaco. Nesse mesmo ano o Jogo foi regulamentado, sendo criadas duas zonas permanentes, que são o Estoril e a Madeira, e seis zonas sazonais.

A hotelaria deste período, caracterizava-se predominantemente por hotéis de qualidade, associados ao tipo de Turismo que predominava neste período, que era um Turismo de luxo, onde não interessava o Turismo de massas. Uma nota da Presidência do Conselho, refere em 1938 que “não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão...” (Pires, 2003, p. 38).

Existia em 1917 uma preocupação com o incentivo ao desenvolvimento da hotelaria, a SPP obteve do Governo a instituição de um regime fiscal de facilidades que incluíam a isenção de impostos e taxas para hotéis com mais de 100 quartos nos concelhos de Lisboa e Porto e mais de 50 no resto do país.

Em 1917, Alexandre de Almeida iniciou a mais antiga cadeia de hotéis portugueses, os “Hotéis Alexandre de Almeida”, onde se incluíam hotéis como os Hotéis Metrópole, Francfort e Europa em Lisboa, o Palace Hotel do Buçaco e Hotel Miradouro, Palace Hotel da Cúria, Astória em Coimbra e mais tarde o Hotel Praia Mar em Carcavelos. Outras unidades hoteleiras são uma referência, pelo seu prestígio e passado na história do Turismo em Portugal: Avenida Palace Hotel e o Hotel Aviz em Lisboa, Hotel Palácio no Estoril e o Hotel Palace em Vidago (inaugurado em 1910 por D. Manuel II). António Ferro inaugurou em Elvas, em 1942 a primeira de uma rede de pousadas, exemplo da hotelaria de cariz português.

Existia também já alguma preocupação com a qualidade dos serviços prestados e o primeiro curso para formação na área do Turismo, foi criado em 1909 na Casa Pia de Lisboa, era o Curso Profissional de Empregados de Hotel.

A etapa da adolescência do Turismo e da maioridade, que abrange o período 1950-1973, são as fases relevantes para este estudo.

No início da década de 1950, com a recuperação pós-guerra dos países europeus, inicia-se uma nova fase para o Turismo. Este passa a ser entendido como uma actividade económica.

Surge uma preocupação por parte dos órgãos governamentais para este assunto. Em 1954 foi promulgada a Lei 2073, estatuinto sobre o exercício da indústria hoteleira, criando o estatuto de “utilidade turística”, o que passou a permitir o acesso das empresas hoteleiras a isenções fiscais bem como o recurso ao crédito, destinado a fomentar o desenvolvimento do sector (Cunha, 1997, p. 92). Em 1956 foi publicada a Lei 2082, que passou a constituir a lei base do Turismo. É criado o Fundo de Turismo, sob a égide do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Aumenta a consciência para a necessidade de prestar serviços de qualidade, em 1957 é criado o Estatuto das Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira e em 1958 abre a Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa e em 1967 foram criadas as Escolas de Hotelaria de Faro e do Funchal e em 1969 a Escola de Hotelaria do Porto.

Em 1965 o Turismo, por si só, foi beneficiado pela primeira vez no Plano Intercalar de Fomento. Foi criado o Comissariado de Turismo e o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira. Em 1968 o sector turístico foi considerado de importância estratégica pelo III Plano de Fomento. O SNI passou a ter estatuto de Secretaria de Estado de Informação e Turismo, ao mesmo tempo que é criada a Direcção Geral do Turismo.

3.3 O Turismo em Portugal no período 1950-1973

Após a II Grande Guerra Mundial, iniciou-se a primeira fase de grande expansão do Turismo, associado a factores como foram a melhoria das condições de vida tanto a nível económico como social, aliado a uma melhoria dos transportes e das vias de comunicação. Surgiram as férias pagas e os países mais ricos contribuíram decisivamente para o crescimento da indústria do Turismo a nível mundial. Portugal não fica alheio a este fenómeno.

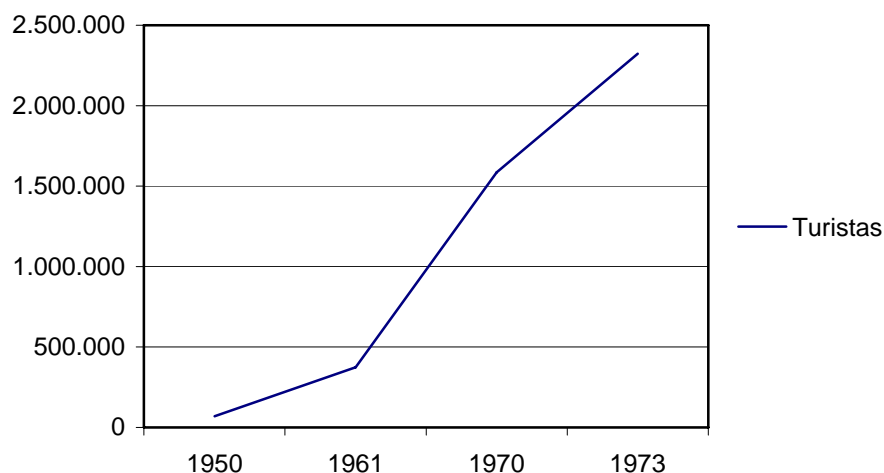
Para este período, o Turismo em Portugal teve um crescimento exponencial como se pode constatar com base nos seguintes valores.

Quadro 10 – Evolução do número de turistas

Ano	1950	1961	1970	1973
Turistas Recebidos em Portugal	70.307	375.450	1.586.400	2.323.300

Fonte: Vieira, 1997, p. 35. Estatísticas do Turismo, INE

O número de turistas cresce de 70.307 em 1950, para 2.323.300 em 1973. Estas taxas de crescimento médias anuais muito elevadas, são características do crescimento explosivo inicial dos produtos e serviços novos.

Quadro 11 – Gráfico da evolução do número de entradas de turistas

Portugal passou a acolher as grandes correntes de turistas provenientes dos países industrializados e mais ricos, ao mesmo tempo que, a subida de rendimentos dos portugueses leva-os a fazerem mais viagens em Portugal. Este vai ser o início de um novo ciclo.

Para este período existe bastante dificuldade de recolha de elementos referentes ao número de turistas em Portugal, devido à falta de sensibilidade para o registo destes elementos. Esta preocupação só surgiu no final da década de 1960 com a criação de estatísticas próprias para o sector. Surgiram profissionais qualificados, com formação superior, e com novas preocupações, nomeadamente ao nível da recolha, diferenciação e registo dos dados.

Com base nas Estatísticas do Turismo do INE, foi possível obter dados relevantes para a análise do Turismo em Portugal, fundamentalmente para os anos da década de 1960 e início da de 1970. Dos dados disponíveis destacam-se: a entrada de turistas em Portugal, número de hóspedes estrangeiros, número de dormidas de estrangeiros, capacidade hoteleira, taxa de ocupação, estada média dos estrangeiros, entrada de estrangeiros nas fronteiras segundo a nacionalidade, investimento na hotelaria, receitas do Turismo, entre outros.

A contagem de entradas nas fronteiras, não fazia inicialmente a diferenciação entre o tipo de entrada de estrangeiros. Esta contagem incluía turistas, excursionistas e pessoas em trânsito. Estão aqui incluídas as pessoas que se deslocam por motivos profissionais e também os emigrantes que regressam em férias ao seu país de origem.

Quadro 12 - Entrada de estrangeiros nas fronteiras, segundo o país de nacionalidade

Países de Origem	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Fed.)	29.638	42.633	59.253	79.764	82.700	88.610	113.185	133.050	170.290	186.802	209.681
Argentina	3.619	20.443	24.735	25.319	27.033	27.043	35.782	37.508	35.109	24.699	26.837
Bélgica	9.690	12.272	19.710	24.516	25.363	23.832	32.245	32.793	39.572	39.312	46.279
Brasil	14.960	20.887	24.457	48.187	44.144	49.802	56.826	66.588	74.913	76.711	79.022
Canadá	7.738	11.944	16.724	20.500	22.024	31.136	38.575	47.377	51.945	56.253	60.537
EUA	87.074	144.982	184.954	224.572	234.216	236.897	304.097	354.717	366.139	386.490	345.683
França	88.263	131.409	178.338	184.689	166.761	140.135	168.135	203.769	215.401	233.165	248.567
Holanda	13.710	17.143	20.775	26.826	25.429	29.528	40.552	41.583	47.656	51.817	54.087
Itália	11.858	42.702	48.472	54.674	73.490	79.307	88.899	79.406	83.330	80.668	80.014
Reino Unido	61.443	169.607	219.881	253.615	255.198	289.442	339.474	406.157	457.340	492.765	511.622
Suécia	6.627	7.169	10.011	13.710	18.821	15.372	20.201	26.792	35.371	41.645	42.793
Suiça	8.895	12.906	16.166	24.377	22.417	23.638	32.772	32.482	39.001	43.388	49.998
Espanha	132.805	298.987	591.900	836.053	1.399.747	1.344.782	1.374.158	1.712.553	2.055.865	2.012.861	2.109.280
Outros Países	37.749	74.597	94.410	112.696	119.364	131.144	140.467	168.112	195.093	198.714	215.312
Total	514.069	1.007.671	1.509.796	1.929.498	2.516.707	2.510.668	2.785.368	3.342.887	3.867.025	3.925.290	4.079.712

Fonte: Camacho, 1990, p. 70 (anos de 1967 a 1973). Estatísticas do Turismo 1969, INE (restante período).

Nota: O ano de 1963 não inclui o trânsito marítimo

Os dados recolhidos, permitem obter o número de entradas de estrangeiros nas fronteiras nacionais, sendo consideradas todas as entradas independentemente do objectivo da viagem. Em 1963, Portugal recebe meio milhão de visitantes. Este valor duplica, atingindo um milhão em 1964.

Tendo em conta os dados para o ano de 1970, mais de 50% dos estrangeiros que visitavam Portugal eram oriundos de países da Europa, nomeadamente de Espanha, Reino Unido e França. A este movimento estão associados factores como a emigração, os excursionistas, as trocas comerciais e também o Turismo.

Em anexo, podem ser consultados valores para outros países além dos aqui mencionados (Anexos 7 e 12).

Para os anos de 1967 a 1973 foi possível obter dados sobre o tipo de entrada de estrangeiros, dados que eram obtidos através de inquéritos efectuados nas fronteiras. Estes são diferenciados em turistas, excursionistas e em trânsito, conforme as definições já mencionadas no início do capítulo.

Quadro 13 - Composição das entradas, por país de nacionalidade

País	Turistas							Excursionistas						
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemanha (R.F.A)	62,2	63,1	76,7	100,8	134,5	149,1	167,8	10,3	8,5	14,6	13	18	19,7	18,3
Áustria				8,4	9,2	10,9	13,3				1,1	1,8	0,8	1,1
Benelux	38,2	42	56,5	61,6	73,3	78,9	86,7	6,1	5,8	10,5	6,6	7,8	6,2	7,2
Espanha		396,3	321,7	462,2	648,5	726,7	815,5	1011	931,8	1038	1237	1396,2	1277,5	1284,6
França	137,1	116,2	115,3	169,3	177,8	197,7	208,3	13,4	8,3	35,4	21,6	23,7	28,5	29,1
Itália	25,1	25,4	27,7	34,9	38,2	40,3	45,5	5,3	4,2	6,1	5,2	6,7	4,3	5,8
Nórdicos	22,2	25,5	28,4	46,3	69,2	86,6	83,7	2,6	2,5	4,8	3	6,9	4,2	5,1
Reino Unido	115,8	111,6	150,8	200,3	272	310,9	334,9	17,7	13,8	20,5	20,1	30,5	33,3	32,2
Suiça	14,6	18	24,4	25,9	30,7	37,9	43	3,3	1,4	3,5	2,9	4,8	3,1	4,1
Outros países da Europa				9,2	11,5	13,1	14,4				0,9	1,3	0,4	1,6
Brasil	27,5	35,6	38,9	48,9	57,1	61,1	64,1	6,1	4,2	7	8,6	8,6	8,2	7,8
E.U.A. e Canadá	153,5	202,3	268,8	335,5	350,8	367,5	336,8	43,8	21,2	32,3	32,1	34,9	35,8	39,5
Outros da América				49	49,2	44,9	51,2				8,6	12,6	9,9	8,6
África				13,4	15,5	13,6	16,6				1,2	1	1,3	1,2
Ásia e Oceânia				20	24,3	32,4	40,7				1,2	1,5	1,4	2,9
Apátridas				0,7	0,8	1	0,8				0	0
Total	1025	1102	1185	1586,4	1963	2173	2323,3	1131	1010	1183	1363	1556,3	1434,6	1449,1

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972 e 1973, INE.

Nota: Valores em milhares

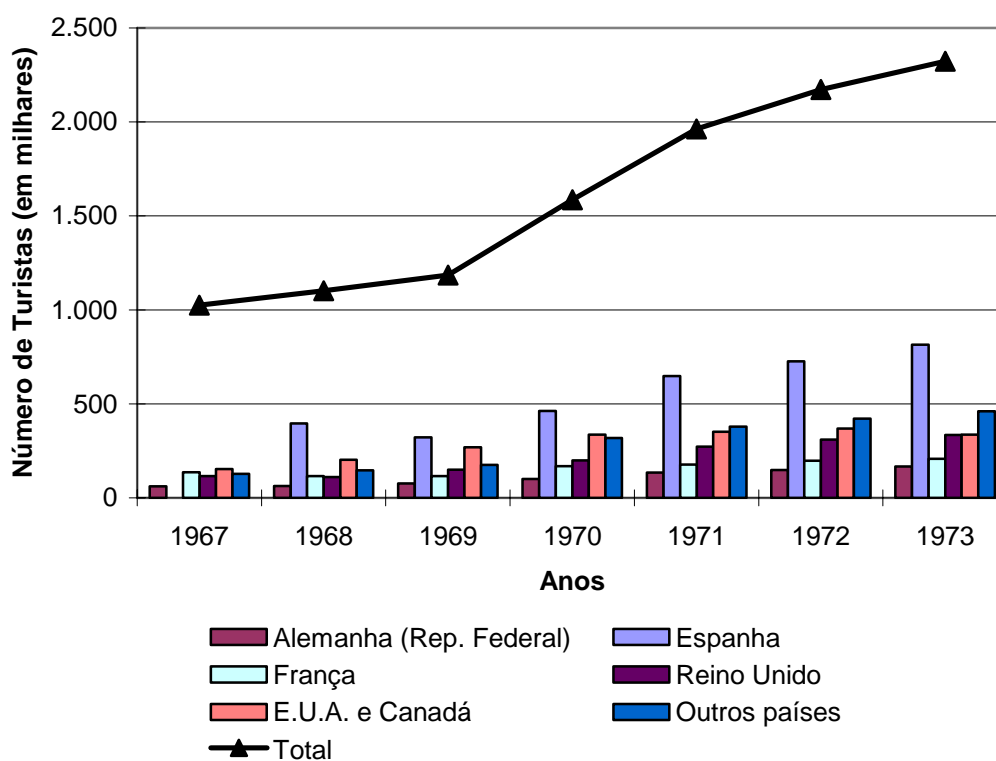
A análise do quadro anterior permite obter alguns elementos referentes aos países que mais contribuem para o movimento de turistas que visitam o país. Os turistas representam 47,5% do total de entradas de estrangeiros em 1970, em 1971 representam 50,8%, em 1972 representam 55,3% e em 1973 representam 56,9%. O país que mais contribuiu para este fluxo foi a Espanha, devido essencialmente à proximidade geográfica, surgindo os Estados Unidos e Canadá em segundo lugar. Portugal era usado como uma ponte para a visita a outros países da Europa.

O Reino Unido aparece a seguir, e este fluxo é justificado também pelas razões históricas que ligam os dois países.

A França e a Alemanha surgem também como países emissores de turistas, de grande importância para Portugal. A proximidade geográfica é um factor, mas estará também relacionado com a forte emigração. As comunidades de emigrantes portugueses funcionariam como factor promocional junto destes países.

Os números das entradas de pessoas em trânsito podem ser consultadas em anexo (Anexo 7 - Composição das entradas, segundo a via, por país de nacionalidade, anos de 1970 a 1973).

Quadro 14 – Evolução do Turismo entre 1967 e 1973



Através da observação do gráfico, pode ver-se a evolução do número total de turistas que visitam Portugal, entre 1967 e 1973. Este crescimento é mais acentuado entre 1969 e 1973, contribuindo para este fluxo principalmente os turistas espanhóis, apesar de que, quando se relaciona o número de entradas com as receitas obtidas, existe uma grande diferença proporcional. Estes turistas não contribuem proporcionalmente com o número de entradas para as receitas turísticas, conforme será analisado posteriormente.

A variação anual do número total de entradas de turistas pode ser observada de forma resumida no seguinte quadro:

Quadro 15 - Variação anual do número de entradas de turistas

Ano	Valor em milhares	Var. Anual
1967	1.025	
1968	1.102	7,5%
1969	1.186	7,6%
1970	1.586	33,8%
1971	1.963	23,7%
1972	2.173	10,7%
1973	2.323	6,9%

Fonte: Camacho, 1990, p. 68. Estatísticas do Turismo, 1969, INE

De 1969 para 1970 a variação relativamente ao ano anterior é de 33,8%, valor mais elevado para os anos representados no quadro, e representativo do aumento crescente do número de turistas que neste ano atinge quase os dois milhões. A variação entre 1967 e 1973 é de 127%.

Quadro 16 - Chegadas de turistas internacionais às fronteiras portuguesas, por Regiões do Mundo - Média das Taxas de Variação Anuais(%)

Região	1967-1970
Europa Ocidental	14,0%
Europa do Sul	10,4%
Europa do Norte	22,6%
Total da Europa	13,5%
Total das Américas	34,1%
Total da África	n.d
Ásia e Oceânia	n.d
Outros	(13,0%)
Total	16,3%

Fonte: Vieira, 1997, p. 90.

Para o período 1967 a 1970 a América e a Europa do Norte são as duas Regiões que mais contribuem para o Turismo em Portugal, estando aqui representados os países emissores do maior número de turistas para Portugal, com excepção da Espanha.

Associado à proveniência dos turistas, encontra-se o meio de transporte utilizado, mediante a distância percorrida e consequentemente a entrada por tipo de fronteira.

Quadro 17 - Entrada em Portugal de Estrangeiros - Utilização relativa das várias fronteiras

Fronteira	1966	1970
Caia	12,0%	7,7%
Valença	28,8%	41,5%
V.R.S.António / M. Francisco	3,6%	6,3%
Vilar Formoso	8,4%	5,4%
Outras	8,1%	8,3%
Total - via terrestre	60,9%	69,2%
Lisboa	15,5%	14,3%
Porto	0,4%	0,2%
Faro	0,6%	2,4%
Funchal	0,3%	0,7%
Lajes	0,4%	0,2%
Outros Aeroportos	0,1%	0,2%
Total - via aérea	17,3%	18,0%
Total - via marítima	21,9%	12,8%

Fonte: Vieira, 1997, p. 87.

As vias de entrada em Portugal, mais utilizadas eram as vias terrestres, em 1966 estas representavam 60,9% do total de entradas e em 1970 representavam 69,2%. Este valor é representativo dos países de origem das pessoas que se deslocam a Portugal. São os países com maior proximidade geográfica e também com ligações afectivas e comerciais a Portugal, que visitam o país. A via marítima diminuiu de 21,9% das entradas em 1966 para 12,8% em 1970, em contrapartida, a via aérea aumenta ligeiramente.

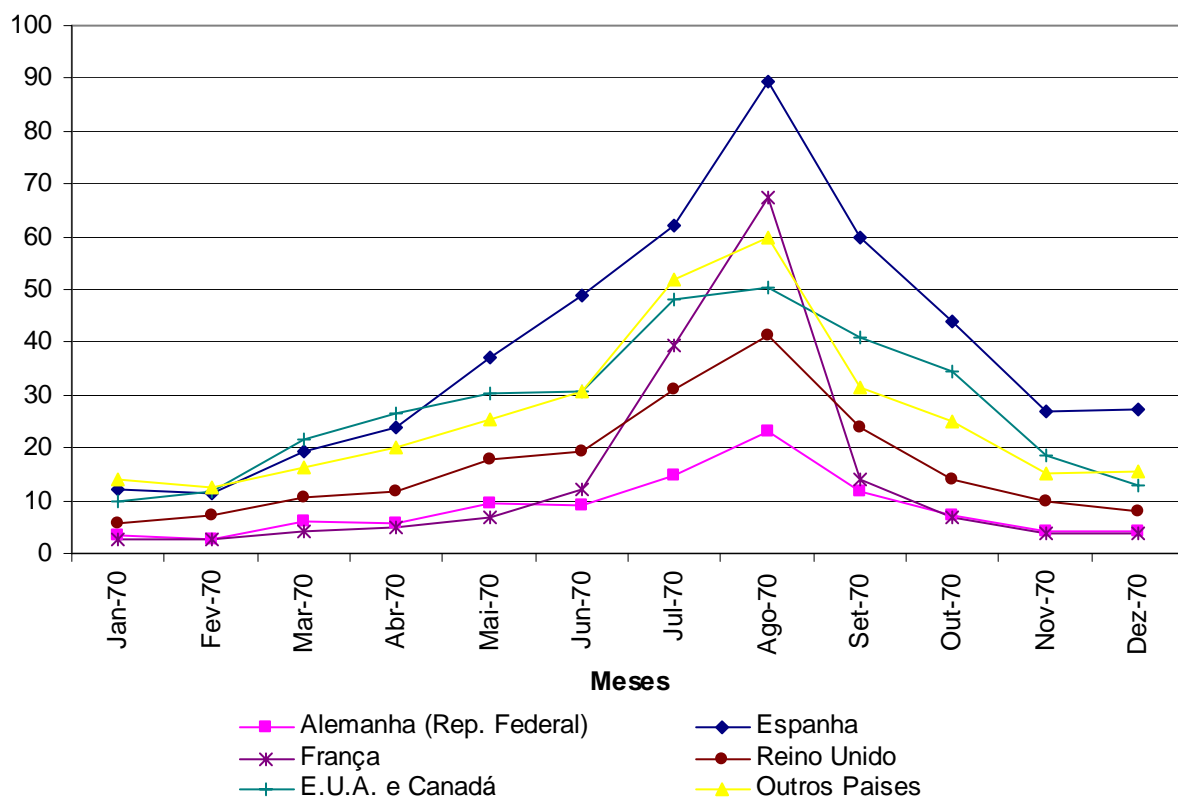
Com base nos valores apresentados em anexo (Anexo 17 – entradas de estrangeiros, segundo a via, 1963 a 1969 e Anexo 18 – composição das entradas por tipo de visitante,

segundo a via, 1967 a 1969) é possível observar, para o período compreendido entre 1963 e 1973, o número das entradas de estrangeiros, segundo a via utilizada.

A via utilizada é um factor que se encontra directamente relacionado com a proximidade geográfica do país de origem, ou então com o motivo da viagem. A via marítima é a de menor importância no número de turistas chegados à fronteira, sendo a via terrestre a mais utilizada. O número de turistas chegados por via aérea aumenta grandemente. São os turistas provenientes dos Estados Unidos e Canadá e do Reino Unido, aqueles que mais utilizam esta via. Os espanhóis, franceses, alemães, os norte-americanos e os ingleses são os que mais utilizam a via terrestre.

Relativamente às entradas de turistas por mês, existe bastante sazonalidade. Através do quadro em anexo (Anexo 9 – entradas de turistas, segundo o país de nacionalidade, por mês, anos de 1970 a 1973), podem obter-se determinadas considerações. O Turismo em Portugal encontra-se fortemente marcado pela sazonalidade, são os meses de Verão os mais escolhidos pelos turistas para vir a Portugal. Este factor está relacionado com o tipo de Turismo procurado, fundamentalmente, e para este período, já bastante associado ao “sol e praia”, bem como a factores institucionais que condicionam as férias aos meses de Verão, são exemplo as férias escolares e as férias de trabalho. Julho e Agosto são os meses com maior número de turistas.

Podemos ter em consideração e com base nos valores em anexo, que o que se passa no ano de 1970, é similar ao que ocorre nos outros anos.

Quadro 18 – Evolução do Turismo por meses em 1970

Os países indicados são aqueles que mais contribuem para o fluxo de turistas em Portugal, apresentando todos eles um comportamento semelhante em termos de sazonalidade. O pico das visitas de estrangeiros acontece durante os meses de Verão, principalmente no mês de Agosto.

A oferta disponível em termos de alojamento, não é uniforme ao longo do território. Existem regiões tradicionalmente já mais desenvolvidas, como a Madeira e Lisboa, enquanto outras regiões vêm aumentar a sua capacidade a partir dos anos 1970.

Quadro 19 - Capacidade de Alojamento

Região	1962-1969	1970-1973
Portugal Continental	95,00%	91,69%
Açores e Madeira	5,00%	8,31%
Regiões:		
Alentejo	2,79%	3,43%
Algarve	7,84%	12,70%
Madeira	3,71%	6,80%
Norte	15,66%	17,61%
Centro	27,36%	17,52%
Lisboa e Vale do Tejo	35,89%	37,62%

Fonte: Câmara, 2003, p. 9 (anos de 1962-1969, exclui Turismo rural, campismo e mercado paralelo). Adaptado INE, Estatísticas do Turismo (anos de 1970 a 1973)

A capacidade de alojamento é definida pelo INE, como sendo o “número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período e que na hotelaria é determinado através do número de camas, considerando como duas as camas de casal. Esta capacidade é a existente ou disponível, visto que se não consideram os estabelecimentos encerrados” (Estatísticas do Turismo).

Para o período 1962-69, cerca de 36% do alojamento estava concentrado na região de Lisboa e Vale do Tejo. O Algarve neste período representava 8%, valor que viria a crescer para valores superiores em anos posteriores, associado ao crescente desenvolvimento do Turismo de “sol e praia”, representando no período 1970-73 cerca de 13%. O Estado desempenha um papel importante ao supervisionar a qualidade dos estabelecimentos hoteleiros, pois a qualidade é o factor chave da competitividade (Câmara, 2003, p. 10).

Para o período de 1970 a 1973 podem ser consultados em anexo os números da capacidade de alojamento por distrito (Anexo 12). O distrito de Lisboa é aquele que tem maior número de camas disponíveis, seguindo-se-lhe o distrito de Faro, que é aquele que apresenta maior crescimento, fruto de um grande investimento e de um crescimento explosivo do Turismo nesta região do país.

Pode-se fazer uma comparação entre o investimento na hotelaria, a capacidade hoteleira disponível e também a taxa de ocupação das camas.

Quadro 20 - Investimento na Hotelaria, Capacidade Hoteleira e Taxa de Ocupação de Camas

Ano	Investimento 10E6 Esc.	Var. Anual	Capacidade Hoteleira	Var. Anual	Taxa Ocupação (% Camas)	Var. Anual
1964			59.344,0		26,9	
1965			62.113,0	4,7%	27,7	3,0%
1966			64.671,0	4,1%	28,4	2,5%
1967	1.139,6		67.597,0	4,5%	28,2	-0,7%
1968	901,7	-20,88%	69.830,0	3,3%	26,6	-5,7%
1969	810,5	-10,11%	70.938,0	1,6%	28,3	6,4%
1970	680,7	-16,01%	73.236,0	3,2%	31,0	9,5%
1971	1.679,1	146,67%	73.752,0	0,7%	32,9	6,1%
1972	2.125,3	26,57%	79.533,0	7,8%	32,7	-0,6%
1973	2.947,1	38,67%	86.538,0	8,8%	32,7	0,0%

Fonte: Camacho, 1990, p. 90

A capacidade hoteleira disponível aumentou a um ritmo elevado durante este período. No entanto, este aumento concentrou-se especialmente em três regiões do país, Lisboa, Algarve e Madeira. As razões deste crescimento serão desenvolvidas em capítulo posterior, devem-se essencialmente ao desenvolvimento do Turismo de “sol e praia”, nomeadamente na região do Algarve e também ao investimento estrangeiro na hotelaria nacional, principalmente no início da década de 1970.

Associado ao crescimento da capacidade hoteleira, está também o aumento da taxa de ocupação, evidenciando o aumento do número de turistas em Portugal. No entanto, apesar de todo este crescimento, o número de funcionários na hotelaria não aumentou proporcionalmente, o que indicia, de forma representativa, um aumento de produtividade no sector.

Benedita Câmara refere (2003, p. 23), que para o período 1966-69 o número de empregados na hotelaria era de 21.502 e que para o período 1970-72, este número diminuiu para 18.893 empregados. Isto apesar do elevado aumento da capacidade hoteleira, diminuindo o rácio, empregado por número de quarto.

O investimento na hotelaria aumentou com o amadurecimento do Turismo e com as facilidades de investimento. O sector do Turismo passou a ser contemplado no Plano

Intercalar de Fomento e depois no III Plano de Fomento, o que contribuiu grandemente para o desenvolvimento da hotelaria. O investimento aumenta 147% de 1970 para 1971, atingindo o valor mais elevado em 1973.

Através do quadro seguinte, pode-se fazer uma diferenciação dos tipos de hotelaria que mais beneficiaram dos investimentos do sector.

Quadro 21 - Investimentos efectuados segundo a categoria dos estabelecimentos

Classificação	1969	1970	1972
Hóteis de luxo	293.359	205.911	1.200.267
Hóteis de 1. ^a	270.216	256.751	291.407
Hóteis de 2. ^a	32.085	23.454	40.401
Hóteis de 3. ^a	5.333	6.416	7.147
Hóteis não classificados	104.592	77.865	7.132
Pousadas	7.075	12.931	17.592
Estalagens	34.777	11.630	67.853
Pensões de Luxo	9.297	41.412	39.384
Pensões de 1. ^a	26.019	18.599	35.865
Pensões de 2. ^a	11.136	8.168	15.779
Pensões de 3. ^a	9.704	10.009	5.632
Pensões não classificadas	6.894	7.505	-
Total	810.487	680.651	2.125.325

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1973, INE.

Nota: Unidade=1000 Esc.

A parcela de maior investimento diz respeito aos hotéis de luxo, acentuando-se em 1972 este valor. Isto está directamente relacionado com o tipo de Turismo que era frequente neste período, em Portugal, que era um Turismo de luxo, orientado para as classes média/alta.

Luís Salgado de Matos (1973, p. 203) refere que, os financiamentos públicos no sector hoteleiro ascenderam a cerca de 42% dos financiamentos totais, em 1970, sendo os investimentos estrangeiros 6%. O investimento estrangeiro, será abordado posteriormente, na problematização do Turismo, onde será referido o seu contributo para o desenvolvimento do sector.

Estes incentivos eram feitos recorrendo a fontes de financiamento. Conforme se pode observar no quadro seguinte. O investimento recorria a capitais próprios e também ao crédito, havendo investimentos de capitais nacionais e estrangeiros.

Quadro 22 - Fontes de Financiamento

Fonte de Financiamento		1969	1970	1972	1973
Capitais Nacionais		775.701	639.204	1.751.037	2.440.363
Capitais Próprios		393.643	345.152	808.475	1.356.592
Crédito	Fundo de Turismo	64.939	111.293	161.194	157.634
	Caixa Nacional de Crédito	130.052	52.155	200	69.562
	Caixa Geral Depósitos	9.151	14.702	135.743	183.196
	Bancos	103.096	93.225	499.371	458.877
	Particulares	71.068	11.647	129.260	191.705
Orçamento Geral do Estado		3.752	11.030	16.794	22.797
Capitais Estrangeiros		34.786	41.447	374.288	506.749
Capitais Próprios		24.148	10.086	313.374	111.749
Crédito		10.638	31.361	60.914	395.000
TOTAL GERAL		810.487	680.651	2.125.325	2.947.112

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1970, 1971, 1973, 1974, INE

Os capitais nacionais representam a maior parte do financiamento ao investimento na hotelaria, recorrendo em maior parcela aos capitais próprios. No recurso ao crédito é possível observar alterações na fonte de financiamento. Em 1969 recorria-se principalmente à Caixa Nacional de Crédito e aos Bancos. Em 1973, a Caixa Geral de Depósitos, o Fundo de Turismo e os particulares vêm aumentar o seu peso no valor total. O financiador principal deixa de ser a Caixa Nacional de Crédito e passam a ser os Bancos.

Álvaro Ferreira da Silva (2002, p. 10) refere que “a importância do investimento estrangeiro na economia portuguesa é visível sobretudo a partir da década de 1960, particularmente a partir do início da segunda metade.”

A observação do quadro permite constatar que o investimento de capitais estrangeiros aumentou fortemente entre 1969 e 1973. Os capitais estrangeiros durante o período de

1969 a 1972 são maioritariamente constituídos por capitais próprios. Em 1973, esta relação altera-se, havendo uma inversão da importância dos factores.

O investimento de capital estrangeiro torna-se muito importante, pois para além do capital em si, trouxe consigo novas técnicas de gestão e organização que contribuíram para um aumento da produtividade no sector. Quando este investimento é feito por empresas multinacionais, estes factores acentuam-se, reflectindo-se os valores difundidos a nível global pela própria empresa., como será analisado posteriormente.

Benedita Câmara (2003, p. 16-17) refere que a região que mais beneficiou do investimento na hotelaria em 1973 foi o Algarve, sendo uma percentagem deste investimento, investimento estrangeiro. Menciona que a preços constantes, os níveis de investimento em 1973, nunca foram ultrapassados.

O aumento já anteriormente mencionado, da taxa de ocupação, fruto do aumento do número de turistas, reflecte-se no aumento das dormidas e do número de hóspedes.

Quadro 23 - Dormidas, e Hóspedes estrangeiros

Ano	Dormidas	Var. Anual	Hóspedes	Var. Anual
1964	5.833,30			
1965	6.271,80	7,5%	2.123,30	
1966	6.699,10	6,8%	2.259,40	6,4%
1967	6.955,10	3,8%	2.461,30	8,9%
1968	6.789,40	-2,4%	2.417,00	-1,8%
1969	7.325,60	7,9%	2.586,20	7,0%
1970	8.290,40	13,2%	2.867,70	10,9%
1971	8.852,60	6,8%	3.030,50	5,7%
1972	9.486,20	7,2%	3.259,20	7,5%
1973	10.332,50	8,9%	3.508,30	7,6%

Fonte: Camacho, 1990, p. 68

Nota: Valores em milhares

O número de dormidas de estrangeiros cresceu sempre, para este período, só diminuiu relativamente ao ano anterior, de 1967 para 1968, fruto também da diminuição do número de hóspedes neste ano.

Importa fazer também, uma análise do tipo de turista que visita o país, comparando as dormidas, os hóspedes e a estada média nos alojamentos nacionais.

O número de hóspedes estrangeiros, diz respeito ao número de pessoas alojadas de nacionalidade estrangeira durante um período de tempo, ainda que se trate do mesmo estabelecimento, a mesma pessoa é contada, num determinado mês, tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (Estatísticas do Turismo, INE). O número de pessoas hospedadas cresceu sempre relativamente ao ano anterior, com excepção da variação entre 1967 e 1968.

É possível fazer uma análise mais detalhada da estada média e das dormidas por países de origem. Associado a uma maior estada média, está consequentemente um maior número de dormidas.

Quadro 24 - Estada Média de Estrangeiros e Dormidas por país de origem

Países de Origem	Estada Média de Estrangeiros (dias)				Dormidas de Estrangeiros em todos os meios de Alojamento (milhares)			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Alemanha (R. Federal)	11 ,2	11	10,8	11	1.165	1 487	1 604	1 857
Áustria	8,0	10,0	9,3	9,4	72	92	101	125
Benelux	9,9	10,2	9,8	9,7	635	747	777	838
Espanha	6,1	5,7	5,3	5,6	2.679	3 686	3 829	4 601
França	10,9	10	10,4	10,2	1.812	1 779	2 060	2 122
Itália	8,1	7,6	7,5	8	277	291	304	365
Nórdicos	9,8	9,5	9,7	9,5	479	658	843	799
Reino Unido	10,8	10,4	10,1	10,1	2.211	2 836	3 127	3 377
Suiça	9,5	9	8,4	8,5	273	277	317	364
Outros países da Europa	7,2	7,8	7,1	7,6	67	90	93	109
Brasil	18,8	15,3	12,5	8,7	667	876	763	808
E.U.A. e Canadá	7,0	7,5	7,7	12,6	2.329	2 624	2 840	2 920
Outros da América	7,4	6,2	6,8	7,4	299	307	306	377
África	7,9	7,4	8,6	8,7	92	114	117	144
Ásia e Oceânia	6,9	7,7	7,2	7,4	136	188	232	301
Apátridas	7,6	6,3	8,0	11,3	6	5	8	9

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1970, 1971, 1972, 1973, INE

Os países com uma estada média mais elevada, são também os países que mais contribuem para o número de turistas em Portugal. Em 1970, o Brasil é o que tem o valor mais elevado, associado nomeadamente a factores como são a emigração, que tradicionalmente era direccionada para este país, até aos anos 1960, e por pessoas com ligações afectivas ao país, e mediante o factor distância e o custo da viagem, permanecem grande número de dias.

Os outros países com uma estada média elevada são o Reino Unido, a França, a Alemanha e em 1973, também o Canadá representa um valor elevado.

Para o período compreendido entre 1965 e 1973, é possível decompor os hóspedes por nacionalidade.

Quadro 25 - Hóspedes segundo a nacionalidade

País	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Fed.)	56.266	65.517	73.361	70.923	81.427	96.139	115.710	129.430	156.700
Argentina	6.234	7.473	8.188	9.160	11.525	12.466	12.447	8.410	8.578
Austrália	3.400	3.772	4.421	4.631	4.973	6.001	5.800	8.053	9.432
Austria	3.817	5.165	6.241	6.156	6.838	6.017	6.630	7.755	9.325
Bélgica	22.967	25.015	27.600	23.735	26.223	26.705	28.376	28.740	38.047
Brasil	22.066	35.724	41.324	43.293	42.769	50.092	58.083	62.230	68.953
Canadá	15.033	18.909	20.091	30.733	38.492	45.904	43.863	44.678	47.803
Dinamarca	5.133	8.388	9.674	9.856	9.279	14.200	25.831	31.326	25.324
Espanha	112.494	111.817	177.923	123.104	120.064	135.563	158.727	155.135	187.976
E.U.A.	174.282	207.614	250.120	268.525	354.538	404.585	399.315	406.446	355.070
Finlândia	1.894	2.431	2.797	3.599	1.941	5.466	6.803	9.787	11.014
França	185.457	170.900	161.464	127.460	115.195	141.997	137.109	151.052	157.788
Grécia						2.378	2.238	2.873	3.502
Holanda	16.370	21.185	25.595	25.612	27.891	26.344	30.442	36.197	35.345
Irlanda	1.886	1.934	3.619	2.502	2.619	2.022	2.470	4.101	4.417
Itália	17.904	19.257	33.624	28.043	28.328	30.573	32.379	35.088	37.548
Japão						6.436	7.614	11.138	14.221
Luxemburgo						465	607	857	808
México	4.623	5.911	6.774	6.079	6.601	4.293	4.543	4.807	5.654
Noruega	2.381	3.095	4.168	3.956	3.979	6.014	7.871	10.834	9.493
Reino Unido	128.447	149.718	148.590	127.072	155.793	179.810	214.085	247.857	271.688
Rep. África do Sul	7.886	8.395	9.894	10.749	14.456	17.030	18.062	14.401	16.921
Suécia	16.454	15.649	13.791	15.831	18.446	24.885	32.873	43.464	43.618
Suiça	21.601	21.768	24.680	24.157	29.484	28.856	30.511	37.338	42.697
Venezuela	2.328	2.871	3.141	3.835	4.028	4.321	4.530	5.440	6.429
Outros Países	18.044	19.564	23.266	26.807	28.585	19.248	17.991		
Portugueses	1.265.058	1.316.297	1.369.254	1.410.192	1.442.610	1.569.850	1.625.623	1.742.838	1.919.641

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, INE

São os portugueses os maiores hóspedes da hotelaria nacional, tendo os estrangeiros valores não muito distantes, a partir de 1970. Os EUA são de uma forma bastante evidente aqueles que ocupam o lugar de topo no número de hóspedes. O valor dos hóspedes espanhóis não é significativo, dado o número de entradas no país.

Comparando o aumento do número de hóspedes, de 1 276 mil em 1965 para 3 503 mil em 1973, com o aumento da mão-de-obra empregue em restaurantes e hotéis, que em 1965 eram 47 mil e em 1975 eram 85 mil empregados, pode-se concluir sobre o aumento da produtividade do sector. Benedita Câmara (2003, p. 23) refere que a diminuição do número de trabalhadores, em relação ao número de quartos, pode ser um indicador de desenvolvimento tecnológico, de trabalhadores melhor treinados, melhor gestão e melhor gestão de recursos humanos.

3.4 Contribuição do Turismo para a economia nacional

A partir da década de 1960, começa a surgir o reconhecimento de que o Turismo pode desempenhar um papel importante na economia portuguesa. Este gera em 1962 cerca de 3,5 milhões de contos de receitas, e perante a afluência de um cada vez maior número de visitantes estrangeiros (em Dezembro de 1964 atingem um milhão), o Turismo passa a ter um papel de destaque na política nacional. Tendo sido incluído no Plano Intercalar de Fomento e no III Plano de Fomento, em vigor entre 1968 e 1973, o Turismo foi considerado como “sector estratégico do crescimento económico”.

O desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação, tornam mais fáceis as deslocações, o que contribuiu de forma fundamental para o desenvolvimento do Turismo, conjuntamente com outros factores, como o aumento dos rendimentos das famílias e o direito a férias pagas. Aliado ao aumento do número de turistas, crescem também as receitas, principalmente a partir da década de 1960.

A região do Algarve desenvolveu-se grandemente a nível turístico, juntando-se a Lisboa e à Madeira como região de Turismo significativo no contexto nacional. A visita do Papa Paulo VI em 1967 ao Santuário de Fátima, dá a este local notoriedade no âmbito do Turismo religioso.

O Turismo contribuiu para o crescimento económico, ao empregar mão-de-obra não qualificada abundante sobretudo no interior do país, gerando receitas e contribuindo

significativamente para o PIB. A sua influência reflecte-se na balança de transacções correntes, na balança de capitais e na balança de pagamentos.

A contribuição do Turismo para o PIB não se limita às receitas provenientes das vendas dos serviços turísticos. Contribui também para o consumo e para o investimento, quer directamente, através das actividades turísticas, quer indirectamente, através das restantes actividades da economia.¹² O conjunto destes factores designa-se por Produto Turístico (Vieira, 1997, p. 128).

O Banco de Portugal começou a divulgar estatísticas relacionadas com o Turismo, como reconhecimento do seu valor como actividade económica. Também podem ser obtidos dados do Turismo como actividade económica através do INE, que também publica dados de receitas e despesas do Turismo.

Quadro 26 - Receitas do Turismo

Ano	10E6 Esc.	Var. Anual
1964	3.847	
1965	5.182	34,7%
1966	7.826	51,0%
1967	7.904	1,0%
1968	6.294	-20,4%
1969	5.286	-16,0%
1970	6.920	30,9%
1971	9.441	36,4%
1972	11.304	19,7%
1973	13.580	20,1%

Fonte: Camacho, 1990, p. 68

As receitas do Turismo não devem ser analisadas só no que diz respeito à proveniência das actividades turísticas directas, existe um efeito multiplicador do Turismo noutras actividades económicas, sendo assim maior o seu impacto e afectando as outras actividades

¹² Alojamento, transportes, serviços de viagens, restauração, animação, comércio de retalho, entre muitas outras actividades relevantes para o Turismo.

económicas. Os efeitos do efeito multiplicador do Turismo dependem da dimensão da economia do país. George N. Yannopoulos (1988, p. 334), refere vários estudos, que indicam que a repercussão do efeito multiplicador do Turismo, gera rendimentos entre 2 e 5 vezes o valor inicialmente recebido em receitas turísticas.

Relativamente ao quadro apresentado, para o período que vai de 1964 a 1973, apenas em 1968 e 1969 existe diminuição do valor das receitas relativamente ao ano anterior. Nos restantes anos o valor cresce sempre, sendo o ano de maior crescimento o de 1971.

O INE fornece elementos relativamente às receitas e às despesas associadas ao Turismo, discriminadas por países, podendo esta tabela pode ser consultada em anexo, (Anexo 10 - receitas e despesas do Turismo por países, anos 1967 a 1973). Ao mesmo tempo que Portugal recebe um maior número de turistas estrangeiros, os portugueses começam também a viajar mais. Os três países mais visitados por portugueses são a Espanha, França e os EUA. Em 1967, os EUA eram o país mais visitado e em 1973 era a Espanha que ocupava este lugar.

O país que mais contribuiu em termos de receitas para o Turismo nacional, foi os Estados Unidos. Comparativamente a Espanha, que é o país que mais contribui com entradas de turistas em Portugal, não representa um valor muito elevado, apresentando o saldo das receitas e despesas um valor negativo. De salientar que o valor total das receitas duplicou entre 1970 e 1973.

Através da análise da balança de pagamentos, mais concretamente da balança de transacções correntes, pode observar-se a importância das viagens relativamente à BTC.

Quadro 27 - Balança de Transacções Correntes - Base de transacções

Ano	Viagens e Turismo (1)			BTC (2)			% (1)/(2)	
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito
1950	130	346	216	9.669	9.324	-345	1,3%	3,7%
1951	316	534	218	11.694	11.710	16	2,7%	4,6%
1952	437	608	171	12.296	10.672	-1.624	3,6%	5,7%
1953	243	430	187	11.754	10.181	-1.573	2,1%	4,2%
1954	354	615	261	12.750	11.648	-1.102	2,8%	5,3%
1955	420	724	304	14.325	12.993	-1.332	2,9%	5,6%
1956	360	818	458	15.424	14.542	-882	2,3%	5,6%
1957	351	962	611	17.175	15.367	-1.808	2,0%	6,3%
1958	454	1.016	562	16.988	16.452	-536	2,7%	6,2%
1959	417	988	571	16.905	16.017	-888	2,5%	6,2%
1960	442	937	495	19.499	17.798	-1.701	2,3%	5,3%
1961	605	1.230	625	25.783	17.912	-7.871	2,3%	6,9%
1962	856	2.005	1.149	23.507	22.315	-1.192	3,6%	9,0%
1963	1.132	2.961	1.829	26.110	24.793	-1.317	4,3%	11,9%
1964	1.820	4.933	3.113	31.555	31.611	56	5,8%	15,6%
1965	2.808	6.645	3.837	37.073	36.613	-460	7,6%	18,1%
1966	2.793	10.035	7.242	40.512	42.436	1.924	6,9%	23,6%
1967	2.404	10.135	7.731	43.364	48.230	4.866	5,5%	21,0%
1968	2.244	8.071	5.827	48.737	49.931	1.194	4,6%	16,2%
1969	2.521	6.778	4.257	51.883	56.576	4.693	4,9%	12,0%
1970	3.313	8.874	5.561	62.373	64.086	1.713	5,3%	13,8%
1971	3.925	12.106	8.181	72.666	76.560	3.894	5,4%	15,8%
1972	4.914	14.495	9.581	83.118	91.745	8.627	5,9%	15,8%
1973	6.681	17.414	10.733	105.163	111.713	6.550	6,4%	15,6%

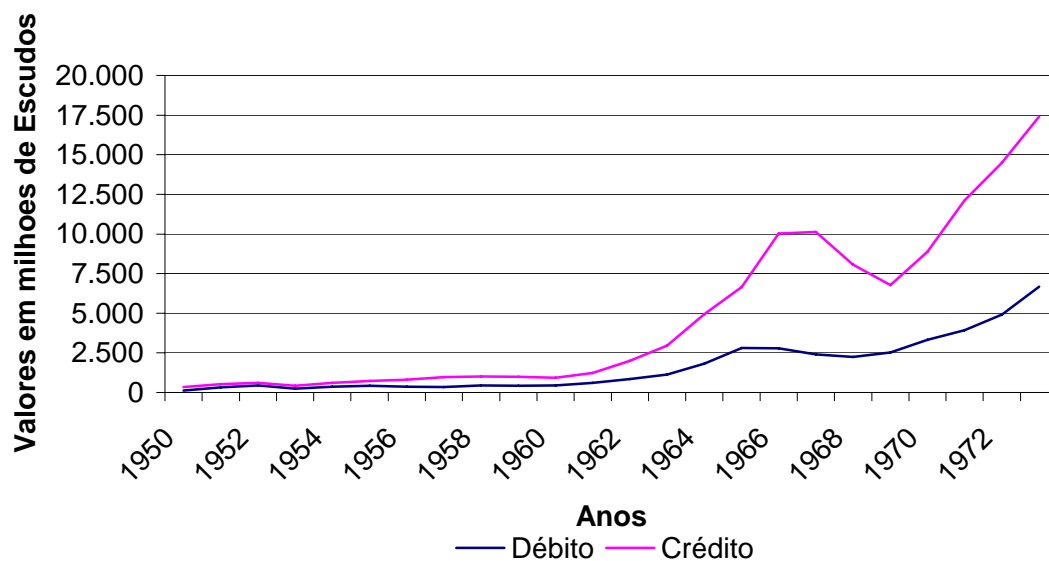
Fonte : PINHEIRO, Maximiano, coord. - Séries Longas para a Economia Portuguesa, Pós II Guerra Mundial. Volume I, Séries Estatísticas : Banco de Portugal, 1997

Nota: Valores em milhões de escudos

A crédito estão registados os pagamentos feitos pelos estrangeiros, na compra de bens e serviços turísticos, estando aqui incluídos os emigrantes. As transacções a débito são correspondentes a pagamentos feitos por nacionais para o estrangeiro.

Pode-se observar a importância das viagens e Turismo para a BTC, tanto a débito, mas principalmente a crédito. A partir de 1963, esta representa um valor de 12% e em 1973 representa quase 16%. Em 1950, este valor era de aproximadamente 4%. Pode-se concluir do enorme aumento da importância do Turismo.

Quadro 28 – Evolução de Viagens e Turismo



Até 1962, o crescimento entre a evolução das viagens e Turismo na BTC, tanto a débito, como a crédito é quase paralelo. A partir deste ano, torna-se evidente que o crescimento a crédito é bastante mais elevado, sendo mais acentuado entre 1970 e 1973.

Não sendo possível analisar a contribuição de todas as actividades com relevância para o Turismo no PIB, analisaremos o sector dos hotéis e restaurantes, comparando-o com a mão-de-obra empregue no sector.

Quadro 29 - Contribuição dos Hotéis e Restaurantes para o Produto Interno Bruto (Óptica da Produção) e mão-de-obra empregue pelo sector

Ano	Restaurantes e Hotéis (milhões de escudos)	PIBpm	% do PIBpm	Mão de obra empregue em Restaurantes e Hotéis (milhares)	Emprego Total	% Emprego Total
1953	495	58.993	0,84%	30,6	3143,6	0,97%
1954	687	62.564	1,10%	34,0	3121,5	1,09%
1955	688	65.447	1,05%	36,0	3150,3	1,14%
1956	749	69.943	1,07%	36,5	3199,0	1,14%
1957	646	74.250	0,87%	36,1	3233,2	1,12%
1958	562	79.191	0,71%	37,1	3265,2	1,14%
1959	750	84.042	0,89%	37,1	3278,8	1,13%
1960	821	88.994	0,92%	37,3	3309,0	1,13%
1961	867	92.648	0,94%	39,4	3294,5	1,20%
1962	834	103.987	0,80%	40,5	3298,8	1,23%
1963	904	107.438	0,84%	40,7	3317,6	1,23%
1964	1.029	116.626	0,88%	42,3	3358,9	1,26%
1965	1.424	135.681	1,05%	47,2	3440,3	1,37%
1966	1.887	144.812	1,30%	52,9	3517,7	1,50%
1967	2.095	162.217	1,29%	55,6	3535,0	1,57%
1968	2.264	175.432	1,29%	58,1	3549,6	1,64%
1969	2.406	188.229	1,28%	61,3	3699,4	1,66%
1970	2.763	212.358	1,30%	64,6	3637,2	1,78%
1971	3.735	245.768	1,52%	69,7	3681,8	1,89%
1972	4.656	289.955	1,61%	77,6	3747,8	2,07%
1973	5.691	342.817	1,66%	85,6	3796,3	2,25%

Fonte: PINHEIRO, Maximiano, coord. - Séries Longas para a Economia Portuguesa, Pós II Guerra Mundial. Volume I, Séries Estatísticas : Banco de Portugal, 1997

Nota: O PIB é em Preços Correntes e o valor representado está em milhões de escudos.

Os Restaurantes e Hotéis, não são as únicas fontes de riqueza do Turismo. Existem outras áreas que contribuem igualmente para as receitas turísticas e não são uma rubrica específica do PIB. No entanto, os Restaurantes e Hotéis, por si só, representam 0,84% do PIBpm em 1953 e 1,66% em 1973.

A mão-de-obra empregue em restaurantes e hotéis, é apenas uma parte da mão-de-obra relacionada com o Turismo. A mão-de-obra empregue, representa 0,97% em 1953 e 2,25 % em 1973, da percentagem do emprego total.

Se fizermos uma comparação entre o número de turistas que Portugal recebia em 1953 e os que recebia em 1973, pode-se constatar que o aumento da mão-de-obra, não é proporcional a esse crescimento. Existe um aumento de produtividade, relacionado com factores como são o investimento estrangeiro, que traz associado a si, novas técnicas de gestão, bem como o aumento de formação, entre outros.

Com base em Benedita Câmara (2003, p. 22-27) é possível obter informações relevantes para a compreensão do factor trabalho na hotelaria nacional, para o período em estudo. O sector da hotelaria utiliza mão-de-obra sazonal, de acordo com os fluxos turísticos. Normalmente estes são trabalhadores menos qualificados. Para o ano de 1973, existe um diferencial de 26,5% entre os trabalhadores hoteleiros em Janeiro e em Agosto, aumentando este valor na região do Algarve, para 37%. Refere que os custos com pessoal representam a maior parcela dos custos na hotelaria. Tendo em conta que existe uma forte concorrência a nível internacional, os custos desempenham um papel importante.

3.5 Conclusões

O Turismo é um factor de grande desenvolvimento económico a nível mundial e em Portugal não foi excepção.

São vários os conceitos a ele associados, um dos quais prende-se com a sua definição, onde num conceito mais alargado, é considerado turista, aquele que se desloca para fora do seu local de origem, sem ser em actividade remunerada, por um período superior a 24 horas, ou então, que permanece uma noite no local de destino.

Dentro do Turismo, podem ser consideradas diversas tipologias, relacionadas com o objectivo dessa forma de Turismo. Vão desde o Turismo de lazer, natureza, histórico, cultural, étnico, religioso e desportivo, podendo ainda ser consideradas outras formas.

As vantagens de determinado destino turístico prendem-se com os seus recursos, infra-estruturas e capacidade.

O Turismo em Portugal só começa a ser referenciado no final do século passado. No entanto, foram vários os factores que levaram ao seu desenvolvimento: a evolução dos transportes, tanto ferroviário, como rodoviário, mas sendo o desenvolvimento do transporte aéreo o grande impulsionador; o aumento da capacidade hoteleira disponível; a melhoria das condições de vida nos países desenvolvidos bem como o aumento dos tempos livres; entre outros factores.

O número de turistas em Portugal aumenta de 70.307 em 1950, para 375.450 em 1961, em 1970 são 1.586.400 e em 1973 atingem 2.323.300, o valor mais elevado para este período.

No decorrer da análise pode-se constatar que houve uma grande dificuldade em obter dados anteriores ao início da publicação das Estatísticas do Turismo pelo INE, em 1969. Através destas estatísticas foi possível obter dados relacionados com: a entrada de turistas em Portugal; número de hóspedes estrangeiros; número de dormidas de estrangeiros; capacidade hoteleira; taxa de ocupação das camas; estada média dos estrangeiros; a entrada de estrangeiros nas fronteiras, segundo o país de nacionalidade.

As principais conclusões que se podem obter através da análise destes dados, são enumeradas de seguida.

O número de turistas recebidos em Portugal cresceu cerca de 3 204% entre 1950 e 1973.

Para o período compreendido entre 1965 e 1973, houve um crescimento constante do número de hóspedes estrangeiros, do número de dormidas desses mesmos estrangeiros e da taxa de ocupação, com excepção da variação de 1967 para 1968, onde o número de hóspedes sofre uma estagnação e o número de dormidas diminuiu ligeiramente.

A capacidade hoteleira cresce sempre entre 1964 e 1973, a uma percentagem média de 4,3% ao ano.

Para a entrada de estrangeiros nas fronteiras, foi possível obter dados sobre os países de origem para os anos de 1967 a 1973. Os países que mais contribuem para esta entrada são a

Espanha, o Reino Unido, os Estados Unidos a França e a Alemanha, representando estes em 1973 cerca de 83,9% do total de entradas para este ano, que foram 4.079.712.

O Turismo desempenha um papel muito importante para a economia nacional. Pode analisar-se o peso dos Restaurantes e Hotéis no PIBpm para os anos de 1953 a 1973. O valor mínimo registou-se em 1958, onde estes representavam 0,7% do PIBpm. O valor mais elevado registou-se em 1973, atingindo 1,7%.

A Balança de Transacções Correntes, permite analisar as Viagens e Turismo, tanto a débito como a crédito, podendo tirar-se conclusões sobre os gastos dos nacionais no estrangeiro e dos estrangeiros no país.

De 1950 a 1962 o crescimento das Viagens e Turismo na BTC é quase paralelo. A partir de 1962, torna-se evidente que os gastos dos estrangeiros no país são muito mais elevados que os gastos dos nacionais no estrangeiro. O crescimento do valor a crédito entre 1970 e 1973 vai de 8.874 milhões de escudos para 17.414 milhões de escudos.

A mão-de-obra empregue em restaurantes e hotéis varia como percentagem do emprego total, de cerca de 0,97% em 1953, para 2,25% em 1973. Fruto do aumento do número de turistas e do investimento no sector, faltando incluir toda a mão-de-obra utilizado em outras actividades indirectamente relacionadas com o sector.

Capítulo 4 - Problemática do Turismo

Com base nos anteriores capítulos, onde se procurou fazer uma caracterização da situação vivida em Portugal durante os anos compreendidos entre 1950 e 1973, podemos considerar que esta foi a época de ouro de crescimento da economia portuguesa. Houve um crescimento sem precedentes e que não se veio a repetir em épocas posteriores.

Foram vários os factores que levaram a este crescimento. A abertura do país ao exterior, o investimento externo, a emigração, entre outros factores, onde se pode destacar o Turismo.

Citando Licínio Cunha, o ano de 1964 marca o início do verdadeiro desenvolvimento do Turismo em Portugal. A melhoria da situação económica dos países afectados pela II Grande Guerra, a generalização do automóvel e das férias pagas, associada a um desenvolvimento explosivo dos transportes aéreos, estão na origem do aumento do número de viagens ao estrangeiro. Neste ano ultrapassa-se em Portugal a entrada de mais de um milhão de visitantes, número que viria sempre a aumentar até 1973.

Associado ao Turismo, existem vários temas, já anteriormente abordados, mas que importa discutir numa perspectiva de integração europeia.

4.1 Turismo internacional

Através da análise do Turismo internacional é possível fazer uma extrapolação para o caso português, podendo obter-se informações importantes para a compreensão do Turismo nacional.

O **Turismo internacional** passou a ter especial relevo na segunda metade do século XX, associado aos factores já referidos de desenvolvimento e progresso, nomeadamente a melhoria do nível de vida nos países industrializados, o aumento do tempo livre, o progresso nos meios de transporte, entre outros.

A palavra “turista” apareceu na linguagem inglesa do início do século XIX, aquando da modernização dos meios de transporte (Baptista, 1990, p.28). O surgimento da classe média, como consequência da revolução industrial e a construção do caminho-de-ferro, irão tornar-se factores essenciais no processo.

Após a II Grande Guerra Mundial, tornou-se economicamente possível às classes médias dos países mais desenvolvidos, nomeadamente os países do Norte da Europa, deslocarem-se ao estrangeiro. Os operadores turísticos começaram a comercializar e a vender produtos turísticos, fomentando o gosto pelas viagens e o desenvolvimento de determinados destinos. Ao mesmo tempo a fotografia e o cinema desenvolveram-se, permitindo que as imagens chegassem às pessoas, criando expectativas e vontades de visitar os locais.

Este era, no entanto, a seguir à II Grande Guerra Mundial um Turismo, onde o viajante tradicionalmente organizava a sua própria viagem. O Turismo de massas, começou a ser impulsionado pelos operadores turísticos, tendo contribuído decisivamente para isso, o surgimento dos “charter”, fruto do desenvolvimento dos meios de transporte aéreos. Estes estavam limitados até 1950, pela legislação aeronáutica, sendo neste ano liberalizadas as restrições pela “Civil Aviation Act”, (Baptista, 1990, p. 29). Em 1952, foi alterada a estrutura de preços, surgindo a classe turística.

Todos estes factores contribuíram para o desenvolvimento do Turismo a nível mundial, o facto de o turista procurar no país de destino, aquilo que também encontra no seu país de origem, levou à internacionalização de determinadas cadeias hoteleiras, nomeadamente norte-americanas, que contribuíram para a orientação de determinados fluxos de turistas.

Uns países tornaram-se predominantemente emissores, enquanto outros começaram a receber estes fluxos de turistas provenientes dos países mais ricos. Uma análise entre as despesas e as receitas do Turismo, e consequente saldo, será feita posteriormente,

permitindo identificar quais os países predominantemente emissores e os receptores de turistas.

A relação entre o Turismo internacional e o Turismo interno, faz sentido do ponto de vista, em que as infra-estruturas criadas para servir as populações nacionais e os turistas internos, vão estar também ao dispor do turista internacional, bem como as unidades hoteleiras, onde as dormidas de nacionais representam uma grande percentagem do total.

Quadro 30 - Chegadas de Turistas Internacionais às Fronteiras Mundiais (Movimento Mundial)

Ano	Nº. Total Chegadas (em milhares)	Variação Anual
1950	25.282	-
1960	69.320	-
1961	75.323	8,66%
1962	81.381	8,04%
1963	90.071	10,68%
1964	104.601	16,13%
1965	112.863	7,90%
1966	119.980	6,31%
1967	129.782	8,17%
1968	131.201	1,09%
1969	143.511	9,38%
1970	165.787	15,52%
1971	178.853	7,88%
1972	189.129	5,75%
1973	198.906	5,17%

Fonte: Vieira, 1997, p. 56-57.

Apesar de não estarem disponíveis valores para a década de 1950, o número de turistas internacionais tendeu sempre a crescer, relativamente ao ano anterior. Os anos de maior crescimento foram 1963, 1964 e 1970, com crescimentos anuais de 10,7%, 16,13% e 15,5%, respectivamente.

Quadro 31 - Chegadas de Turistas Internacionais por grandes Regiões (Movimento Mundial)

Região	1950	1960	Var. 1950/60	1970	Var. 1960/70
África	524	750	43,13%	2.407	220,93%
América	7.485	16.705	123,18%	42.273	153,06%
Europa	16.839	50.351	199,01%	113.000	124,42%
Ásia do Sul	47	180	282,98%	912	406,67%
Ásia Oriental e Pacífico	190	704	270,53%	5.331	657,24%
Médio Oriente	197	630	219,80%	1.864	195,87%
	27.232	69.320		165.787	

Fonte: Vieira, 1997, p. 62.

Nota: valores em milhares

São as regiões mais desenvolvidas que mais vão beneficiar do fluxo de turistas. A Europa é a região que mais beneficia com este aumento, sendo seguida pela América. No entanto, de salientar que, a região que teve um maior aumento comparativamente com o período anterior foi a Ásia Oriental e o Pacífico Sul, que cresceu 657% de 1960 para 1970.

4.2 Análise comparativa do Turismo

Pode-se fazer uma comparação do Turismo em Portugal face ao Turismo nos países da Europa do Sul. O Turismo desempenhou um papel importante na estrutura económica dos países do Sul da Europa, a partir da década de 1950, através da sua importância para o PIB e Balança de Pagamentos.

A comparação entre os países do sul da Europa, faz sentido do ponto de vista, em que estes países oferecem um tipo de Turismo muito idêntico. São países com uma componente histórico-cultural muito grande, aliada a muitos quilómetros de praia, bom clima e boa gastronomia.

O crescimento intenso do Turismo nos países do Sul da Europa, começou a partir de 1950. Este crescimento está relacionado com o aumento dos rendimentos das classes média e

média-alta dos países do Norte da Europa, com a diminuição dos preços das férias, com a melhoria dos meios de transportes, entre outros factores (Williams, 1988, p.123)

Quadro 32 - Chegadas Internacionais de Turistas 1955/56-1972/3

Média Anual					Variação em relação ao período anterior		
Países	1955-56	1959-62	1967-70	1972-3	1955-6/ 1959-62	1959-62/ 1967-70	1967-70/ 1972-73
Portugal	217.226	358.392	1.225.050	2.247.950	65,0%	241,8%	83,5%
Grécia	401.868	406.864	2.137.218	2.641.471	1,2%	425,3%	23,6%
Itália	6.600.000	9.412.500	13.222.125	14.890.750	42,6%	40,5%	12,6%
Espanha	-----	6.169.020	20.707.483	33.532.767	-----	235,7%	61,9%

Fonte: Câmara, 2003, p. 4

Com base nos dados obtidos em Benedita da Câmara e fazendo a comparação, no período 1955-56 e 1959-62, Portugal é o país que tem maior rácio de crescimento, bem como no período 1967-70 e 1972-73.

Com base em dados de George N. Yannopoulos (1988, p. 347-348) foi possível obter outros dados referentes a estes países, mas para o ano de 1975, assumindo que a situação não seria muito diferente nos anos imediatamente anteriores.

Quadro 33 – Origem das receitas turísticas e meio de transporte de chegada dos turistas

Países	Regiões de origem das receitas turísticas		Meio de transporte de chegada dos turistas ao país receptor			
	Europa	América do Norte	Ar	Estrada	Comboio	Mar
Grécia	51,7%	44,3%	64,6%	22,8%	4,1%	9,3%
Itália	52,2%	23,5%	10,1%	72,8%	15,8%	1,3%
Portugal	72,8%	22,8%	52,1%	46,1%		1,8%
Espanha			29,0%	59,5%	6,1%	5,4%

Nota: Para Portugal os valores da chegada de turistas por estrada, incluem também as chegadas em comboio.

Existe uma grande dependência destes países, do Turismo proveniente dos países da Europa, sendo Portugal aquele que apresenta o valor mais elevado, cerca de 73%, evidência da elevada integração europeia a este nível.

Relativamente ao meio de transporte utilizado pelos turistas que visitam estes países, podem constatar-se diferenças entre os países, associadas também à localização geográfica.

Quadro 34 - Chegadas de turistas internacionais às fronteiras portuguesas, comparação das médias das taxas de variação anual (%)

Período	A nível mundial	A nível europeu	Em Portugal
1950-1959	10,6%	11,6%	31,9% (1953/1959)
1960-1969	9,1%	8,4%	16,3% (1967/1969)
1970-1979	5,6%	5,2%	9,3%

Fonte: Vieira, 1997, p.89.

Através da análise destes dados, para o período 1953-59, a entrada de turistas em Portugal teve uma variação anual de 31,9%, enquanto que a nível mundial se regista uma percentagem de 10,6% e a nível europeu 11,6%. Isto significa que o crescimento foi praticamente 3 vezes superior aquele que acontecia ao nível da média europeia e mundial. Para o período 1960-69, este valor já não é tão elevado, representa 16,3%, mas continua a ser superior à média mundial, 9,1% e à média europeia, que foi 8,4%.

4.3 Modelo explicativo da entrada de turistas por país de origem

A utilização de um modelo de regressão linear simples, explicativo da entrada de turistas, pretende explicar qual a relação entre o número de entradas de turistas e algumas das variáveis que têm sido analisadas em secções anteriores. Não se trata de fazer uma previsão da procura turística, como tem sido tentado por vários autores, mas apenas, poder dar maior rigor à discussão, numa perspectiva histórica.

A regressão linear é um modelo estatístico usado para prever o comportamento de uma variável dependente ou Y a partir de uma ou mais variáveis independentes ou X 's e saber como é que estas variáveis se relacionam entre si. Quando existe mais do que uma variável independente o modelo designa-se por regressão linear múltipla (MRLM). A variável dependente Y é função das variáveis independentes (X 's).

A expressão geral do modelo é:

$$Y_i = B_0 + B_1X_1 + B_2X_2 + \dots + B_KX_K + \varepsilon_i, i=1,2,\dots,n$$

Dada a aleatoriedade do modelo, há sempre pontos que não coincidem com a recta, o que leva à utilização de medidas absolutas e relativas da qualidade do ajustamento. As medidas relativas de qualidade do ajustamento são R e R^2 . Quanto mais próximo o coeficiente de correlação R de Pearson estiver de -1 ou de 1, ou quanto mais perto o coeficiente de determinação R^2 estiver de 1, melhor é a qualidade do ajustamento em termos amostrais.

O valor do *Beta* mede a força com que cada variável independente influencia a variável dependente. Quanto maior for o seu valor, maior é o impacto das variáveis independentes na variável dependente (Pestana, 2000, p. 453-455).

O t e a Sig.(p) indicam o impacto de cada variável independente, um valor absoluto elevado de t e um valor reduzido de p , sugerem que a variável independente tem um grande impacto na variável dependente (Brace, 2000, p. 216).

Estando as variáveis independentes medidas em unidades diferentes, torna-se difícil determinar a importância relativa de cada variável X , com base nos coeficientes de regressão não estandardizados. Os coeficientes de regressão estandardizados ou o coeficiente *beta*, utilizam a mesma unidade de medida, podendo assim ser comparados para se determinar qual das variáveis independentes é o factor mais importante, como influencia na variável dependente. Estes valores dizem, essencialmente, quantas unidades de desvio padrão irá variar a variável dependente, por cada unidade de mudança na variável independente. (Bryman, 1993, p. 286-287).

Os coeficientes parciais *beta* diferem grandemente dos coeficientes das variáveis originais da regressão, pois permitem simplificar a equação da regressão, porque a constante é sempre igual a zero e pode ser omitida (Pestana, 2000, p. 484).

Relativamente à estimação da procura turística, muitos foram os estudos já elaborados. Um dos quais uma tese de mestrado em economia, contribuiu para a compreensão dos problemas das definições das variáveis a utilizar.¹³ Existem várias variáveis que são tradicionalmente escolhidas como variáveis dependentes, o número de entrada de turistas, as despesas ou receitas no país de destino, o número de dormidas e a estada média. A escolha das despesas turísticas, como variável dependente, já engloba o número de turistas e a estada média. Por outro lado, a escolha do número de dormidas, engloba a duração da estadia e exclui os turistas que ficam alojados em casas de familiares. No entanto, a autora refere (2000, p. 43) que a maioria dos estudos opta por utilizar como variável dependente o número de turistas que entram no país de destino.

A autora fala também da utilização da variável dependente desfasada (2000, p. 59), como variável independente, isto é, um termo autoregressivo, justificando-a como uma questão de persistência dos hábitos dos turistas, que de uma maneira geral são avessos ao risco e que preferem passar férias em locais que já conhecem.

Vai utilizar-se o MRLM para analisar a relação entre a entrada de turistas em Portugal por países de origem e outras variáveis independentes. As variáveis escolhidas como variáveis independentes foram o rendimento *per capita* do país de origem dos turistas, as comunidades de emigrantes portugueses nesses países e a proximidade geográfica.

- **Rendimento per capita.** Quanto mais rico for o país e maior a população, maior será o número provável de turistas. A procura de determinado bem, está relacionada com o rendimento das pessoas que consomem esse mesmo bem. “Alterações no rendimento real das pessoas provocam modificações directas no seu poder de compra e, consequentemente na compra de produtos turísticos” (2000, p. 46), a autora também refere que o facto de se introduzirem valores de rendimento

¹³ Ana Isabel Mena Matos – **A modelização econométrica da Procura Turística em Portugal**. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000

desfasados um ano, permite obter melhores resultados no modelo, uma vez que as pessoas só irão repercutir os seus rendimentos nas férias do ano seguinte.

- Comunidades de **emigrantes** portugueses no estrangeiro. Existem descendentes de portugueses que visitam Portugal como turistas, um dos exemplos é o Brasil, país tradicional de emigração portuguesa, mas também porque as comunidades constituem uma variável de aproximação de contactos, logística, disponibilidade de informação. Quanto maior for o número de emigrantes num país, maior será o fluxo turístico, pois os familiares e amigos também irão viajar para esse destino. A autora (2000, p. 57) refere que “nos modelos onde a variável dependente é expressa em termos de receitas turísticas o efeito da emigração pode ser ambíguo”. Daqui também uma razão para a escolha da variável dependente ser o número de turistas.
- A distância é importante, pois quanto mais longe for um país, mais cara é a viagem. Utiliza-se uma variável “dummy” para Espanha, único país com **fronteira** com Portugal, factor que influencia grandemente a entrada de turistas em Portugal.

Ao elaborar o modelo, foram feitas várias tentativas utilizando diferentes tipos de variáveis, que se encontram em tabela anexa, nomeadamente utilizando diferentes variáveis dependentes, como o número de turistas, as receitas do Turismo e o número de hóspedes na hotelaria portuguesa. O número de **hóspedes** na hotelaria portuguesa, por país de origem merece atenção, pois muitos dos visitantes, tendo ligações ao país, permanecem em casa de familiares ou de amigos, não necessitando de estadia em meios hoteleiros.

As fontes das variáveis utilizadas na elaboração do modelo, foram o rendimento *per capita*, obtido com base em valores de Angus Maddison (2003), dados das comunidades de emigrantes com base em dados de Jorge Arroiteia (1983). O número de hóspedes e o número de turistas foram obtidos através das Estatísticas do Turismo do INE. Os resultados obtidos podem não ser os mais consistentes, devido a dificuldades de recolha de informação, nomeadamente dos dados referentes às comunidades de emigrantes, que foram recenseadas de diferentes modos nos diversos países e também em diferentes anos.

Os países considerados neste modelo foram a Alemanha, Áustria, Bélgica e Luxemburgo, Brasil, Espanha, Estados Unidos e Canadá, França, Itália, o conjunto dos países Nórdicos, Reino Unido, Suíça, Irlanda e Grécia.

Relativamente aos dados obtidos nas Estatísticas do Turismo, estas consideram o valor conjunto da Bélgica e do Luxemburgo, o Benelux, não fazendo uma separação para os dois países. Na determinação das variáveis rendimento e hóspedes do Benelux, não foi possível determinar os valores do Luxemburgo, pelo que se assumem os da Bélgica. Pelo facto de as Estatísticas do Turismo não definirem o que consideram como sendo países Nórdicos, assumiu-se que seriam a Dinamarca, a Suécia, a Noruega e a Finlândia.

Para a variável rendimento, podem utilizar-se dois tipos de dados: os valores do rendimento *per capita*, obtidos em Angus Maddison e valores fornecidos pelas Nações Unidas. A diferença entre estes dois valores, é a de que os dados de Maddison são com base na paridade do poder de compra e os valores das Nações Unidas, são valores em dólares internacionais, mais sensíveis à taxa de câmbio. Aparentemente, os valores mais significativos, do ponto de vista do Turismo, são os valores das Nações Unidas, porque sendo o turista um consumidor de serviços turísticos, procurará destinos com uma taxa de câmbio mais favorável, de modo a minimizar os seus custos com a viagem.

Através do modelo, procurou-se testar a relação entre as variáveis para o ano de 1967 e 1973, não pretendendo fazer previsões, mas apenas tentando dar maior rigor, numa perspectiva histórica, a variáveis explicativas do Turismo em Portugal.

O resultado final do modelo será apresentado em termos das variáveis estandardizadas, ou coeficiente *beta*.

Considerando os turistas como variável dependente, a fronteira, emigração e o rendimento *per capita*, como variáveis independentes para o ano de 1967:

Equação 1

$$\text{Tur1967} = 0,982\text{Front} + 0,331\text{Emig} + 0,253\text{Gdppc67} \quad R^2 = 0,907$$

$$(9,158) \quad (3,215) \quad (2,380)$$

Tur1967 = Número de turistas em Portugal em 1967, por país de nacionalidade

Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha

Gdppc67 = Rendimento per capita de cada país, em 1967, com base nos dados de Angus Maddison

Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia

O valor t está representado entre parêntesis

O valor de R^2 , está bastante próximo de um, o que indica a qualidade do ajustamento em termos amostrais. Verifica-se que 90,7% da variação média do número de turistas, é determinada pela emigração, rendimento per capita do turista e pela fronteira, sendo a restante variação explicada por outros factores.

A variável independente com maior impacto na entrada do número de turistas é a fronteira, seguindo-se a emigração e depois o rendimento. Por cada mudança de uma unidade, na variável dependente emigração, vai ocorrer uma mudança em termos de desvio padrão na entrada de turistas de 0,331 e por cada mudança de uma unidade rendimento, vai ocorrer uma mudança de 0,253. A variável rendimento *per capita*, é uma variável significativa e consistente, mas com um impacto menor que o esperado. Uma das razões, pode ser o facto do fluxo turístico português ter uma forte componente de Brasileiros e Argentinos, países cujo rendimento *per capita* é reduzido. A variável emigração, é a segunda com maior influência. Esta influencia as comunidades com quem contacta, funcionando como promotora do Turismo para Portugal.

Mantendo-se as mesmas variáveis, o número de turistas como variável dependente, utilizando a variável rendimento desfasada um ano, a emigração e a fronteira como variáveis independentes:

Equação 2

$$\text{Tur1967} = 0,984\text{Front} + 0,330\text{EMIG} + 0,255\text{Gdppc66} \quad R^2 = 0,908$$

$$(9,209) \quad (3,223) \quad (2,411)$$

Tur1967 = Número de turistas em Portugal em 1967, por país de nacionalidade
 Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha
 Gdppc66 = Rendimento per capita de cada país, em 1966, com base nos dados de Angus Maddison
 Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia
 O valor t está representado entre parêntesis

Os valores dos coeficientes *beta*, são aproximadamente os mesmos que os obtidos no quadro anterior, com os dados do rendimento *per capita* do ano de entrada dos turistas. A influência do rendimento do próprio ano, ou o do ano anterior é a mesma. Os turistas não dão maior importância aos rendimentos do ano anterior para planear o seu destino de férias.

Se se fizer uma alteração às variáveis, utilizando as receitas do Turismo, como variável dependente, a emigração, o rendimento *per capita*, e a fronteira como variáveis independentes, resultados são:

Equação 3

$$\text{Rec1967} = 0,697\text{Emig} + 0,547\text{Gdppc67} + 0,300\text{Front} \quad R^2 = 0,752$$

$$(4,158) \quad (3,163) \quad (1,715)$$

Rec1967 = Receitas associadas ao Turismo, por país de origem
 Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha
 Gdppc67 = Rendimento per capita de cada país, em 1967, com base nos dados de Angus Maddison
 Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia
 O valor t está representado entre parêntesis

Assim os valores sofrem grandes alterações. A qualidade do modelo estimado diminui bastante. Apenas 75,2% das receitas do Turismo são explicadas pelo rendimento *per capita*, pela fronteira e pela emigração, sendo os restantes 24,8%, explicados por outros factores.

O impacto das variáveis independentes, sofre uma grande alteração. A emigração passa a ser a variável mais representativa e a fronteira a que tem menor valor. O facto de a fronteira perder valor, pode estar relacionado com o facto de os turistas provenientes de Espanha terem um grande significado, no número total de turistas entrados em Portugal, mas em termos de receitas não são tão significativos. Existe um grande diferencial entre o número de turistas espanhóis e as receitas provenientes destes turistas. O rendimento *per capita*, desempenha um valor mais elevado, uma vez que serão os turistas provenientes dos países mais ricos, aqueles que têm mais poder de compra e que consequentemente gastam mais dinheiro.

Alterando novamente a variável dependente, desta vez utilizando os hóspedes como variável dependente e mantendo as outras variáveis:

Equação 4

$$\text{Hosp1967} = 0,684\text{Front} + 0,575\text{Emig} + 0,497\text{Gdppc} \quad R^2 = 0,678$$

(2,933) (3,010) (2,518)

Hosp1967 = Hóspedes em 1967, por país de origem

Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha

Gdppc67 = Rendimento per capita de cada país, em 1967, com base nos dados de Angus Maddison

Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia

O valor *t* está representado entre parêntesis

Quando se utilizam os hóspedes como variável dependente, a qualidade do modelo diminui ainda mais. Apenas 67,8% dos hóspedes se explicam pelas variáveis anteriormente referidas.

Podemos concluir que para o ano de 1967, a variável dependente que permite a obtenção de melhores resultados, em termos das variáveis explicativas, é o número de turistas que visitam Portugal.

Para o ano de 1973, pode apresentar-se o modelo, tendo como variável dependente o número de turistas e variáveis independentes a fronteira, a emigração e o rendimento:

Equação 5

$$\text{Tur1973} = 0,956\text{Front} + 0,237\text{Gdppc73} + 0,223\text{Emig} \quad R^2 = 0,839$$
$$(6,803) \quad (1,703) \quad (1,656)$$

Tur1973 = Número de turistas em Portugal em 1973, por país de nacionalidade
Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha
Gdppc73= Rendimento per capita de cada país, em 1973, com base nos dados de Angus Maddison
Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arrosteia
O valor *t* está representado entre parêntesis

Comparando os dados obtidos em 1973 com os de 1967, para as mesmas variáveis observa-se que, a variável explicativa que perde importância é a emigração. Em 1967 o seu coeficiente *beta* era de 0,331 e em 1973, este valor diminuiu para 0,224. Isto pode ser explicado pelo facto do número de turistas ter aumentado grandemente, passando a haver uma maior influência dos operadores turísticos, diminuindo a importância da influência dos emigrantes junto dos seus familiares e amigos, para a escolha de Portugal como destino turístico.

Mantendo as mesmas variáveis utilizadas anteriormente, mas passando a utilizar os valores do rendimento obtidos com base nos dados das Nações Unidas, em dólares internacionais:

Equação 6

$$\text{Tur1973} = 0,965\text{Front} + 0,229\text{Gdppc73} + 0,205\text{Emig} \quad R^2 = 0,833$$

$$(6,642) \quad (1,580) \quad (1,486)$$

Tur1973 = Número de turistas em Portugal em 1973, por país de nacionalidade
 Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha
 Gdppc73 = Rendimento per capita de cada país, em 1973, valores das Nações Unidas
 Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia
 O valor t está representado entre parêntesis

Não existe praticamente nenhuma alteração relativamente aos dados apresentados anteriormente, com dados do rendimento baseados na paridade do poder de compra. Seria de esperar que estes valores do rendimento, em dólares internacionais tivessem uma maior influência na entrada de turistas, uma vez que estes se preocupariam com as taxas de câmbio referentes aos países de destino.

Quando se utiliza a variável dependente desfasada um ano, como variável independente, observa-se:

Equação 7

$$\text{Tur1973} = 0,918\text{Tur1972} + 0,097\text{Front} - 0,011\text{Gdppc73} - 0,013\text{Emig} \quad R^2 = 0,997$$

$$(20,694) \quad (2,103) \quad (-0,483) \quad (-0,569)$$

Tur1973, Tur1972 = Número de turistas em Portugal em 1972 e 1973, por país de nacionalidade
 Front = Fronteira, utilização de uma variável de aproximação para Espanha
 Gdppc73 = Rendimento per capita de cada país, em 1973, com base nos dados de Angus Maddison
 Emig = Comunidades de emigrantes, dados de Jorge Arroiteia
 O valor t está representado entre parêntesis

O valor de R^2 , está muito próximo da unidade, indicando a qualidade do ajustamento em termos amostrais. É um modelo explicativo quase perfeito. Verifica-se que 99,7% da variação média do número de turistas, é determinada pelas variáveis independentes.

A utilização da variável dependente desfasada um ano, introduz grandes alterações. Esta passa a ser a variável com maior impacto, passando mesmo o rendimento *per capita* e a emigração a terem sinal negativo. Isto implica que o Turismo deste ano, seja profundamente influenciado pelo Turismo do ano anterior. Um turista avesso ao risco, procura a familiaridade de um destino conhecido e volta no ano seguinte.

Quando para 1973, se utilizam as receitas e o número de hóspedes, como variáveis dependentes, os resultados são modelos de pouca qualidade, em termos amostrais. Os valores de R^2 são de 58,5% e 42%, respectivamente. Pelo que não será de interesse referi-los.

As principais conclusões que a elaboração deste modelo simples, explicativo da entrada de turistas em Portugal permite obter são:

- A utilização do rendimento *per capita*, com os dados de Maddison (2000), obtidos através da paridade do poder de compra e a utilização de dados de rendimento *per capita* das Nações Unidas, em dólares internacionais, onde se reflecte a taxa de câmbio, permitem ambos obter valores muito idênticos da relevância desta variável explicativa. Esperar-se-ia que os turistas fossem influenciados pelas taxas de câmbio, dando maior relevo aos valores das Nações Unidas. Isto pode dever-se à imperfeição da recolha dos dados e também devido ao fluxo de turistas proveniente de países com rendimentos mais baixos, como é o caso do Brasil.
- A utilização da variável dependente desfasada um ano, como variável independente, permite a obtenção de um modelo explicativo quase perfeito. Cerca de 99,7% dos turistas em 1973 são explicados pelas variáveis apresentadas. Isto justifica-se pelo facto de existir persistência nos hábitos dos turistas, que preferem passar férias em locais que já conhecem, representando a informação sobre o destino turístico um papel relevante. “Quanto maior for a informação que o

consumidor adquire relativamente a um determinado destino turístico, maior será a procura turística no mesmo” (Matos, 2000, p. 59).

- Isto demonstra também a influência que os operadores turísticos, começam a ter na determinação dos fluxos de turistas.
- De 1967 para 1973 a variável emigração perde impacto, como variável explicativa do número de turistas que visitam Portugal. O aumento sempre crescente do número de turistas, passa a ter uma menor percentagem do seu fluxo explicado pelo contacto das comunidades portuguesas de imigrantes nos países receptores, que funcionam como promotoras do destino turístico português. Inicia-se um período de reorientação dos fluxos turísticos, onde a componente da emigração perde importância e o impacto dos operadores turísticos aumenta. Um exemplo é o aumento do número de turistas do conjunto dos países nórdicos, sem ligação às comunidades de emigrantes portugueses, e que em 1970 representam aproximadamente 3% do número total de turistas e em 1972 representam aproximadamente 4%.
- Tanto em 1967, como em 1973, as variáveis receitas turísticas e hóspedes, quando utilizadas como variáveis dependentes, implicam uma perda da qualidade do ajustamento do modelo em termos amostrais. A perda da importância das receitas e da hotelaria aponta para um dado importante do Turismo português, ligado à emigração e que não gera receitas proporcionais ao número de entradas no país. O Turismo com base na componente emigração, gera menos receitas, pois os laços afectivos de ligação com o país permitem a obtenção de facilidades de alojamento e alimentação junto dos familiares, um exemplo é o Turismo proveniente do Brasil. As receitas do Turismo brasileiro, não aparecem na discriminação por países das Estatísticas do Turismo. Por o seu valor ser bastante reduzido estas são consideradas em conjunto com outros países, representando o conjunto em 1973, 0,32% das receitas totais do Turismo neste ano (ver anexo das receitas e despesas do Turismo, por países, Anexo 10).
- Existe também um grande número de turistas fronteiriços que permanece por períodos reduzidos no país e contribuem de uma forma diminuta para as receitas

turísticas. Os turistas espanhóis são os que menos tempo permanecem no país e os que menos gastam, apesar de serem os que mais contribuem para o fluxo turístico em Portugal.

4.4 Integração

A economia internacional caracteriza-se por diversos factores, com tratamentos diferentes, de país para país. Os países podem adoptar medidas que lhes são mais favoráveis, nomeadamente ao nível de políticas industriais, tecnológicas, financeiras, monetárias, cambiais e fiscais, entre outras. Existindo barreiras comerciais, limitações aos movimentos dos factores, alterações das taxas de câmbio, políticas macroeconómicas autónomas, que diferenciam uns países dos outros.

Uma economia mundial integrada procuraria uniformizar estes factores, de modo a que todos se regessem pelas mesmas regras como forma de atingir uma igualdade de políticas e critérios.

Através da integração económica os países vão eliminando estas características diferenciadoras. Por razões políticas e económicas, os processos de integração têm lugar de uma forma parcial e abrangem normalmente um número reduzido de países.

Uma perspectiva histórica da integração europeia (Ques, 1995, p. 143), surge com o Tratado de Roma em 1957, e com seis países, RFA, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, que já integravam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e da Energia Atómica. Pouco depois surgiu também a EFTA, como já foi referenciado em capítulo anterior. A CEE sofreu um alargamento em 1973, com a adesão da Irlanda, Reino Unido e Dinamarca.

A nível mundial surgiram também, durante este período, associações de países, com objectivos comerciais. Em 1960 o Tratado de Montevideu, instaurou a ALALC, área Latino-americana de Comercio Livre, embora tendo tido um êxito muito limitado.

A Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia estabeleceram em 1967 um acordo de cooperação económica, ASEAN (Associação de Nações do Sudoeste Asiático).

A multiplicidade de diferenças entre os diversos países, explica que existam vários tipos de integração económica, dependendo das diferenças que se vão eliminando entre os países. A criação de Zonas de Comércio Livre¹⁴ ou de União Aduaneira¹⁵, são disso exemplos. Quando uma união aduaneira assume também a livre circulação dos factores produtivos, trabalho e capital, torna-se um Mercado Comum. A adopção de critérios unificadores nas políticas micro e macroeconómicas, assim como a adopção de uma moeda única são uma União Económica e Monetária.

As razões para a integração são de natureza económica e política. As razões económicas prendem-se com as vantagens do comércio livre e com uma eficiente associação de recursos, para uma maximização conjunta.

António Romão (1983, p. 36) considera dois tipos de integração, a integração real e a integração formal. A integração real é definida como “o processo que decorre da transnacionalização do capital” e situa-se ao nível do processo económico-social. A integração formal é “quando o processo real se traduz por formas politico-jurídicas”.

O comércio externo português foi fortemente influenciado pelos movimentos de integração europeia. Pelo que, deixa de estar mais direccionado para as trocas comerciais com os territórios ultramarinos e direcciona-se para a Europa, nomeadamente, após a adesão à EFTA. O conjunto destes países absorve em 1963, 34,5% das importações portuguesas e 21,9% das exportações.

¹⁴ Existem duas características que a distinguem de uma União Aduaneira: os países membros têm o poder de fixar as suas próprias tarifas sobre importações do resto do mundo separadamente; a zona é regulamentada com leis de origem, designadas para confinar o comércio livre entre zonas a produtos originários ou produzidos na própria zona.

¹⁵ Tem como principais objectivos: a eliminação dos direitos aduaneiros sobre as importações provenientes de países membros; a adopção de uma tarifa externa comum sobre as importações provenientes do resto do mundo; a distribuição das receitas aduaneiras entre os países membros, de acordo com fórmulas acordadas, (Ferreira, 1983, p. 17)

Quadro 35 - Estrutura do Comércio Externo Português

Região	Importações				Exportações			
	1950	1963	1972	1973	1950	1963	1972	1973
Ultramar	16,4%	14,3%	11,6%	10,1%	25,3%	23,8%	14,7%	14,8%
CEE		14,3%	31,5%	44,9%		21,9%	20,5%	48,6%
EFTA		34,5%	24,4%	11,6%		21,9%	40,8%	13,8%
América		13,5%	13,5%	13,6%		16,3%	14,8%	13,7%

Fonte: Anuário Estatístico 1950, 1973 e 1973, INE

Em 1950, as importações e exportações nacionais tinham alguns parceiros preferenciais, numa altura em que o país começava a abrir-se ao exterior. Era o caso dos territórios ultramarinos, que neste ano, representavam 16,4% das importações e 25,3% das exportações e os Estados Unidos da América e a Inglaterra. Relativamente às importações, os Estados Unidos da América representavam 15,7% e a Inglaterra representava 17,2%, nas exportações, representavam 12,9% e 17,4%, respectivamente (Anuário Estatístico 1950).

Em 1959 Portugal tinha já um elevado grau de integração europeia, a EFTA representava 18% das exportações e a CEE 23%, totalizando 41% (Mateus, 1998, p. 91). Em 1963, a CEE e a EFTA representam em termos de exportações um total de 43,8%.

A economia portuguesa passou a orientar-se sobretudo para a Europa, a partir da década de 1960, em detrimento do comércio com África, que em 1950 representava 25,3% das exportações diminuindo este valor para 14,8% em 1973.

Em 1965, com o objectivo de obter apoio internacional para prosseguir com a sua política, o Governo liberaliza o regime de entrada de capitais estrangeiros (Romão, 1983, p. 20-21).

No período entre 1968 e 1973, houve “uma vontade explícita de impulsionar a integração da economia portuguesa na economia mundial (Romão, 1983, p.23).

O movimento de integração europeia torna-se evidente, quando se observa que o valor das exportações para a CEE e EFTA era de 43,8% em 1963 e em 1973 este valor representava 62,4%. Os principais parceiros comerciais europeus podem ser observados no quadro seguinte.

Quadro 36 - Principais parceiros comerciais europeus

País de Origem	Importações			Exportações		
	1950	1963	1972	1950	1963	1972
Alemanha	3,8%	15,2%	14,8%	3,7%	7,5%	7,2%
Bélgica e Luxemburgo	8,6%	3,6%	2,4%	5,3%	2,7%	2,6%
Dinamarca		0,5%	1,2%		2,2%	3,1%
Espanha	0,9%	1,4%	5,0%	1,7%	2,2%	2,1%
França	5,0%	8,0%	6,3%	4,8%	5,1%	5,2%
Itália	1,2%	4,0%	5,4%	2,1%	4,4%	3,1%
Reino Unido	17,2%	13,7%	13,0%	17,4%	13,5%	22,8%
Suécia	2,2%	2,2%	3,0%	2,5%	2,9%	6,5%
Total da Europa		60,1%	62,9%		49,3%	65,0%

Fonte: Anuário Estatístico 1950, 1973 e 1973, INE

O país europeu com maior importância para as exportações portuguesas é o Reino Unido. Em 1972, recebe aproximadamente 23% do total das exportações nacionais, valor revelador da importância deste mercado.

O aumento elevado do valor das exportações, foi influenciado por uma conjuntura favorável, consequência da abertura do país ao exterior, com a integração na economia europeia, beneficiando do investimento estrangeiro, do aumento da produtividade e de progressos técnicos.

O investimento estrangeiro desempenhou, também um papel importante no processo de integração europeia português.

Até ao início da década de 1960, o Investimento Directo Estrangeiro, tinha valores reduzidos na economia nacional. A partir deste período, e com a abertura da economia ao exterior, este valor aumentou, beneficiando da publicação de legislação no sentido de autorizar a entrada automática de capitais para investimentos em determinados sectores.

Os valores da entrada de investimento externo, para o período 1965-1973, representavam entre 0,4% e 0,8% do valor do PIB, valores que apesar de não serem muito elevados eram entre dez e vinte vezes superiores aos registados na década de 1950 (Lopes, 1997, p. 168).

Quadro 37 - Investimentos Directos Estrangeiros, por países de origem

Países de Origem	1969-71	1972	1973
CEE	28,9%	36,5%	62,6%
RFA		28,2%	29,9%
Reino Unido	13,3%	14,3%	20,2%
França		3,6%	4,0%
Estados Unidos	23,8%	14,3%	8,8%
Canadá	0,5%	0,6%	2,7%
Japão	0,7%	0,1%	2,2%

Fonte: Romão, 1983, Quadro 3-XXVI

Nota: Em 1969-71 e em 1972, o Reino Unido não fazia parte da CEE

Os países que mais contribuíram em IDE, nomeadamente para o ano de 1972 e 1973 foram os países da Europa, representando o conjunto dos países da CEE em 1973, 62,6% do IDE total. Os três principais países investidores, a República Federal Alemã, o Reino Unido e os Estados Unidos. A indústria transformadora, principalmente durante a década de 1960, foi o ramo de actividade que mais beneficiou deste tipo de investimento, tendo também o sector do Turismo recebido investimentos estrangeiros, nomeadamente ao nível da hotelaria.

As vantagens que o investimento estrangeiro traz, principalmente quando é protagonizado por empresas multinacionais, relacionam-se com a aplicação de novas técnicas de gestão, progresso tecnológico, formação, e consequente aumento da produtividade. O papel do investimento estrangeiro no sector do Turismo e também o papel das multinacionais, será analisado no ponto seguinte.

4.5 Problemática

Numa perspectiva de integração europeia, aquando da criação da CEE, o Tratado de Roma previa o estabelecimento dos fundamentos de uma união entre os países europeus. Não continha disposições directamente relacionadas com o Turismo, mas os seus aspectos económicos, considerados relevantes no âmbito da competência da Comunidade, decorrem

do art. 2.º do Tratado. Existem pontos de partida nas disposições do Tratado relativas a diferentes políticas comunitárias sectoriais: livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; desenvolvimento regional; política dos transportes; política social; protecção do meio ambiente, assim como disposições jurídicas que protegem o turista considerado consumidor, e também regulamentação do acesso às diferentes profissões do Turismo (Baptista, 1990, p. 308).

O Turismo nem sempre foi considerado uma importante actividade económica e um sector essencial para o desenvolvimento económico, apenas, após a II Grande Guerra Mundial, o sector passou gradualmente a ser reconhecido como sector relevante para o desenvolvimento de um país ou região, e no caso português, mais concretamente a partir da década de 1960.

A sua contribuição para o desenvolvimento económico, advém da influência sobre os rendimentos e o emprego, mas também contribui para a preservação do património natural, histórico e cultural, para a melhoria das condições de vida das populações, e para a dinamização de vários sectores produtivos. Das quais se destacam os produtos agrícolas, pecuários, pesca, os serviços de transporte, artesanato, material de desporto e de recreio, serviços de animação turística, entre muitos outros.

A nível estatal, o Turismo foi considerado como um sector importante a nível económico, vindo a beneficiar de uma parcela do financiamento a partir do Plano Intercalar de Fomento. O Estado pode desempenhar um papel fundamental para o sucesso ou insucesso do sector, dependendo das políticas adoptadas para uma melhoria das áreas ligadas ao sector, como sejam as políticas do ambiente, dos transportes, do saneamento básico, do emprego, da formação profissional, da redução das assimetrias regionais entre o interior e o litoral bem como da valorização do património.

As vantagens que normalmente são atribuídas ao sector, são nomeadamente: as receitas provenientes da venda de bens e serviços; a criação de postos de trabalho; o facto de o produto vendido ser constituído por serviços e bens não materiais, como o clima, a paisagem, o património histórico e cultural, e que podem ser considerados como ilimitados; a sua contribuição para a redução de assimetrias regionais.

O Turismo, não tem só a aspectos positivos, existem também factores negativos, como são: riscos de tensões sócio-culturais entre os turistas e os habitantes das regiões, bem como a alteração de valores e atitudes sociais; possibilidade de degradação do meio ambiente e do património histórico; falta de planeamento da actividade turística, através da implementação de infraestruturas de forma não planeada; a procura exagerada de trabalhadores sazonais, em detrimento de outras actividades produtivas; congestionamento e excesso de população em certos períodos do ano.

Um dos exemplos que pode ser apontado é o crescimento das urbanizações, de uma forma não planeada, no Algarve a partir dos anos 1960. Não existiu uma preocupação por parte dos organismos públicos, pelo ordenamento do território, nem pela protecção da orla costeira, o que originou um crescimento desenfreado e desorganizado de urbanizações ao longo da costa, sem infra-estruturas de apoio adequadas. O facto de a capacidade de alojamento existente no distrito de Faro em 31 de Agosto de 1970, ser de 8.706 camas e em 31 de Agosto de 1973, ser de 13.744, é um factor revelador de um investimento intenso, que não foi acompanhado por um planeamento correcto.

Uma das principais vantagens do Turismo, como foi referido, é a sua contribuição em termos de receitas, que desempenham um importante papel positivo para a balança de pagamentos. A sua contribuição para o PIB é também importante, apesar de ser difícil de determinar as suas receitas exactas, pois encontram-se relacionadas com inúmeras actividades. A análise das receitas não pode ser feita só em termos do valor absoluto, pois estas reflectem-se nos vários sectores da economia, o já referido efeito multiplicador do Turismo.

O emprego também é influenciado pelo sector. Existe uma grande diversidade de profissões directa e indirectamente relacionadas com o Turismo. Existem as profissões directamente relacionadas (alojamento, restauração, transportes, animação turística, entre outros), existem os empregos indirectos, que estão relacionados com actividades que trabalham com o sector turístico (podem ser exemplos, o mobiliário e a construção civil), e os empregos induzidos, que resultam do aparecimento de actividades que se tornam necessárias por um conjunto urbanístico, que vive directamente do Turismo (podem ser os serviços públicos diversos, como a saúde, a educação, entre outros), (Baptista, 1990, p. 436).

O emprego no sector era caracterizado por uma componente sazonal, consoante era maior ou menor o fluxo de turistas ao longo dos meses do ano, sendo a mão-de-obra menos qualificada a mais utilizada em alturas de maiores fluxos turísticos. Devido a esta elevada sazonalidade, existiu grande dificuldade em compatibilizar a mão-de-obra das actividades directas ou indirectamente relacionadas com o Turismo, com a de outros sectores de actividades.

A observação das entradas de turistas e de estrangeiros em Portugal por país de nacionalidade, demonstra claramente que são os meses de Verão os mais procurados para visitar o país, fruto, nomeadamente, de condicionalismos institucionais, como são as férias escolares e as férias dos trabalhadores durante o mês de Agosto.

Para fazer uma análise da mão-de-obra, apenas foi possível obter dados da mão-de-obra empregue em restaurantes e hotelaria. Relativamente à hotelaria, a melhor forma de fazer esta análise é confrontando os dados com a capacidade hoteleira e com as dormidas totais. O número de hóspedes cresceu a uma proporção superior à da mão-de-obra empregue pelo sector hoteleiro. Benedita Câmara (2003, p. 23), refere a diminuição do número de empregados na hotelaria de 21.502 para 18.893, entre os períodos 1966-69 e 1970-72. Isto apesar do elevado aumento da capacidade hoteleira, e da taxa de ocupação, diminuindo o rácio, empregado por número de quarto.

A autora (2003, p. 33) faz também uma comparação entre as receitas provenientes da hotelaria e o número de empregados, para os anos 1969 a 1973 e o que se verifica, é que as receitas da hotelaria por empregado crescem 15,7% em 1969, 17,2% em 1970 e 14,65% em 1971.

Estes dois factores apresentados indiciam um aumento de produtividade dos trabalhadores, fruto de melhor formação e também melhores técnicas de gestão, ao qual não foi alheio o investimento de capital estrangeiro no sector.

Mas, o tipo de Turismo em Portugal sofreu grandes alterações entre 1950 e 1973. O número de turistas que visita Portugal aumenta de 70.300 para 2.323.300. Associado a todo este crescimento, estão factores já mencionados, como foram a abertura do país ao estrangeiro, a melhoria das condições de vida e das regalias sociais. Também aqui o factor

emigração, que teve um valor tão elevado, principalmente durante a década de 1960, desempenhou um papel importante, além da contribuição económica que originou no país, através do envio de remessas e também pela profunda alteração ao nível da população, que levou a uma diminuição da mão-de-obra em situação de sub-emprego agrícola e consequente aumento dos salários por escassez de mão-de-obra e contribuiu como promotora do Turismo para Portugal. Um exemplo bastante claro é o do Turismo proveniente do Brasil, que é composto em sua maioria, por pessoas com ligações afectivas ao país.

Houve uma alteração da estrutura do Turismo durante este período de 23 anos. Inicialmente era um Turismo direccionado para as classes mais altas. As comunidades de emigrantes portugueses contribuiriam para este fluxo, ao fornecerem contactos e logística junto dos residentes nos países receptores da emigração. À medida que o número de turistas vai aumentando, e se começa a direccionar para um Turismo de massas, mais vocacionado para o Turismo de “sol e praia”, com uma maior concentração na região do Algarve, aumenta a influência dos operadores turísticos dos países mais ricos e emissores de turistas, determinando os fluxos.

Os países que mais contribuíram para o fluxo de Turismo em Portugal foram Espanha, Estados Unidos e Canadá, Reino Unido, França e Alemanha. A análise das receitas por turista e por nacionalidade, permite obter algumas conclusões.

Quadro 38 - Receita por turista, percentagem da receita total e estada média

País de Origem	Receitas		Nº turistas		Receita Por turista		Var. %	% da Receita Total Por Turista		Estada Média
	1967	1973	1967	1973	1967	1973	1967-73	1967	1973	1973
Alemanha (Rep. Federal)	555	1.828	62,2	167,8	8.923 Esc.	10.894 Esc.	22,1%	12,5%	16,7%	11
Áustria	10	27		13,3		2.030 Esc.		0,0%	3,1%	9,4
Benelux	79	221	38,2	86,7	2.068 Esc.	2.549 Esc.	23,3%	2,9%	3,9%	9,7
Espanha	674	1.007		815,5		1.235 Esc.		0,0%	1,9%	5,6
E.U.A. e Canadá	2714	3.649	153,5	336,8	17.681 Esc.	10.834 Esc.	-38,7%	24,7%	16,6%	12,6
França	2050	2.207	137,1	208,3	14.953 Esc.	10.595 Esc.	-29,1%	20,9%	16,2%	10,2
Itália	88	135	25,1	45,5	3.506 Esc.	2.967 Esc.	-15,4%	4,9%	4,5%	8
Nórdicos	92	276	22,2	83,7	4.144 Esc.	3.297 Esc.	-20,4%	5,8%	5,0%	9,5
Reino Unido	815	1.986	115,8	334,9	7.038 Esc.	5.930 Esc.	-15,7%	9,8%	9,1%	10,1
Suiça	192	644	14,6	43	13.151 Esc.	14.977 Esc.	13,9%	18,4%	22,9%	8,5

Fonte: Adaptado das Estatísticas do Turismo, 1969 e 1973.

Nota: Valor das Receitas, Unidade = um milhão de escudos e Número de turistas, Unidade = 1 milhar

Os gastos médios por turista estão relacionados com o país de proveniência. Os que vêm de países mais ricos, com rendimento *per capita* mais elevado, são os que mais contribuíram para esta receita média por turista. Os países com rendimento *per capita* mais elevado, tanto em 1967 como em 1973, são os Estados Unidos e o Canadá e a Suíça. Em 1967 são estes os países com as receitas por turista mais elevadas. Em 1973, destaca-se claramente a Suíça, como o país com o valor mais elevado. Surgem depois, a Alemanha, os Estados Unidos e o Canadá e a França, com valores muito idênticos.

Outro factor predominante para as receitas médias por turista, é o tipo de Turismo praticado. Um Turismo direccionado para as classes mais altas, como era o caso do Turismo português implicaria gastos mais elevados. No entanto, com o aumento da importância e da influência dos operadores turísticos, na organização das viagens, com o aumento do Turismo de massas, associado ao “sol e praia”, com a procura de meios de alojamento alternativos à hotelaria tradicional, como são os parques de campismo, todos estes factores determinam a diminuição dos gastos médios por turista. De 1967 para 1973, um conjunto de países diminuiu os seus gastos médios, Estados Unidos e Canadá, França,

Itália, o conjunto dos países Nórdicos e o Reino Unido. A percentagem que estes países representam do número total de turistas é aproximadamente a mesma em 1967 e 1973, representam 44% em 1967 e 43% em 1973.

Os países que aumentaram os seus gastos médios por turista foram a Alemanha, a Bélgica e o Luxemburgo e a Suíça.

A Espanha é o país que mais contribuiu em número de turistas em 1973, mas é o país onde as receitas por turista são mais baixas, tendo a estada média mais reduzida.

Um aumento tão elevado do número de turistas, bem como o reconhecimento da importância do sector pelo Estado, levou a um aumento do investimento, não só de capitais nacionais, mas também de capital estrangeiro, sendo este evidente através dos dados do investimento na hotelaria, que levou a um aumento tão elevado da capacidade hoteleira, especialmente nas regiões da Madeira, Lisboa e Algarve.

Relativamente ao Investimento Directo Estrangeiro, este desempenhou um importante papel, para além do investimento monetário, que no global da economia não representa valores muito elevados. Entre 1965 e 1973, os seus valores variaram entre 0,4% e 0,8% do PIB (Lopes, 1997, p. 168) e em 1970-73 representa 2,3% do investimento total (Silva, 2002, p. 12).

Álvaro Ferreira da Silva (2002, p. 19) aponta como principais factores de atracção do investimento estrangeiro nos anos de 1960, o custo do trabalho, o risco político e social, o fim da legislação de autorização do investimento estrangeiro, os recursos naturais, a entrada na EFTA e o tímido início do mercado do consumo de massas para alguns bens.

Com base em Luís Salgado de Matos (1973, p. 134) é possível obter dados sobre o IDE, para o sector dos serviços, onde se encontra incluído o Turismo, que para o período 1969 a 1971 representa 5,7% do investimento total. Se considerarmos também a aquisição de imóveis, que está relacionada com o sector, esta recebe 33,1% do investimento directo estrangeiro total.

Refere também (1973, p. 136-141) valores para 1970-71, sobre as empresas com participação estrangeira, no ramo dos serviços pessoais, onde se inclui a hotelaria, como

sendo 44% a percentagem aproximada do capital social em que existe participação estrangeira. No entanto, neste sector dos serviços pessoais, existem 3687 sociedades portuguesas e 63 sociedades estrangeiras, mas o capital médio das empresas portuguesas é de 448 contos, enquanto o das estrangeiras é de 11.386 contos. Sendo possível tirar elações sobre a dimensão económica das sociedades.

Os investimentos estrangeiros na hotelaria representam 6,5% do investimento total na hotelaria no período 1967-70 e cerca de 85,3% no período 1971-73. Este nível de investimento estrangeiro na hotelaria portuguesa entre 1971 e 1973, nunca viria a ser igualado (Câmara, 2003, p. 17).

Dentro da participação elevada do investimento estrangeiro na hotelaria, é no campo dos hotéis de luxo que a presença de investimentos estrangeiros se tem desenvolvido mais, destacam-se os Hotéis Balaia, Ritz, Sheraton (Matos, 1973, p. 203).

O investimento estrangeiro protagonizado por multinacionais, permite o acesso a modelos de gestão, de organização de valores a um nível global.

Álvaro Ferreira da Silva (2002, p. 20), refere que as vantagens do investimento estrangeiro, “nomeadamente quando é protagonizado por multinacionais, existe a possibilidade de acesso a redes globais de capital, tecnologia e marketing”, pelo facto de estimular a concorrência, está a promover a eficiência e contribui para a difusão de “modelos de gestão e de organização institucional inovadores”.

Entre as indústrias de serviços, onde as multinacionais desempenharam um papel fundamental destacam-se a hotelaria. A indústria hoteleira norte-americana internacionalizou-se após a II Grande Guerra Mundial, com a difusão de grandes cadeias hoteleiras como Holiday Inn, Hilton e Inter-Continental.

Não tendo sido possível obter dados para o período em estudo, das cadeias de hotéis multinacionais, utilizam-se dados do ano de 1978, fazendo uma extrapolação para o período imediatamente anterior.

Quadro 39 - Cadeias hoteleiras multinacionais em 1978

Empresa	Nacionalidade	N.º de hotéis no estrangeiro
Holiday Inn	USA	114
Inter-Continental	USA	74
Hilton International	USA	72
Sheraton Hotels	USA	64
Club Méditerranée	França	56
Trusthouse Forte	Reino Unido	53
Novotel	França	45
Travelodge	Reino Unido	34
Ramada Inns	USA	33
Hyatt International	USA	20

Fonte: Williams, et al., 1988, p. 24

As cadeias hoteleiras multinacionais em maior número são as norte-americanas. Com certeza que no início dos anos de 1970, também seriam as multinacionais norte-americanas que dominariam, com a sua influência este mercado internacional.

Através de licenças e *franchising*, estas empresas multinacionais conseguem obter uma percentagem das receitas provenientes do Turismo internacional. Luís Salgado de Matos (1973, p. 203), sugere que as empresas estrangeiras beneficiam dos financiamentos operados pelo sector público. Refere que para 1972, com base no Anuário Estatístico de 1970, que os financiamentos públicos no sector hoteleiro, foram superiores a 42% dos financiamentos totais, sendo 6% a parte correspondente ao investimento estrangeiro. Sugerindo que esta percentagem do investimento estrangeiro terá absorvido uma parte mais que proporcional dos investimentos públicos.

A economia portuguesa tinha já iniciado a sua internacionalização económica, existindo uma transnacionalização de capitais estrangeiros crescente. Numa perspectiva da integração europeia, não só o IDE desempenha um papel relevante, mas também o comércio externo. O Turismo pode ser considerado ao nível do comércio externo, como uma exportação de serviços.

Fazendo a comparação entre Portugal e outros países do Sul da Europa, relativamente à percentagem das receitas do Turismo internacional na exportação de bens e serviços, em 1965 este valor era de 17,8% em Portugal, 15,8% na Grécia, 12,2% em Itália, 45,6% em Espanha. A média dos países europeus da OCDE era de 6,5% (Yannoupoulos, 1988, p. 336).

Como forma de resumo, podemos tentar fazer uma comparação entre os valores do Turismo, da emigração e do comércio externo, numa perspectiva da integração europeia portuguesa.

Quadro 40 - Comparação das percentagens do comércio externo com os valores do Turismo

País de Origem	Entrada de Estrangeiros	Turistas	Comunidades de Emigrantes	Exportações		Importações	
	1963	1973		1963	1973	1963	1973
Alemanha	5,8%	7,2%	3,16%	7,5%	7,5%	15,2%	14,4%
Áustria		0,6%	0,00%	0,7%	1,6%	0,9%	1,4%
Bélgica e Luxemburgo	1,9%	3,7%	1,15%	2,7%	2,8%	3,6%	2,9%
Espanha	25,8%	35,1%	0,75%	2,2%	2,2%	1,4%	5,4%
França	17,2%	9,0%	26,45%	5,1%	5,2%	8,0%	6,9%
Inglaterra	12,0%	14,4%	0,78%	13,5%	23,8%	13,7%	11,4%
Itália	2,3%	2,0%	0,03%	4,4%	3,2%	4,0%	5,2%
Nórdicos	1,3%	3,6%	0,06%	6,0%	12,3%	3,7%	6,5%
Suiça	1,7%	1,9%	0,69%	1,7%	2,9%	3,5%	4,2%
Total	67,9%	77,4%	33,06%	43,8%	61,6%	54,0%	58,3%

Fonte: Adaptado Estatísticas do Turismo 1969, 1973, Anuário Estatístico 1963, 1973; Adaptado Arroiteia, 1983, p. 132.

Nota: Para 1963 não foi possível obter dados do número de turistas por países, pelo que se utilizaram as entradas de estrangeiros. Para o ano de 1963, o conjunto dos países Nórdicos, ao nível do comércio externo inclui, a Suécia, Noruega e Dinamarca. Para o ano de 1973 inclui também a Finlândia.

Em 1973, a França representa 18% do total das receitas do Turismo, o Reino Unido representa 16,2% e a Alemanha representa 14,9%. A soma dos três países representa 49% do total das receitas turísticas, o que evidencia uma grande dependência destes mercados emissores de Turismo. Os países europeus do quadro anterior totalizam para 1973, 77,4%

do número total de entradas de turistas, valor representativo da importância do mercado europeu, evidenciando uma forte integração europeia ao nível do Turismo.

Relativamente ao comércio externo, a integração europeia também é crescente. Este conjunto de países representa aproximadamente 62% das exportações portuguesas, em 1973, quando em 1963, estes países representavam 43,8%. Para o período compreendido entre 1950 e 1973, houve uma alteração nos países preferenciais para as trocas comerciais. Os territórios ultramarinos foram perdendo a importância à medida que a integração na Europa aumentou.

Durante vários anos, o rápido crescimento do Turismo nos países do Sul da Europa, entre os quais Portugal, agiu como factor que contribuiu para a convergência nos níveis de rendimento dos países da Europa. Tornando mais rápido o crescimento dos rendimentos destas economias, com níveis de desenvolvimento inferiores aos dos países mais ricos do Norte da Europa. “O Turismo internacional tornou-se um dos principais meios de propagação da convergência económica entre os países da Europa” (Yannopoulos, 1988, p. 344). O Turismo traz uma percentagem crescente de receitas para países com rendimentos *per capita* inferiores às médias da OCDE.

Não sendo possível fazer uma análise das despesas e receitas do Turismo internacional nos países da Europa, para o período em estudo, utilizam-se dados de 1987, presumindo que estes sejam da mesma ordem, no que diz respeito aos saldos positivos ou deficitários.

Quadro 41 - Receitas e Despesas do Turismo internacional nos países da Europa, 1987

País	Receitas	Despesas	Saldo
Áustria	8,703	5,501	3,202
Bélgica	3,002	3,947	-945
Dinamarca	2,219	2,849	-630
Finlândia	821	1,509	-688
França	12,000	8,611	3,389
RFA	7,801	23,567	-15,766
Grécia	2,290	510	1,780
Irlanda	844	807	37
Itália	12,160	4,530	7,630
Holanda	2,705	6,422	-3,717
Noruega	1,244	3,056	-1,812
Portugal	2,147	423	1,724
Espanha	14,780	1,952	12,828
Suécia	2,030	3,772	-1,742
Suiça	5,382	4,363	1,019
Reino Unido	10,196	11,869	-1,673

Fonte: Williams, et. al., 1988, p. 33.

Nota : Valores em milhões de dólares

Existe uma clara diferença entre os países do Norte e os do Sul da Europa. Os países do Norte, são países claramente emissores de turistas. Bélgica, Dinamarca, Finlândia, República Federal Alemã, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido, têm um saldo negativo, entre as receitas e as despesas turísticas. São os países do Sul da Europa, que apresentam um saldo positivo.

O facto de serem os países mais ricos, os grandes mercados emissores de Turismo, contribui grandemente para o aumento das receitas nos países receptores. Sendo este um grande factor de integração europeia.

Em 1972, cinco países da Europa do Sul, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Turquia absorviam 28% das receitas geradas pelas actividades do Turismo internacional, dentro dos países da OCDE. Portugal representava 1,9%, bem como a Grécia, a Itália representava 10,8% e a Espanha 12,9% (Yannopoulos, 1988, p. 345).

A economia portuguesa durante este período, 1950 a 1973, aumentou a sua integração europeia. Para isto contribuiu a abertura do país ao exterior, o comércio externo, a emigração, o investimento estrangeiro e também o Turismo. Durante este período, as receitas aumentaram, consequência do aumento do número de turistas. Aumentaram também o investimento feito no sector, sendo uma percentagem deste investimento, investimento estrangeiro. O Turismo português tem uma forte componente europeia, estando direccionado para um conjunto de países, com quem também tem relações económicas, trocas comerciais e IDE.

Os países mais ricos são os países do norte da Europa, que têm mais regalias sociais, e que procuram um Turismo relacionado com o “sol e praia”, vêm para Portugal, em busca disto mesmo, pois nos seus países de origem, isto não é possível. Vêm principalmente, para o Algarve, como destino turístico. O Algarve beneficiou de um grande investimento, aumentando a sua capacidade hoteleira, para dar resposta à procura deste tipo de Turismo. Este foi o grande factor de integração europeia.

Capítulo 5 – Considerações Finais

O período em estudo, compreende os anos que vão de 1950 a 1973. Procurou-se fazer uma análise económica, social e também uma caracterização do Turismo para este período, de modo a atingir o principal objectivo deste trabalho, que era concluir até que ponto o Turismo teria sido um factor de integração europeia para Portugal.

Foi um período de grande crescimento, não só em Portugal, mas também a nível europeu, confirmando-se que em épocas de grande prosperidade a convergência entre as regiões mais pobres e as mais desenvolvidas tende a aumentar. Para isto contribuiu a aceleração do desenvolvimento económico bem como a abertura do país ao estrangeiro.

Este período ficou caracterizado por mudanças na estrutura do emprego, da produtividade, a distribuição geográfica da população, ficou marcada pelo crescimento das zonas urbanas e pelo aumento da população nas regiões do litoral Norte, houve melhorias nas infra-estruturas de transporte, a distribuição da população activa pelos sectores de actividade fica marcada pela diminuição do peso da agricultura e pelo aumento dos sectores da indústria e serviços.

Ao nível da educação aumentou a taxa de escolarização, aumentou o número de estudantes em todos os graus de ensino. Na década de 1960, surgiram quadros técnicos especializados, nomeadamente ao nível da economia, com novas preocupações económicas e sociais, que contribuíram para uma melhoria da estrutura económica. Isto tornou-se visível, nomeadamente através da intervenção no Plano Intercalar de Fomento, que será o primeiro Plano onde foi tentado um planeamento global e onde se tentaram estabelecer projecções macroeconómicas, mas também preocupações sociais, com a saúde e a habitação a serem contempladas, com uma percentagem do investimento. O Turismo foi também incluído pela primeira vez neste Plano, passando a ser reconhecido como sector relevante para o desenvolvimento económico do país.

Fica igualmente marcado por um elevado fluxo migratório para países mais desenvolvidos. A França é o país que recebe o maior número de emigrantes, legais e ilegais, a partir da década de 1960, diminuindo o fluxo tradicional para o Brasil. As vantagens deste enorme fluxo migratório para a economia nacional, relacionam-se com o envio das remessas dos emigrantes, com o aumento dos salários devido à diminuição da mão-de-obra disponível e também pela redução do número de trabalhadores agrícolas, pois eram as classes mais desfavorecidas que mais emigravam, principalmente em busca de melhores condições salariais.

A abertura do país ao estrangeiro contribuiu decisivamente para a melhoria da situação económica. Portugal foi país fundador da OECE, integra-se no esquema da câmara de compensação da União Europeia de Pagamentos, aderiu à EFTA em 1960, tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em 1961 e do GATT em 1962. Em 1972 celebra um Acordo de Comércio Livre com a CE.

O forte crescimento económico deste período foi conseguido através do aumento da produtividade global dos factores. Conseguido pela abertura do país ao exterior, “com o impacto da integração europeia e a transferência de tecnologia que se operou através do Investimento Directo Estrangeiro, e das diferentes formas de comércio internacional e o esforço de construção de infra-estruturas” (Mateus, 1998, p. 99).

O Turismo em Portugal começou a ser referenciado em finais do século XIX, mas era só um privilégio das classes mais elevadas, que frequentavam termas e praias. Como locais de Turismo internacional, neste período eram Sintra e a Madeira, as zonas mais visitadas.

O factor fundamental para o desenvolvimento do Turismo foi a melhoria das infra-estruturas de transporte, dos meios de transporte, das vias de comunicação, e um aumento das regalias sociais dos trabalhadores, com direito a férias pagas. São os países mais ricos do Norte da Europa, que mais contribuíram para o aumento do Turismo em Portugal.

Em 1950, Portugal recebeu 70.307 turistas e em 1973 este número aumentou para 2.323.300. A Espanha foi o país que mais contribuiu para este fluxo turístico, devido nomeadamente à proximidade geográfica, mas comparativamente em termos de receitas, e de estadia média dos turistas, este valor deixa de ser tão relevante. São outros países que

representam um papel fundamental em termos de número de turistas e também das receitas turísticas, são eles, os Estados Unidos e Canadá, o Reino Unido, a França e a Alemanha.

O Turismo estava inicialmente direccionado para as classes mais altas, passando depois a ter uma componente mais ligada ao Turismo de “sol e praia”, onde os gastos por turista já não são tão elevados. Aqui representam os operadores turísticos um papel fundamental, pois começam a direccionar os fluxos turísticos, de acordo com os seus interesses e consequentemente reduzindo-se os gastos dos turistas.

O Turismo em Portugal, tem uma grande componente sazonal, o que implica que exista também sazonalidade nos empregos, sendo esta uma mão-de-obra menos qualificada, mas que deixa de estar afectada a outros sectores produtivos, onde poderia ser necessária.

No entanto, o aumento tão elevado do número de turistas, num período de tempo tão reduzido, levou a grandes alterações a nível nacional. Determinadas regiões do país aumentaram a sua capacidade hoteleira em grande número, são disso exemplo três regiões principais, o Algarve, Lisboa e a Madeira. A este factor estão relacionados os investimentos, e o aumento da mão-de-obra utilizada.

O investimento na hotelaria, é fundamentalmente financiado por capitais nacionais, no entanto, para os anos de 1972 e 1973, este investimento atinge valores bastante elevados, que não se voltaram a repetir e com uma grande percentagem de capitais estrangeiros. As vantagens associadas a este tipo de capitais, são o facto de estarem associados a novas técnicas de gestão, de organização, melhor formação, melhores equipamentos, que conduzem a um aumento da produtividade.

O crescimento intenso do Turismo em Portugal, foi similar ao que aconteceu nos outros países do sul da Europa, beneficiando este conjunto de países do aumento dos rendimentos das classes média e média alta do norte da Europa.

Numa perspectiva da integração europeia, Portugal foi direccionando os seus interesses económicos para os países da Europa, em detrimento do comércio com os territórios ultramarinos, passando a ter um elevado grau de integração europeia.

O Turismo acompanha esta integração, ao absorver receitas do Turismo provenientes dos países mais ricos do norte da Europa e contribuindo decisivamente para a economia nacional. Não só através das receitas directas, mas também do efeito multiplicador do Turismo.

O Turismo português tem uma grande vertente europeia, apresentando uma grande dependência dos países europeus. O Turismo de “sol e praia” foi o grande factor da integração europeia, pois os países mais ricos do Norte da Europa vieram em busca destes elementos, que não tinham nos seus países de origem.

Bibliografia

AGUIAR, Álvaro ; FIGUEIREDO, Octávio – **Abertura e Convergência Real no longo prazo da Economia Portuguesa**. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 1999.

ALBUQUERQUE, Maria Luís – **Turismo: Diagnóstico prospetivo**. Lisboa : GEPE – Gabinete de Estudo e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 2001.

André, [et al.] – **Os Movimentos Migratórios Externos e sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal**. Lisboa : Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.

Anuário Estatístico, I.N.E, Lisboa (vários anos).

ARROTEIA, Jorge C. – **A emigração portuguesa: suas origens e distribuição**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, n.º 79, 1983.

ARROTEIA, Jorge de Carvalho – **O Turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento**. Aveiro: Universidade. SAGEI, 1994.

BAPTISTA, Mário - **O Turismo na Economia, uma abordagem técnica, económica, social e cultural**. Lisboa : Instituto Nacional de Formação Turística, 1990.

BRACE, Nicola - **SPSS for psychologists : a guide to data analysis using SPSS for Windows**. Hampshire : Macmillan Press, 2000.

BRYMAN, Alan ; Cramer, Duncan – **Análise de dados em ciências sociais, introdução às técnicas utilizando o SPSS**. Oeiras : Celta Editora, 1993.

CAMACHO, Maria Branca - **Séries Retrospectivas de Indicadores Diversos para a Economia Portuguesa 1960-1988**. Lisboa : Banco de Fomento e Exterior, 1990

CÂMARA, Benedita – **A economia da Madeira (1850-1914)**. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CÂMARA, Benedita, “The Development of the Portuguese Hotel Business, 1950-1995”, Conference: Europe at the Seaside. The Economic History of Mass Tourism in the Mediterranean Sea (1945-2000), Presented by: The Society for Business History; The Government of Balearic Islands; The University of Balearic Islands and The University of Florence (February, 2003).

CARVALHO, Odete Esteves ; MOURA, João - A Repartição do Rendimento em Portugal Continental. Economia e Finanças, ISCEF, Tomo II, vol. XXXII, 1963, p. 277 sgs.

CASTELLI, Geraldo - **Turismo : actividade marcante do século XX**. - Caxias do Sul :

EDUCS, 1990.

CONFRARIA, João - **Desenvolvimento Económico e Política Industrial, a economia portuguesa no processo de integração europeia**. Lisboa : Universidade Católica Editora, 1995.

CRAFTS, N. F. R. - The golden age of economic growth in Western Europe, 1950-1973. **Economic History Review**, XLVIII, 3(1995). pp 429-447.

CRAFTS, Nicholas ; Toniolo, Gianni - **Economic Growth in Europe Since 1945**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

CUNHA, Licínio - **Economia e Política do Turismo**. Lisboa : McGraw-Hill, 1997.

DAVIDSON, Rob - **Tourism in Europe**. London : Pitman, 1992.

DIAS, Ana Maria - **A transmissão dos impulsos conjunturais à economia portuguesa : (1968-1975)**. Lisboa : Centro de Estudos de Planeamento, 1975.

DRAIN, Michel - **A Economia de Portugal**. Carnaxide : Difel, 1995.

Estatísticas do Turismo, I.N.E, Lisboa (vários anos).

FERREIRA, Eduardo de Sousa - **Integração económica**. - Lisboa : Edições 70, 1983.

GUISAN, M. C. ; Padrão, R. – **Evolucion de la economia portuguesa, 1946-2000: crecimiento, salarios y empleo**. University of Santiago de Compostela. Faculty of Economics. Econometrics Working Paper Series Economic Development n.º 69. [Consult. 20 Abril 2004].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.usc.es/economet>>

JONES, Geoffrey – **Multinational Enterprises and Global World**. Harvard Business School, [2002]. [Consult. 28 Abril 2004].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.egi.ua.pt/xxiaphes>>

LEITE, Joaquim da Costa - Europa, destino tardio da emigração portuguesa. Associação Portuguesa de História Económica e Social, XXI Encontro, Braga 16-17 de Novembro de 2001.

LEITE, Joaquim da Costa – **From divergence to convergence: Portugal, 1820-2000**. Outline of a Conference, Goa University, 2001.

LEITE, Joaquim da Costa - Mitos e Realidades da emigração portuguesa, 1851-1973. V Jornadas de História Local, Fafe, 21 de Novembro de 2003. [a]

LEITE, Joaquim da Costa - Portugal and the International Economy: Emigration and

Protectionism, 1890-1910. Universidade de Aveiro, 2003 [b]

LEITE, Joaquim da Costa – **Portuguese emigration and tourism in the 1960s**. Outline of a Conference, Goa University, 2001.

LOPES, Flávio – **90 anos de Turismo em Portugal: conhecer o passado, investir no futuro**. Lisboa : Conselho Sectorial do Turismo, 2001.

LOPES, José da Silva - **A Economia Portuguesa desde 1960**. Lisboa : Gradiva, 1997.

LUNDEDBERG, Donald E. - **Tourism Economics**. New York: Jonh Wiley, 1995.

MADDISON, Angus – **Monitoring the world Economy 1820-1992**. Paris : Developmente Centre of OCDE, 1995.

MADDISON, Angus – **The World Economy: Historical Statistics**. Paris : OECD, 2003.

MAROCO, João - **Análise estatística: com utilização do SPSS**. Lisboa : Edições Sílabo, 2003.

MATA, Eugénia ; Valério, Nuno - **História Económica de Portugal, uma perspectiva global**. Lisboa : Editorial Presença, 1993.

MATEUS, Abel - **Economia portuguesa : crescimento no contexto internacional, 1910-1998**. Lisboa : Editorial Verbo, 1998.

MATOS, Ana Isabel Mena – **A modelização econométrica da procura turística em Portugal**. Tese de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia Universidade do Porto, 2000.

MATOS, Luís Salgado de – **Investimentos estrangeiros em Portugal**. Lisboa : Seara Nova, [1973].

MURTEIRA, Mário - **Desenvolvimento económico e comércio internacional : um curso introdutório**. Lisboa : Moraes editores, 1978.

NETO, João Baptista Nunes Pereira - **Turismo e desenvolvimento num contexto de evolução e mudança cultural**. Faro : Universidade do Algarve, 1985.

NEVES, João César das - **The Portuguese Economy: a Picture in Figures**. Lisboa : Universidade Católica Editora, 1994

Organización Mundial del Turismo - **El Turismo hasta el año 2000 : aspectos cualitativos que afectan su crecimiento mundial**. [Madrid] : OMT, 1990

ORTIGÃO, Ramalho – **As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante**. Lisboa: Livraria Clássica, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho – **Banhos de caldas e águas minerais**. Lisboa: A. M. Teixeira, 1944.

PEREIRA, Alexandre ; Poupá, Carlos – **Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word**. Lisboa : Edições Silabo, 2003.

PESTANA, Maria Helena ; Gageiro, João Nunes – **Análise de dados para ciências sociais, a complementaridade do SPSS**. Lisboa : Edições Sílabo, 2000.

PINA, Paulo - **Portugal : O Turismo no século XX**. Lisboa : Lucidus, 1988.

PINHEIRO, Maximiano, coord. - **Séries Longas para a Economia Portuguesa, Pós II Guerra Mundial. Volume I, Séries Estatísticas** : Banco de Portugal, 1997

PIRES, Ema Cláudia – **O baile do Turismo, Turismo e propaganda no estado novo**. Lisboa : Caleidoscópio, 2003

Portugal. Direcção Geral do Turismo, **Estudo sobre as receitas de Turismo**. - Lisboa : DGT, 1992

Portugal. Direcção Geral do Turismo, **Órgãos regionais e locais de Turismo**. - Lisboa : DGT, 1995

QUES, Juan Tugores - **Economía internacional e integración económica**. Madrid : McGraw-Hill, cop. 1995.

ROLLO, Fernanda – **Portugal e o Plano Marshall**. Lisboa : Editorial Estampa, 1994.

ROMÃO, António – **Portugal face à CEE. Uma avaliação global do processo de integração económica (1960-1980/2)**. Lisboa : Livros Horizonte, 1983.

SILVA, Álvaro Ferreira da – **Investimento estrangeiro e multinacionais em Portugal: um esboço de síntese**. [2002]. [Consult. 28 Abril 2004].

Disponível na WWW:

<URL:<http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes>>

SILVA, João Albino Matos da – **A gestão da actividade turística**. Comunicação apresentada na Universidade do Algarve, 1989.

SILVA, João Albino Matos da - **Turismo, o espaço e a economia**. Lisboa : ME. GEPE, 1998.

TORRES, Adelino ; Veloso, Laura - **Estudos de Economia Portuguesa**. Lisboa : A Regra do Jogo, 1980.

TORTELLA, Gabriel - Patterns of economic retardation and recovery in south-western Europe in the Nineteenth and twentieth centuries. **Economic History Review**, XLVII, 1(1994). pp 1-21.

TRINDADE, António – **Turismo Português: Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**. GEPE, Ministério da Economia, 1997.

VIEIRA, João Martins - **A Economia do Turismo em Portugal**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1997.

WILLIAMS, Allan M. ; Shaw, Gareth - **Tourism and economic development : Western European experiences**. London : Belhaven Press, 1988.

YANNOPOULOS, George N. – Tourism, Economic Convergence and the European South. **Journal of Regional Policy**, Vol. 8, n.º3, 1988, p.333-356.

Yearbook of National Accounts, Statistics 1974, Volume III, International Tables, United Nations, New York, 1975.

Anexos

Anexo 1 - Indicadores sobre educação

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Estabelecimentos de Ensino	18.945	21.891	19.326	19.453	19.310	19.231	18.968	18.757	18.848	19.518	19.549	19.412	19.105	18.568
Pessoal Docente	41.822	42.848	42.549	43.426	44.555	45.812	47.009	47.634	49.960	55.877	58.556	59.897	64.711	69.467
Alunos matriculados por grau de ensino	1.208.394	1.235.535	1.241.351	1.195.139	1.214.787	1.246.930	1.264.839	1.277.130	1.306.523	1.396.918	1.456.890	1.505.250	1.547.330	1.596.528
Infantil	6.126	6.528	7.030	8.039	9.411	10.350	11.271	12.417	13.548	14.536	15.153	17.135	18.687	18.964
Básico	974.050	975.621	959.302	886.519	883.039	894.195	892.603	948.048	966.391	1.061.423	1.128.240	1.146.156	1.161.241	1.174.264
Secundário	191.633	213.567	233.399	257.548	277.092	295.596	311.823	265.861	273.190	264.298	251.301	275.070	297.027	330.769
Profissional	3.391	3.538	3.347	3.358	3.435	3.259	3.214	3.257	3.390	3.338	3.670	3.720	2.801	3.218
Médio	3.783	4.383	4.678	4.447	3.625	3.147	3.096	2.692	2.518	2.647	3.687	4.972	5.237	5.457
Superior	28.307	30.764	32.227	34.003	36.941	38.903	41.403	43.302	45.925	48.960	52.982	55.911	59.376	60.549
Artístico	1.104	1.134	1.368	1.225	1.244	1.480	1.429	1.553	1.561	1.717	1.857	2.286	2.961	3.307
Taxa de analfabetismo	33.1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	25.6	x	x	x

Fonte: Camacho, 1990, p. 76

Anexo 2 - Densidade populacional por Distritos (habitantes/km²)

Distritos	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Aveiro	186,8	186,1	188,1	190,2	191,9	192,4	192,6	193,9	195	195,1	194,8	193,4	193,3	193,1
Beja	27,1	26,6	26,1	25,5	24,9	24,1	23,4	22,7	22	21	20,1	19,3	19	18,7
Braga	223,3	223,6	226,8	229,1	229,9	230	230,4	231,5	232,5	231,4	229,2	229,3	230,6	231,3
Bragança	35,3	34,2	33,6	33,1	32,5	31,8	30,8	29,9	29,3	28,4	27,4	26,8	26,3	25,8
Castelo Branco	47,4	47	46,7	46,1	45,2	44	42,7	41,6	40,7	39,6	38,3	37,5	36,8	36
Coimbra	109,9	108,5	108,4	108,1	107,8	106,9	106	105,1	104,8	103,6	102,1	101,5	101,3	100,4
Évora	29,7	28,9	28,6	28,2	27,8	27,2	26,7	26,1	25,6	25	24,3	24	23,9	23,7
Faro	63,5	62,1	61,8	61,3	60,6	59,5	58,5	57,9	57,1	55,6	54,2	53,7	54	54,4
Guarda	51,2	50,2	49,6	48,9	47,8	46	44	42,5	41,5	40,1	38,5	37,6	37	36,3
Leiria	115,1	115,1	116,1	116,4	115,8	114,5	113	112,9	112,3	110,3	107,8	106,1	104,7	103,4
Lisboa	500,9	494,5	504,6	514,4	523,3	530,7	538	550,3	557,9	565,5	572,7	577,3	586,7	595
Portalegre	31,1	30,6	30	29,4	28,8	28	27,4	26,5	25,8	25	24,2	24	23,8	23,7
Porto	498,3	492,5	501	509,8	517,3	522,9	528,6	536,7	543,5	547,4	550,6	554,8	560,4	564,6
Santarém	68,4	67,8	67,9	67,8	67,4	66,8	66,3	65,8	65,5	64,7	63,8	63,2	62,9	62,5
Setúbal	74,5	74,7	76,9	79,2	81,3	83,1	85	87,3	89,4	91,2	93,1	94,5	96,6	98,3
Viana do Castelo	123,1	122,8	123,3	123,2	121,8	119,6	117,5	116,7	115,6	113,9	111,6	110,1	109,1	108,1
Vila Real	75,2	73,3	72,5	71,8	71	69,6	67,7	66,4	65,4	63,6	61,6	60,3	59,5	58,5
Viseu	96,3	94,8	94,2	93,4	92,4	90,9	89,4	87,7	86,9	84,8	82,3	80,6	79,7	78,5
Açores	145,7	143,2	144,1	144,8	145,3	146	142,5	139,3	135,2	130,9	127,7	124,7	121,8	119
Madeira	338,7	329,6	328	328,6	328,3	327,3	326,3	322,5	323	321	318,6	317,1	315,5	311
Total	96,6	96,5	96	96,5	96,6	96,2	95,8	95,8	95,7	95	94,2	93,8	93,9	93,8

Fonte: Camacho, 1990, p. 14

Anexo 3 - População Total por Distritos (milhares)

Distritos	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Aveiro	524,6	522,5	528,3	534	538,8	540,3	540,7	544,4	547,6	547,9	547	543,1	542,9	542,1
Beja	276,9	271,8	266,6	260,9	254,2	246,4	239,4	232,1	224,7	215,2	205,2	197,6	194,5	190,8
Braga	596,8	797,7	606,3	612,4	614,5	614,9	615,8	618,9	621,4	618,5	612,7	612,9	616,4	618,2
Bragança	233,4	225,9	222,1	218,5	215	209,9	203,3	197,7	193,4	187,7	181,2	177,1	173,9	170,5
Castelo Branco	316,5	313,5	311,5	307,8	301,7	293,9	285,3	277,7	271,9	264,3	255,8	250,2	245,5	240,3
Coimbra	433,7	428,3	427,7	426,8	425,4	421,9	418,4	415	413,7	408,8	403	400,5	399,7	396,4
Évora	219,9	213,9	211,5	208,5	205,3	201,1	197,3	193,2	189,5	184,7	179,7	177,8	176,8	175,3
Faro	314,8	307,9	306,4	304,2	300,6	295,3	290,2	287,1	283,2	276	269	266,3	268	269,6
Guarda	282,6	277,2	273,8	269,9	263,5	253,6	242,8	234,7	229,2	221,1	212,3	207,5	204,1	200,5
Leiria	404,5	404,5	408,2	409,2	407	402,3	397,3	397	394,7	387,7	379	373	368	363,5
Lisboa	1383	1365,4	1393,1	1420,3	1444,9	1465,2	1485,4	1519,5	1540,4	1561,3	1581,1	1594	1619,8	1642,8
Portalegre	188,5	185,6	182	178,4	174,7	170,1	165,9	160,8	156,6	151,7	146,7	145,5	144,6	143,5
Porto	1193,4	1179,6	1200,5	1220,9	1238,9	1252,4	1266,1	1285,5	1301,8	1311	1318,8	1328,7	1342,2	1352,2
Santarém	461,7	457,6	458,3	457,4	455	450,8	447	444,1	441,8	436,7	430,4	426,7	424,1	421,5
Setúbal	377,2	378,2	389,6	401	411,8	421	430,5	442,2	452,6	462	471,5	478,5	489	497,9
Viana do Castelo	277,7	276,9	278	277,8	274,6	269,6	264,9	263,1	260,7	256,8	251,6	248,3	246	243,8
Vila Real	325,4	317,3	313,8	310,7	307,3	301,2	293,2	287,4	282,9	275,3	266,4	261	257,6	253,1
Viseu	482,4	474,8	471,8	467,9	462,7	455,2	447,7	439,3	435,3	424,8	412,1	403,7	399,3	393,2
Açores	327,5	321,8	323,9	325,4	326,6	328	320,2	313,1	303,9	294,2	287	280,1	273,7	267,5
Madeira	268,9	261,7	260,4	260,9	260,7	259,9	259,1	256,1	256,5	254,9	253	251,8	250,5	246,9
Total	8889,4	8982,1	8834	8873,1	8883,1	8853,1	8810,4	8808,9	8801,9	8740,6	8663,2	8624,3	8636,6	8629,6

Fonte Camacho, 1990, p. 12

Anexo 4 - Países de nacionalidade dos estrangeiros, entrados em Portugal, anos de 1970 a 1973

País de Origem	Total				Fronteira Terrestre				Fronteira Marítima								Fronteira Aérea			
									Desembarcados				Em Trânsito							
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Fed.)	133 050	170.290	186 802	209 681	61 474	82 236	91 037	96 266	1 677	2 452	2 128	2 833	19 221	17 827	18 025	23 565	50 678	67 775	75 612	87 017
Argentina	37 508	35.109	24 699	26 837	8 950	9 645	7 559	8 037	1 093	970	425	494	19 051	16 006	11 084	11 395	8 414	8 488	5 631	6 911
Austria	10 861	11.964	13 675	15 875	6 552	7 764	8 384	9 781	139	133	159	118	1 415	1 015	1 966	1 544	2 755	3 052	3 166	4 432
Bélgica	32 793	39.572	39 312	46 279	22 042	27 923	26 616	28 354	145	119	120	310	1 502	1 340	992	2 152	9 104	10 190	11 584	15 463
Brasil	66 588	74.913	76 711	79 022	25 404	26 481	22 885	26 001	2 623	2 776	2 716	2 595	9 080	9272	7 355	7 095	29 481	36 384	43 755	43 331
Canadá	47 377	51.945	56 253	60 537	22 030	27 179	29 254	35 100	492	398	465	363	3 461	3 659	3 428	2 046	21 394	20 709	23 106	23 028
Dinamarca	17 132	26.957	30 137	27 263	5 021	8 282	6 407	7 514	775	244	247	358	1 838	1 131	525	505	9 498	17 300	22 958	18 886
Espanha	1 712 553	2.055.865	2 012 861	2 109 280	1 682 731	2 025 433	1 983 240	2 071 472	1 721	1 567	1 941	1 846	13 174	11 122	8 655	9 197	14 927	17 743	19 025	26 765
E.U.A.	354 717	366.139	386 490	345 683	108 731	128 715	137 612	134 535	5 812	3 648	4 666	3 764	31 029	28 681	35 985	27 873	209 145	205 095	208 227	179 511
Finlândia	4 533	6.812	8 566	9 970	1 223	2 160	1 790	2 062	132	133	111	81	326	241	101	193	2 852	4 278	6 564	7 634
França	203 769	215.401	233 165	248 567	163 .5 79	170 826	193 233	200 087	669	750	679	1 052	12 856	13 940	7 020	11 092	26 665	29 885	32 233	36 336
Grécia	5 676	6.171	5 867	6 183	965	1 221	1313	1 814	659	571	604	528	2 585	2 789	1 848	765	1 467	1 590	2 102	3 076
Holanda	41 583	47.656	51 817	54 087	20 719	23 667	23 218	25 958	1 656	1 707	834	922	5 417	6 138	6 055	5 761	13 791	16 144	21 710	21 446
Irlanda	4 160	6.838	7 023	7 616	1 612	3 312	2 928	2 507	136	152	553	241	784	999	849	2 152	1 628	2 375	2 693	2 716
Itália	79 406	83.330	80 668	80 014	24 655	26 593	26 722	31 363	1 250	2 380	1 852	961	39 294	38 413	36 138	28 670	14 207	15 944	15 956	19 020
Japão	6 018	7.573	10 263	13 615	1 179	2 330	3 362	4 490	81	87	319	151	144	132	389	151	4 614	5 024	6 193	8 823
Noruega	8 759	11.464	12 902	12 593	2 278	3 714	3 476	4 366	757	706	657	688	1 528	1 024	898	810	4 196	6 020	7 871	6 729
Reino Unido	406 157	457.340	492 765	511 622	97 120	131392	127 607	120 443	10 281	17 898	22 721	22 965	185 765	154 767	148 637	144 609	112 991	153 .283	193 800	223 605
Rep. África do Sul	15 000	16.686	14 186	17 778	1 746	2 340	2 361	3 248	571	342	312	282	2 296	2 251	1 670	2 548	10 387	11 753	9 843	11 700
Suécia	26 792	35.371	41 645	42 793	6 732	9 239	9 217	11 717	297	258	261	294	4 206	2 128	975	2 296	15 557	23 746	31 192	28 486
Suiça	32 482	39.001	43 388	49 998	15 025	19 196	19 783	21 750	371	479	498	558	3 675	3 490	2 425	2 821	13 411	15 836	20 682	24 869
Outros Países	95 973	100.628	96 095	104 419	32 196	43 519	46 015	55 274	3 225	2 730	3 056	3 323	34 5 15	31 774	23 031	20 043	26 037	22 605	23 993	25 779
Total	3.342.887	3.867.025	3.925.290	4.079.712	2.311.964	2.783.167	2.774.019	2.902.139	34.562	40500	45.324	44.727	393.162	348139	318.051	307.283	603.199	695219	787896	825563

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE

Anexo 5 - Entradas de estrangeiros nas fronteiras, segundo o mês, anos de 1970 a 1973

Mês	Total				Fronteira Terrestre				Fronteira Marítima								Fronteira Aérea			
									Desembarcados				Em Trânsito							
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Janeiro	120 405	151.181	161 455	176 897	69 654	101 223	108 370	123 544	2 898	2 296	1 859	2 118	20 506	17 572	14 109	13 355	27 347	30 090	37 117	37 880
Fevereiro	124 265	149.690	154 865	180 375	71 155	103 608	98 303	116 783	2 521	1 478	1 251	1 729	22 071	12 381	11 625	15 182	28 518	32 223	43 686	46 681
Março	232 336	196.112	249 370	246 875	156 258	126 119	168 590	163 000	4 187	2 913	3 132	2 624	25 963	19 061	16 361	20 051	45 928	48 019	61 287	61 200
Abril	219 842	275.330	279215.	321 078	126 422	174 850	175 860	208 700	5 066	2 088	3 920	4 084	36 610	35 705	33 632	29 674	51 744	62 687	65 803	78 620
Maio	270 531	304.597	313 983	302 379	168 554	191 505	203 846	190 402	3 952	5 775	4 316	5 968	39 148	34 163	32 150	27 860	58 877	73 154	73 671	78 149
Junho	326 135	274.974	283 883	312 424	226 202	170 766	181 938	203 364	3 160	3 933	4 772	3 521	39 833	31 891	23 807	27 113	56 940	68 384	73 366	78 426
Julho	417 993	487.194	517 030	492 865	306 371	357 760	387 373	371 049	2 410	5 269	5 336	4 473	32 824	41 479	32 581	21 517	76 388	82 686	91 740	95 826
Agosto	585 541	761.793	715 708	748 395	475 543	629 461	596 490	620 490	1 800	5613	5 282	8 950	37 121	47 920	36 003	35 911	71 077	78 799	77 933	83 044
Setembro	347 675	518.993	442 659	453 705	237 098	404 671	298 461	312 132	2 910	4 346	7 159	5 354	42 271	32 669	40 905	46 488	65 396	77 307	96 134	89 731
Outubro	316 027	356.932	348 836	343 680	216 459	258 344	235 543	233 059	2 400	3 131	4 452	2 723	42 082	30 199	32 067	31 545	55 086	65 258	76 774	76 353
Novembro	209 095	206.035	233 857	255 174	142 251	143 536	164 444	17 8 959	1277	1 844	2177	1 486	31 498	21 860	19 528	19 933	34 069	38 795	47 708	54 796
Dezembro	173 042	184.194	224 429	245 865	115 997	121 324	154 801	180 657	1 981	1 814	1 668	1 697	23 235	23 239	25 283	18 654	31 829	37 817	42 677	44 857
Total	3.342.887	3.867.025	3.925.290	4.079.712	2.311.964	2.783.167	2.774.019	2.902.139	34.562	40500	45.324	44.727	393.162	348139	318.051	307.283	603.199	695219	787896	825563

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE

Anexo 6 - Composição das entradas por país de nacionalidade

	Turistas							Excursionistas							Em trânsito						
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Federal)	62,2	63,1	76,7	100,8	134,5	149,1	167,8	10,3	8,5	14,6	13	18	19,7	18,3	10,2	17	21,9	19,2	17,8	18	23,6
Áustria				8,4	9,2	10,9	13,3				1,1	1,8	0,8	1,1				1,4	1	2	1,5
Benelux	38,2	42	56,5	61,6	73,3	78,9	86,7	6,1	5,8	10,5	6,6	7,8	6,2	7,2	6,5	6,3	6,7	7	7,5	7,1	8
Espanha		396,3	321,7	462,2	648,5	726,7	815,5	1010,6	931,8	1037,8	1237,2	1396,2	1277,5	1284,6	16,7	16,7	14,6	13,2	11,1	8,7	9,2
França	137,1	116,2	115,3	169,3	177,8	197,7	208,3	13,4	8,3	35,4	21,6	23,7	28,5	29,1	16,3	15,7	17,4	12,9	13,9	7	11,1
Itália	25,1	25,4	27,7	34,9	38,2	40,3	45,5	5,3	4,2	6,1	5,2	6,7	4,3	5,8	43,2	49,7	55,1	39,3	38,4	36,1	28,7
Nórdicos	22,2	25,5	28,4	46,3	69,2	86,6	83,7	2,6	2,5	4,8	3	6,9	4,2	5,1	12,7	6,1	6,4	7,9	4,5	2,5	3,8
Reino Unido	115,8	111,6	150,8	200,3	272	310,9	334,9	17,7	13,8	20,5	20,1	30,5	33,3	32,2	121,7	164	168,2	185,8	154,8	148,6	144,6
Suiça	14,6	18	24,4	25,9	30,7	37,9	43	3,3	1,4	3,5	2,9	4,8	3,1	4,1	4,5	4,2	4,9	3,7	3,5	2,4	2,8
Outros países da Europa				9,2	11,5	13,1	14,4				0,9	1,3	0,4	1,6				6,6	6,2	4,3	4,9
Brasil	27,5	35,6	38,9	48,9	57,1	61,1	64,1	6,1	4,2	7	8,6	8,6	8,2	7,8	10,6	10	10,9	9,1	9,3	7,4	7,1
E.U.A. e Canadá	153,5	202,3	268,8	335,5	350,8	367,5	336,8	43,8	21,2	32,3	32,1	34,9	35,8	3,9,5	58,9	44,5	41,6	34,5	32,4	39,4	29,9
Outros da América				49	49,2	44,9	51,2				8,6	12,6	9,9	8,6				28,2	25,8	18,8	19,3
África				13,4	15,5	13,6	16,6				1,2	1	1,3	1,2				4	3,5	2,5	3
Ásia e Oceânia				20	24,3	32,4	40,7				1,2	1,5	1,4	2,9				20,2	18,2	13	9,6
Apátridas				0,7	0,8	1	0,8				0	0				0,2	0,2	0,3	0,2
Total	1025,4	1102,4	1185	1586,4	1962,6	2172,6	2323,3	1131,2	1009,8	1183,3	1363	1556,3	1434,6	1449,1	360,1	398,4	416,1	393,2	348,1	318,1	307,3

Fonte: Estatísticas do Turismo 1969 a 1973, INE

Anexo 7 - Composição das entradas, segundo a via, por país de nacionalidade, anos de 1970 a 1973

País de Origem	Fronteira Terrestre								Fronteira Marítima												Fronteira Aérea							
	Turistas				Excursionistas				Turistas				Excursionistas				Em Trânsito				Turistas				Excursionistas			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Federal)	51,7	67,8	76	82,3	9,7	14,4	15	14,1	1,5	2,2	1,8	2,1	0,2	0,3	0,4	0,8	19,2	17,8	18	23,6	47,6	64,5	71,3	83,4	3,1	3,3	4,3	3,4
Áustria	5,6	6,3	7,7	8,9	1	1,5	0,7	0,9	0,1	0,1	0,1	0,1	-	o.	1,4	1	2	1,5	2,7	2,8	3,1	4,3	0,1	0,3	0,1	0,2
Benelux	38,3	45,8	45,8	50,4	5	6,7	4,8	4,9	1,7	1,8	0,8	1	0,1	0,1	0,1	0,3	7	7,5	7,1	8	21,6	25,7	32,3	35,3	1,5	1	1,3	2
Espanha	448,6	632,4	708,4	792,5	1 234,2	1 393,1	1 274,8	1 278,9	1,3	1,2	1,7	1,2	0,4	0,3	0,2	0,6	13,2	11,1	8,7	9,2	12,3	14,9	16,6	21,8	2,6	2,8	2,5	5,1
França	144,4	149,4	167,2	173,7	19,2	21,4	26,2	26,4	0,5	0,6	0,6	0,9	0,1	0,2	..	0,1	12,9	13,9	7	11,1	24,4	27,8	29,9	33,7	2,3	2,1	2,3	2,6
Itália	20,5	21,4	23,2	26,7	4,2	5,2	3,5	4,6	1,1	1,9	1,9	0,9	0,1	0,5	..	0,1	39,3	38,4	36,1	28,7	13,3	14,9	15,2	17,9	0,9	1	0,8	1,1
Nórdicos	14	20,4	18,1	22,8	1,2	3	2,8	2,8	1,5	1	1,3	1,1	0,5	0,4	..	0,3	7,9	4,5	2,5	3,8	30,8	47,8	67,2	59,8	1,3	3,5	1,4	2
Reino Unido	84,5	110,1	103,2	99,4	12,6	21,3	24,4	21,1	9,1	16	21,2	19,6	1,2	1,9	1,6	3,4	185,8	154,8	148,6	144,6	106,7	145,9	186,5	215,9	6,3	7,3	7,3	7,7
Suiça	12,6	15	17,4	19,1	2,4	4,2	2,4	2,5	0,4	0,4	0,5	0,5	-	o.	..	0,1	3,7	3,5	2,4	2,8	12,9	15,3	20	23,4	0,5	0,6	0,7	1,5
Outros países da Europa	3,6	5,5	5,3	6,2	0,2	0,8	0,3	0,9	1	0,8	1,5	1	0,5	0,2	..	0,1	6,6	6,2	4,3	4,9	4,6	5,2	6,3	7,2	0,2	0,3	0,1	0,6
Brasil	18,4	19,2	17,3	21,2	7	7,3	5,6	4,8	2,3	2,7	2,7	1,9	0,3	0,1	..	0,7	9,1	9,3	7,4	7,1	28,2	35,2	41,1	41	1,3	1,2	2,6	2,3
E.U.A. e Canadá	113,4	133,1	144,2	146,2	17,4	22,8	22,6	23,4	5,8	3,8	4,6	3,1	0,5	0,2	0,6	1,1	34,5	32,4	39,4	29,9	216,3	213,9	218,7	187,5	14,2	11,9	12,6	15
Outros da América	24	27,9	26,6	30,5	6,1	10,5	7,6	6,8	2,5	2,2	1,8	1,6	0,1	0,1	0,1	0,1	28,2	25,8	18,8	19,3	22,5	19,1	16,5	19,1	2,4	2	2,2	1,7
África	2,3	3	3	4,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,4	0,3	0,1	o.	4	3,5	2,5	3	10,5	12,1	10,2	12	0,9	0,8	1,1	0,9
Ásia e Oceânia	9	12,4	18,2	23,9	0,4	0,8	1	1,2	0,9	1,0	1,4	1,6	0,1	0,1	..	0,2	20,2	18,2	13	9,6	10,1	10,9	12,8	15,2	0,7	0,6	0,4	1,5
Apátridas	0,3	0,3	0,5	0,4	o	o	o.	o	o.	0,2	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5	0,5	0,4	0	o.		
Total	991,2	1 270,0	1 382,1	1 508,5	1 320,8	1 513,2	1 391,9	1 393,6	30,3	36,1	42,3	36,9	4,2	4,4	3	7,9	393,2	348,1	318,1	307,3	564,9	656,5	748,2	777,9	38,3	38,7	39,7	47,6

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Nota: Valores em Milhares

Anexo 8 - Composição das entradas de estrangeiros, segundo o mês e por tipo de fronteira, anos de 1970 a 1973

	Total				Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Maio				Junho			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Turistas	1 586,4	1 962,6	172,6	2323,3	47,4	69	78,1	84,7	48,2	64,4	80,6	105,9	78,2	90,8	139,5	143,3	93	123,7	154	160,4	126,8	158,4	177,5	176,7	151,2	148,6	167,7	198,1
Excursionistas	1 363,3	1 556,3	1 434,6	1449,1	52,5	64,6	69,3	78,9	54	72,9	62,7	59,3	128,1	86,2	93,5	83,5	90,3	115,9	91,6	131	104,5	112	104,3	97,9	135,1	94,5	92,4	87,2
Em Trânsito	393,2	348,1	318,1	307,3	20,5	17,6	14,1	13,4	22,1	12,4	11 ,6	15,2	26	19,1	16,4	20,1	36,6	35,7	33,6	29,7	39,2	34,2	32,2	27,9	39,8	31,9	23,8	27,1
Fronteira Terrestre	2 312,0	2 783,2	774		69,7	101 ,2	108,4		71,2	103,6	98,3		1 56 ,3	126,1	168,6		1 26 ,4	174,8	175,9		168,5	191,5	203,8		226,2	170,8	181,9	
Turistas	991,2	1 270,0	1382,1	1508,5	19,2	38,7	40,6	47,9	19,8	33,6	41,6	60,4	32,4	42,8	78,6	82,3	41,1	62,4	87,3	82,8	67,5	83,7	102,3	96,7	94,5	80,7	93,9	122,3
Excursionistas	1 320,8	1 513,2	1391,9	1393,6	50,5	62,5	67,8	75,7	51,4	70	56,7	56,4	123,9	83,3	90	80,7	85,3	112,4	88,6	125,9	101	107,8	101,5	93,7	131,7	90,1	88	81,1
Fronteira Marítima	427,7	388,6	363,4		23,4	19,9	16		24,6	13,9	12,9		30,1	22	19,5		41,7	37,8	37,5		43,1	39,9	36,5		43	35,8	28,6	
Turistas	30,3	36,1	42,3	36,9	2,9	2,1	1,8	1,9	2,2	1,3	1,2	1,6	4	2,7	2,9	2,2	4,1	1,8	3,7	2,9	3,5	5,5	4,2	5,1	2,9	3,1	4,5	2,8
Excursionistas	4,2	4,4	3	7,9	..	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	1	0,3	0,2	1,2	0,4	0,2	0,1	0,9	0,3	0,8	0,3	0,7
Em Trânsito	393,2	348,1	318,1	307,3	20,5	17,6	14,1	13,4	22,1	12,4	11,6	15,2	26	19,1	16,4	20,1	36,6	35,7	33,6	29,7	39,2	34,2	32,2	27,9	39,8	31,9	23,8	27,1
Fronteira Aérea	603,2	695,2	787,9		27,3	30,1	37,1		28,5	32,2	43,7		45,9	48	61,3		51,8	62,7	65,8		58,9	73,2	73,7		56,9	68,4	73,4	
Turistas	564,9	656,5	748,2	777,9	25,3	28,2	35,7	34,9	26,2	29,5	37,8	43,9	41,8	45,3	58	58,8	47,8	59,5	63	74,7	55,8	69,2	71	74,9	53,8	64,8	69,3	73
Excursionistas	38,3	38,7	39,7	47,6	2	1,9	1,4	3	2,3	2,7	5,9	2,8	4,1	2,7	3,3	2,4	4	3,2	2,8	3,9	3,1	4	2,7	3,3	3,1	3,6	4,1	5,4
Total	3 342,9	3867	3925,3	4079,7	120,4	151,2	161,5	177	124,3	149,7	154,9	180,4	232,3	196,1	249,4	246,9	219,9	275,3	279,2	321 ,1	270,5	304,6	314	302,5	326,1	275	283,9	312,4

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Nota: Valores em Milhares

Composição das entradas de estrangeiros, segundo o mês e por tipo de fronteira (continuação), anos de 1970 a 1973

	Julho				Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Turistas	247,6	284,0	304,1	319,1	331,1	410,5	400	444,8	181,8	244	263,4	262,2	131,4	180,1	181	187,5	78,7	109,5	118,5	116,9	71	79,6	108,2	123,7
Excursionistas	137,6	161,8	180,3	152,2	217,4	303,4	279,7	267,7	123,6	242,4	138,4	145	142,5	146,6	135,7	124,6	98,9	74,6	95,8	118,3	78,8	81,4	90,9	103,5
Em Trânsito	32,8	41,4	32,6	21,5	37,1	47,9	36	35,9	42,3	32,6	40,9	46,5	42,1	30,2	32,1	31,5	31,5	21,9	19,5	19,9	23,2	23,2	25,3	18,6
Fronteira Terrestre	306,4	357,8	387,4		475,6	629,5	596,5		237,1	404,7	298,5		216,4	258,4	235,5		142,2	143,5	164,4		116	121,3	154,8	
Turistas	172,7	200,8	211,6	223,8	262,7	330	320,4	357,8	116,9	166,9	164,1	172,6	78	115,6	104,6	116,1	46,3	71,2	70,3	64,6	40,1	43,6	66,8	81,2
Excursionistas	133,7	157	175,8	147,2	212,9	299,5	276,1	262,7	120,2	237,8	134,4	139,4	138,4	142,8	130,9	117	95,9	72,3	94,1	114,3	75,9	77,7	88	99,5
Fronteira Marítima	35,2	46,7	37,9		38,9	53,5	41,3		45,2	37	48,1		44,5	33,3	36,5		32,8	23,7	21,7		25,2	25,1	26,9	
Turistas	2,2	4,8	5,3	3,6	1,4	5	5,2	8,3	2,6	3,6	7,1	3,8	2,1	2,8	2,6	2,2	0,9	1,6	2,2	1,2	1,5	1,8	1,6	1,3
Excursionistas	0,2	0,5	..	0,8	0,4	0,6	0,1	0,7	0,3	0,8	0,1	1,7	0,3	0,3	1,8	0,5	0,4	0,2	..	0,3	0,5	0,1	..	0,4
Em Trânsito	32,8	41,4	32,6	21,5	37,1	47,9	36	35,9	42,3	32,6	40,9	46,5	42,1	30,2	32,1	31,5	31,5	21,9	19,5	19,9	23,2	23,2	25,3	18,6
Fronteira Aérea	76,4	82,7	91,7		71,1	78,8	77,9		65,4	77,3	96,1		55,1	65,2	76,8		34,1	38,8	47,7		31,8	37,8	42,7	
Turistas	72,7	78,4	87,2	91,7	67	75,5	74,4	78,7	62,3	73,5	92,2	85,8	51,3	61,7	73,8	69,2	31,5	36,7	46	51,1	29,4	34,2	39,8	41,2
Excursionistas	3,71	4,3	4,5	4,2	4,1	3,3	3,5	4,3	3,1	3,8	3,9	3,9	3,8	3,5	3	7,1	2,6	2,1	1,7	3,7	2,4	3,6	2,9	3,6
Total	418	487,2	517,0	492,8	585,6	761,8	715,7	748,4	347,7	519	442,7	453,7	316	356,9	348,8	343,6	209,1	206	233,8	255,1	173,0	184,2	224,4	245,8

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Nota: Valores em Milhares

Anexo 9 - Entradas de Turistas, segundo o país de nacionalidade, por mês, anos de 1970 a 1973

	Total				Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Maio				Junho			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Federal)	100,8	134,5	149,1	167,8	3,4	4,1	4,3	5,1	2,7	3,8	4,4	5,1	6	7,3	9,9	8,1	5,6	9,8	8,7	13,9	9,3	12,5	13,1	13,7	9,1	11,2	12,9	17,7
Áustria	8,4	9,2	10,9	13,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,9	0,9	0,9	1,1	1,3	0,8	0,9	0,9	1,1
Benelux	61,6	73,3	78,9	86,7	1,5	2,2	2,1	2,6	1,6	1,9	2,2	2,7	2,3	2,8	5	3,1	2,9	3,3	6	6,2	5	6,7	4,6	6,4	6	6,7	6,3	8,1
Espanha	462,2	648,5	726,7	815,5	12	27,6	27,8	30,6	11,5	22	26,1	43,7	19,5	25,6	54	57,7	23,8	37	53,6	43,7	37	45,5	65,6	54,3	48,9	32,8	47,3	63,8
França	169,3	177,8	197,7	208,3	2,7	3,2	3,4	4,2	2,5	3	3,5	4,5	4,3	4,7	6,7	4,9	4,9	6,9	8,2	11,2	7	9,7	8,2	10	12,3	11,1	11,1	14
Itália	34,9	38,2	40,3	45,5	1,1	1,1	1,1	1,4	0,7	1,1	1,2	1,2	1,3	1,6	1,8	1,6	2,5	2,3	2,3	3,3	2,2	2,6	2,5	3,4	2,7	2,6	2,9	3,3
Nórdicos	46,3	69,2	86,6	83,7	3	3,2	6,6	5,2	3,2	2,9	6,1	5,2	4,6	5,7	7,6	7,6	3,6	5,6	7,2	8,7	2,6	5,4	6,2	6,8	3,4	5,2	7,4	6,8
Reino Unido	200,3	272	310,9	334,9	5,7	7,6	11,7	13,1	7,2	8,6	15,4	17,4	10,6	11,9	21,4	24,1	11,9	17	21,5	26,1	17,7	23,4	24,2	26,5	19,5	25,8	28,3	30,7
Suiça	25,9	30,7	37,9	43	0,6	0,9	1,1	1	0,7	0,8	1	1	1,1	1,3	1,6	1,5	1,7	2,1	2,9	4,4	2,3	3,4	3,3	4,4	2,6	3	3,4	3,7
Outros países Europa	9,2	11,5	13,1	14,4	0,4	0,4	0,6	0,4	0,2	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,8	0,9	0,6	0,9	0,9	0,9	1,2	1	1,4	0,7	1	1,3	1,4
Brasil	48,9	57,1	61,1	64,1	2,8	3,4	4	4,1	2,5	3,4	3,7	3,8	1,9	2,3	2,6	3,5	2,8	3,7	3,8	4,8	4	4,7	4,5	4,7	5,8	6,1	9	6,3
E.U.A. e Canadá	335,5	350,8	367,5	336,8	9,7	9,6	10,2	12,4	11,8	12,2	12,7	16,6	21,5	21,6	22,9	23,8	26,6	28,5	31,8	28,5	30,3	34,1	36	33,1	30,7	34	29	30,6
Outros da América	49	49,2	44,9	51,2	2,6	2,9	2,7	1,9	2,4	2,6	1,8	1,9	2,5	2,7	2,4	2,6	3	3	3	3,4	3,9	4,2	3,2	4,5	5	4,1	3,3	4,7
África	13,4	15,5	13,6	16,6	1	1,6	1,1	0,8	0,3	0,3	0,4	0,5	0,8	0,8	0,6	0,8	1	1,1	0,9	1,2	1,7	1,9	1,3	1,8	1,5	1,5	1,5	2
Ásia e Oceânia	20	24,3	32,4	40,7	0,7	1	1,2	1,5	0,7	1	1,3	1,5	1,1	1,8	2...	2,7	1,4	2,1	2,4	3,1	1,9	2,1	2,6	4,4	2,1	2,5	3	3,8
Apátridas	0,7	0,8	1	0,8	0		0		0,1		0	..	0,1		0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	0,1	
Total	1 586,4	1 962,6	2 172,6	2 323,3	47,4	69	78,1	84,7	48,2	64,4	80,6	105,9	78,2	90,8	139,5	143,3	93	123,7	154	160,4	126,8	158,4	177,5	176,7	151,2	148,6	167,7	198,1

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Nota: Valores em Milhares

Entradas de Turistas, segundo o país de nacionalidade, por mês, anos de 1970 a 1973 (continuação)

	Julho				Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973	1970	1971	1972	1973
Alemanha (Rep. Federal)	14,6	21,8	23,1	26,5	23	27	30,3	32,4	11,9	17,3	18,5	19,8	7,1	10,8	12	13,3	4,1	4,6	5,6	5,9	4	4,3	6,3	6,3
Áustria	1,5	1,3	1,5	1,8	2,2	1,8	2,5	3,1	0,9	1,4	1,5	1,7	0,6	0,6	0,9	1,3	0,3	0,5	0,4	0,5	0,2	0,3	0,4	0,4
Benelux	15,1	15,7	17,4	18,5	14	16,3	15,1	17,7	5,4	9,3	9	9,1	3,7	4,1	5,4	6	1,8	2,4	2,8	3,4	2,3	1,9	3	2,9
Espanha	62,3	75,7	84,6	91	89,4	151,3	130,8	156,1	59,7	85,9	85,4	95,5	43,9	71,7	57,2	72,6	27	46,3	46,8	40,9	27,2	27,1	47,5	65,6
França	39,5	44,8	47,4	50,1	67,4	59,8	70,7	69,1	14,2	17,5	19,3	19	7	8,7	9,3	10,1	3,9	4,3	5,1	6,1	3,6	4,1	4,8	5,1
Itália	5,4	6,6	5,6	6,2	9,7	9,8	11,1	13,7	4,4	5,2	5,5	5,5	2,5	2,3	2,7	2,7	1,2	1,4	1,9	1,6	1,2	1,5	1,7	1,6
Nórdicos	5,4	6,8	9,2	9	6,2	9,5	9,5	11	3,2	6,9	9,1	8,1	4,8	6,4	7,3	7	2,8	6,2	5,4	4,6	3,5	5,4	5	3,7
Reino Unido	31,2	37,2	37,5	41	41,3	50,9	51,2	57,2	23,7	36,2	38,7	38,3	13,9	23,2	26,1	25,9	9,8	17,6	20,5	21,3	7,8	12,6	14,4	13,3
Suiça	5	5,2	5,9	6,6	5,4	5,4	6,1	6,7	2,7	3,9	5,7	5,8	2,1	2,4	4	4,7	1,1	1,2	1,7	1,6	0,6	1,1	1,3	1,6
Outros países da Europa	1,4	1,3	1,4	1,6	1,2	2,3	2,1	2,6	1,4	1,5	1,9	2,1	0,9	0,9	1,1	1,2	0,4	0,8	0,9	0,9	0,4	0,6	0,9	0,6
Brasil	7,5	8,9	9,1	8,9	8,2	8,6	8,1	8,8	4,9	6,5	6,1	6,9	3,5	3,9	4,6	5,6	2,3	2,4	2,6	3,1	2,7	3,2	3	3,6
E.U.A. e Canadá	48,1	48,1	50,2	44,9	50,3	53,2	47,8	47,5	40,8	41,8	51,9	37,9	34,4	37,9	41,5	27,6	18,6	16,9	19,2	21,6	12,7	12,9	14,3	12,3
Outros da América	6,8	6,5	5,6	5,5	7,9	8,7	8	9,9	4,9	6,4	5,8	7	4	3,7	4,2	4,5	3,6	2,7	2,6	2,5	2,4	1,7	2,3	2,8
África	1,5	1,4	1,5	2,4	1,4	1,5	1,5	2,1	1,3	1,6	1,6	1,5	1	1,2	1,2	1,2	0,6	0,8	0,7	0,6	1,3	1,8	1,3	1,7
Ásia e Oceânia	2,2	2,5	3,9	4,8	3,4	4,2	5	6,7	2,3	2,4	3,4	3,9	1,9	2,2	3,3	3,8	1,2	1,4	2,3	2,3	1,1	1,1	2	2,2
Apátridas	0,1	0,2	0,2		0,1	0,2	0,2		0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	0,2		0	..			0	..		
Total	247,6	284	304,1	319,1	331,1	410,5	400	444,8	181,8	244	263,4	262,2	131,4	180,1	181	187,5	78,7	109,5	118,5	116,9	71	79,6	108,2	123,7

Fonte: Estatísticas do Turismo 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Nota: Valores em Milhares

Anexo 10 - Receitas e Despesas do Turismo, por países, anos 1967 a 1973

(Unidade=1 000 000 Esc.)

País de Origem	1967			1968			1969			1970			1971			1972			1973		
	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo	Receitas	Despesas	Saldo
Alemanha (Rep. Federal)	555	162	393	455	109	346	394	158	236	555	184	371	814	183	631	1.227	306	921	1.828	552	1.276
Áustria	10	8	2	9	8	1	14	10	4	13	10	3	19	14	5	19	18	1	27	28	-1
Benelux	79	35	44	81	36	45	79	53	26	86	46	40	116	69	47	165	89	76	221	107	114
Canadá	96	36	60	105	43	62	113	50	63	141	67	74	202	90	112	274	98	176	320	141	179
Dinamarca	25	10	15	19	8	11	22	9	13	26	10	16	48	15	33	84	17	67	92	23	69
Espanha	674	351	323	491	271	220	476	371	105	573	596	-23	647	849	-202	778	840	-62	1.007	1.098	-91
EUA	2618	524	2094	2350	573	1777	2110	687	1423	2.718	861	1.857	3.671	790	2.881	3.260	861	2.399	3.329	955	2.374
França	2050	509	1541	1086	372	714	472	295	177	681	385	296	1.023	506	517	1.896	771	1.125	2.207	1.150	1.057
Holanda	65	24	41	98	25	73	77	34	43	82	44	38	132	39	93	154	52	102	255	105	150
Itália	88	45	43	92	48	44	99	71	28	118	63	55	138	86	52	146	109	37	135	126	9
Noruega	26	4	22	32	4	28	23	5	18	30	5	25	35	6	29	35	8	27	31	14	17
Reino Unido	815	204	611	631	181	450	604	235	369	878	263	615	1.093	337	756	1.505	512	993	1.986	718	1.268
Suécia	41	13	28	53	16	37	63	28	35	85	26	59	107	30	77	149	51	98	153	52	101
Suiça	192	56	136	170	58	112	165	70	95	257	161	96	341	213	128	656	331	325	644	443	201
Outros Países	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	2	1	1	13	2	11	27	8	19	39	18	21

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Anexo 11 - Rendimento per capita (1990 Geary-Khamis Dollars)

	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Alemanha	4281	4651	5046	5438	5797	6431	6839	7154	7377	7867	8463	8729	9023	9184	9697	10104	10299	10243	10772	11465	11933	12161	12603	13152
Bélgica	5346	5625	5548	5695	5901	6147	6287	6358	6306	6496	6779	7095	7436	7705	8166	8384	8595	8882	9224	9815	10410	10752	11278	11905
Espanha	2397	2630	2812	2821	2957	3085	3273	3378	3493	3393	3437	3804	4125	4446	4675	5075	5538	5829	6262	6898	7291	7599	8162	8739
França	5221	5500	5606	5728	5963	6252	6506	6825	6922	7049	7472	7801	8174	8465	8923	9264	9668	10041	10391	11031	11558	11994	12374	12940
Holanda	5850	5886	5936	6383	6739	7148	7317	7429	7300	7549	8085	8002	8429	8618	9208	9560	9695	10090	10625	11180	11670	12020	12292	12763
Reino Unido	6847	7022	6987	7242	7509	7759	7823	7913	7864	8137	8571	8780	8789	9070	9486	9668	9800	9962	10320	10487	10694	10852	11194	11992
Itália	3425	3658	3911	4168	4354	4575	4754	5008	5244	5531	5789	6236	6679	7106	7325	7434	7771	8271	8943	9359	9508	9598	9788	10409
Suécia	6738	6951	6996	7145	7403	7566	7797	8089	8077	8279	8688	9137	9468	9917	10515	10815	10937	11218	11562	12055	12717	12749	13003	13494
Suiça	8939	9551	9499	9708	10146	10717	11281	11545	11140	11707	12286	12919	13171	13522	13994	14305	14526	14805	15162	15811	16671	17142	17532	17953
Portugal	2132	2218	2217	2365	2473	2560	2659	2764	2784	2919	3095	3245	3438	3626	3860	4173	4404	4776	5234	5373	5885	6303	6798	7568
África do Sul	2251	2293	2309	2288	2423	2474	2540	2565	2548	2589	2624	2681	2774	2916	3049	3165	3235	3387	3461	3599	3709	3798	3778	3844
Argentina	4987	5080	4727	4884	4986	5237	5290	5468	5705	5245	5559	5865	5682	5459	5929	6371	6321	6397	6573	7033	7302	7535	7642	7970
Austrália	7218	7311	7193	7260	7561	7797	7877	7852	8060	8374	8539	8320	8691	9086	9473	9805	9859	10363	10778	11193	11637	11798	12035	12485
Brasil	1673	1702	1751	1782	1845	1923	1894	1992	2110	2220	2335	2440	2516	2471	2482	2461	2542	2570	2721	2875	3067	3297	3564	3913
Canadá	7047	7282	7573	7718	7445	7929	8361	8318	8248	8385	8459	9606	8993	9282	9717	10173	10665	10802	11185	11615	11758	12280	12829	13644
E.U.A.	9573	10338	10596	10810	10549	10948	10970	10981	10746	11145	11193	11285	11796	12137	12687	13316	14017	14225	14719	15028	14854	15158	15846	16607
Venezuela	7424	7646	8010	7995	8455	8775	9140	10083	9869	10077	9726	9073	9122	9194	9615	9887	9715	9935	10247	10268	10827	10609	10370	10717

Fonte: Adaptado de Maddison, 1995, p. 180-192

Anexo 12 – Capacidade de Alojamento, por distritos

Distrito	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970		1971		1973	
	31-Dez.	31-Dez.	31-Dez.	31-Dez.	31 - Ago.	31 - Ago.	31 - Ago.	31 - Ago.	31 Jan.	31-Ago	31 Jan.	31-Ago	31 Jan.	31-Ago
Aveiro	4.350	4.340	4.375	4.499	4.447	4.535	4.522	4.543	2.521	4.497	2.294	4.524	2.572	4.675
Beja	538	513	494	464	470	475	450	441	439	446	443	1.225	431	454
Braga	3.607	3.856	3.602	3.556	3.722	3.858	3.971	3.830	1.769	3.986	1.897	3.721	2.077	3.902
Bragança	607	615	657	650	637	558	535	575	639	606	590	611	675	739
Castelo Branco	1.589	1.564	1.563	1.601	1.626	1.412	1.553	1.529	890	1.488	882	1.461	676	1.362
Coimbra	3.475	3.500	3.511	3.770	3.860	3.941	3.872	3.653	2.510	3.840	2.675	3.745	2.667	3.875
Évora	548	606	613	699	706	855	819	761	738	798	725	758	860	835
Faro	2.459	2.872	3.690	4.064	4.768	6.039	7.445	8.503	8.179	8.706	8.241	9.148	10.127	13.744
Guarda	912	1.022	1.037	1.149	1.113	890	934	1.070	1.062	1.171	1.075	1.095	990	1.042
Leiria	4.029	4.106	4.150	4.163	4.164	4.297	4.501	4.226	2.525	4.265	2.479	4.373	2.556	4.421
Lisboa	16.020	16.238	17.015	18.677	19.655	20.687	20.901	20.930	20.167	21.685	20.252	22.049	21.647	23.695
Portalegre	489	475	574	623	617	654	640	670	661	692	698	757	886	880
Porto	4.707	4.866	4.846	4.706	4.821	4.889	5.062	4.765	4.029	4.829	4.139	4.812	4.801	5.404
Santarém	2.004	2.043	2.206	2.137	2.161	2.362	2.265	2.471	2.525	2.595	2.608	2.699	2.593	2.665
Setúbal	1.587	1.654	1.915	2.173	2.313	2.329	2.284	2.303	1.620	2.429	1.655	2.272	1.792	2.308
Viana do Castelo	1.679	1.606	1.544	1.478	1.561	1.617	1.600	1.645	1.346	1.885	1.615	1.719	1.880	2.245
Vila Real	2.667	2.482	2.363	2.415	2.632	2.517	2.187	2.257	1.207	2.239	1.239	2.333	1.232	2.335
Viseu	2.603	2.455	2.317	2.404	2.473	2.542	2.422	2.365	1.573	2.380	1.289	2.289	1.353	2.315
Açores	598	688	669	686	703	845	932	896	944	1.074	1.082	1.066	1.078	1.394
Madeira	1.628	1.865	2.203	2.199	2.222	2.295	2.935	3.500	3.587	3.625	3.954	3.832	8.351	8.248

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, INE.

Anexo 13 - Tabela do Modelo

Origem	imig	tur1967	tur1970	tur72	tur1973	front	Receit67	Receit73	gdppc66	gdppc67	gdppc73	hosped67	hosped73	EmigFlow	GDPpc\$72	GDPpc\$73
Alemanha (Rep. Federal)	110.000	62.200	100.800	149.100	167.800	0	555.000	1.828.000	9.388	9.397	11.966	73.361	156.700	47.277	4.245	5.671
Áustria	0	0	8.400	10.900	13.300	0	10.000	27.000	8.112	8.297	11.235	6.241	9.325	0	2.740	3.752
Bélgica e Luxemburgo	40.000	38.200	61.600	78.900	86.700	0	79.000	221.000	8.776	9.072	12.170	27.600	38.855	2.075	3.768	4.942
Brasil	620.000	27.500	48.900	61.100	64.100	0	0	0	2.527	2.554	3.882	41.324	68.953	73.267	609	765
Espanha	26.000	372.400	462.200	726.700	815.500	1	674.000	1.007.000	5.060	5.334	7.661	177.923	187.976	0	1.354	1.751
Estados Unidos e Canadá	528.000	153.500	335.500	367.500	336.800	0	2.714.000	3.649.000	13.838	14.027	16.419	270.211	402.873	117.079	5.492	6.095
França	920.000	137.100	169.300	197.700	208.300	0	2.050.000	2.207.000	9.750	10.123	13.114	161.464	157.788	329.050	3.749	4.797
Itália	1.000	25.100	34.900	40.300	45.500	0	88.000	135.000	7.942	8.454	10.634	33.624	37.548	0	2.159	2.515
Nórdicos	2.000	22.200	46.300	86.600	83.700	0	67.000	184.000	9.948	10.233	12.673	30.430	89.449	0	4.207	5.246
Reino Unido	27.000	115.800	200.300	310.900	334.900	0	815.000	1.986.000	9.885	10.049	12.025	148.590	271.688	3.923	2.787	3.088
Suiça	24.000	14.600	25.900	37.900	43.000	0	192.000	644.000	14.727	15.010	18.204	24.680	42.697	1.342	4.647	5.130
Irlanda	0	0	0	0	0	0	0	0	5.080	5.352	6.867	3.619	4.417	0	1.834	2.144
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	0	4.749	4.951	7.655	0	3.502	0	1.377	1.816

Anexo 14 - Balança de Pagamentos

Uma economia aberta ao exterior mantém relações económicas com outras economias. Essas relações traduzem-se em:

Pagamentos ao exterior

- Importação das mercadorias;
- Pagamentos por serviços prestados a residentes nessa economia;
- Despesas dos turistas e viajantes nacionais nesses países;
- Remessas para o exterior de rendimentos de capitais;
- Donativos ou transferências sem contrapartida, efectuados pelos residentes ao exterior;
- Despesas governamentais no estrangeiro;
- Movimentos de capitais para o exterior;

Recebimentos do exterior

- Exportação de mercadorias;
- Pagamento dos serviços prestados ao exterior;
- Despesas no país de turistas e viajantes estrangeiros;
- Rendimentos de capitais devidos a residentes e provenientes de aplicações no exterior;
- Despesas de governos estrangeiros no território nacional;
- Entradas de capitais provenientes do estrangeiro;

Os pagamentos e recebimentos respeitantes à importação e exportação de mercadorias constituem a **balança comercial**. A balança de pagamentos inclui a balança comercial, a balança de pagamentos correntes e a balança de movimentos de capital.

Segundo o FMI, as diferentes transacções contempladas na balança de pagamentos devem classificar-se nas seguintes rubricas:

A – Bens e Serviços

1. Mercadorias;
2. Ouro não monetário (transacções com o ouro considerado mercadoria)
3. Fretes e seguros de mercadorias;
4. Transportes diversos;
5. Viagens (incluindo os fluxos do Turismo);
6. Rendimentos provenientes de investimentos;
7. Transacções do governo não incluídas noutra parte;
8. Serviços diversos:
Daqui calcula-se o saldo de bens e serviços (envolvendo as rubricas 1 a 8), o saldo da balança comercial (1 e 2) e o saldo dos serviços (3 a 8).

B – Transferências sem contrapartida

9. Do sector privado;
10. Governo central
Daqui calcula-se o saldo das transferências sem contrapartida e os saldos das operações que vão de 1 a 9 e de 1 a 10.

C – Capital e ouro monetário

Sectores não monetários

11. Investimentos directos;
12. Outro capital privado a longo prazo;
13. Outro capital privado a curto prazo;
14. Governos locais;

15. Governo central

Sectores monetários

16. Instituições privadas: passivos;

17. Instituições privadas: activos

18. Instituições centrais: passivos;

19. Instituições centrais: activos.

Por **transacções correntes** entende-se geralmente o grupo A, ou os dois grupos A e B de operações.

Anexo 15 - Entrada de Estrangeiros em Portugal

Ano	Entrada de Estrangeiros	Variação Anual
1936	51.124	
1937	33.061	-35,33%
1938	27.204	-17,72%
1939	26.161	-3,83%
1940	38.697	47,92%
1941	41.710	7,79%
1942	32.064	-23,13%
1943	33.688	5,06%
1944	25.636	-23,90%
1945	28.446	10,96%
1946	44.385	56,03%
1947	61.266	38,03%
1948	54.156	-11,61%
1949	55.400	2,30%

Fonte: Cunha, 1997, p. 91

Anexo 16 - Evolução da Actividade da TAP em Portugal

Ano	N.º de Passageiros (PAX) Transportados	Horas Voadas	Extensão da Rede (km)	Postos de Trabalho
1954	27 310	7 676	13 346	593
1960	98 304	13 256	16 352	1 278
1970	1 028 927	46 194	74 808	6 259

Fonte: Vieira, 1997, p.33

Anexo 17 - Entradas de Estrangeiros, segundo a via, 1963 a 1969

Ano	Total	Terrestre	Marítima		Aérea
			Desembarcados	Em Trânsito	
1963	514.069	300.047	27.608		186.414
1964	1.007.671	501.012	281.579		225.080
1965	1.509.796	859.027	374.781		275.988
1966	1.929.498	1.174.722	422.027		332.749
1967	2.516.707	1.729.686	403.128		383.893
1968	2.510.668	1.662.417	48.214	398.397	401.640
1969	2.785.368	1.834.676	46.734	416.095	487.863

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, INE

Anexo 18 - Composição das entradas por tipo de visitante, segundo a via, 1967 a 1969

	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Turistas	1025,4	1102,4	1186	1 586,4	1 962,6	172,6
Excursionistas	1131,2	1009,8	1183,3	1 363,3	1 556,3	1 434,6
Em Trânsito	360,1	398,4	416,1	393,2	348,1	318,1
Fronteira Terrestre	1729,7	1662,4	1834,7	2 312,0	2 783,2	774
Turistas	692,4	695,4	692,8	991,2	1 270,0	1382,1
Excursionistas	1037,3	967	1141,9	1 320,8	1 513,2	1391,9
Fronteira Marítima	403,1	445,6	462,8	427,7	388,6	363,4
Turistas	39,6	39	36,8	30,3	36,1	42,3
Excursionistas	3,4	9,2	9,9	4,2	4,4	3
Em Trânsito	360,1	398,4	416,1	393,2	348,1	318,1
Fronteira Aérea	383,9	401,6	487,9	603,2	695,2	787,9
Turistas	293,4	368	456,4	564,9	656,5	748,2
Excursionistas	90,5	33,6	31,5	38,3	38,7	39,7
Total	2516,7	2510,6	2785,4	3 342,9	3867	3925,3

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, INE

Anexo 19 - Dormidas na Hotelaria Nacional

País	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Alemanha (R. Fed.)	86.318	100.305	106.011	145.880	190.757	236.450	306.316	375.564	355.963	394.543
Áustria	6.240	8.534	7.656	8.687	10.080	12.303	18.229	c)	19.413	25.510
Benelux	31.155	33.722	32.022	45.131	58.478	76.700	92.664	93.559	84.766	90.322
Espanha	109.611	116.549	116.435	144.584	173.723	239.401	246.605	344.866	256.593	251.171
França	38.862	43.321	40.336	50.975	55.442	56.929	80.237	97.874	99.935	110.454
Itália	26.773	27.275	30.081	32.439	39.002	50.744	55.908	85.669	77.040	77.280
Nórdicos	49.505	55.953	70.277							
Reino Unido	277.827	289.395	274.565	436.211	569.570	650.460	754.887	691.164	571.757	760.366
Suiça	31.377									
Brasil	62.651	63.464	71.197	74.995	68.226	78.899	119.203	133.715	132.837	125.290

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1969, INE.

Anexo 20 - A Comunidade Portuguesa no Mundo, número aproximado de emigrantes

Alemanha	110.000
Bélgica	12.000
Espanha	26.000
França	920.000
Holanda	17.000
Inglaterra	27.000
Itália	1.000
Luxemburgo	28.000
Suécia	2.000
Suiça	24.000
Outros Países	1.500

África do Sul	660.000
Argentina	60.000
Austrália	30.781
Bermudas	2.000
Brasil	620.000
Canadá	210.000
E.U.A.	318.000
Rosdésia	11.629
Venezuela	350.000
Zaire	20.000
Outros Países	35.000

TOTAL 3.478.910

Fonte: Arroteia, 1983, p. 132.

Nota: Relativamente à Suíça, estes números dizem respeito ao total de emigrantes residentes e temporários. Os dados referentes aos EUA são baseados no recenseamento de 1970. O número referente à Venezuela diz respeito aos emigrantes registados no Consulado Português, os nacionalizados venezuelanos e os não registados.

Anexo 21 - Definições consideradas nas Estatísticas do Turismo

Capacidade de alojamento – Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período e que na hotelaria é determinado através do número de camas, considerando como duas as camas de casal. Esta capacidade é a existente ou disponível, visto que se não consideram os estabelecimentos encerrados.

Entrada (de estrangeiros) nas fronteiras – Número de estrangeiros que entram no país num dado período, seja qual for o objectivo da viagem.

Estada media – Número de dias que os indivíduos, residentes num dado país estrangeiro, permanecem em media no território do Continente e das Ilhas Adjacentes.

Excursionista – Indivíduo, residente no estrangeiro, que permanece menos de 24 horas no território do Continente e Ilhas Adjacentes.

Hóspede – Indivíduo que efectiva, pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, num dado mês, tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer, (novas inscrições). O indivíduo que no fim do mês não sai do estabelecimento hoteleiro é contado de novo no mês seguinte.

Estabelecimentos hoteleiros – Conjunto dos estabelecimentos destinados a proporcionar alojamento, mediante remuneração, com ou sem fornecimento de refeições e outros serviços acessórios. Os estabelecimentos hoteleiros com interesse para o Turismo classificam-se em: Hotéis, Pensões, Pousadas, Estalagens, Motéis e Hóteis-Apartamentos (Decreto-Lei n.º 49 399).

Turista – o indivíduo, com residência habitual no estrangeiro, que permanece por período não inferior a 24 horas no território do Continente ou das Ilhas Adjacentes. Um mesmo indivíduo é contado tantas vezes, quantos os períodos distintos que permanecer no país.